

**cadernos da**

**ACECA**

**PUC-Campinas**

**8**

## **CADERNOS DA FACECA**

Publicação semestral da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

### **Diretor Responsável**

Prof. José Homero Adabo

### **Editores Responsáveis**

Prof. José Geraldo Souza Carreira e Profª Dalva Maria Bertoni Bedone

### **Conselho Editorial**

Prof. Antonio Marcos Favarin

Profª Cynthia Figueiredo Vasconcellos Corrêa

Prof. Fernão Pompêo de Camargo Neto

Prof. Joaquim Carlos Dias

Prof. José Eduardo Rodrigues de Sousa

Prof. Mário Presente

### **Revisão**

Profª Terezinha da Conceição Vitti Favarin

### **Coordenação de Edição e Divulgação**

Maria Augusta Amaecing Langbeck

**Tiragem:** 3.000 exemplares

### **Direitos e Permissão de Divulgação**

As matérias assinadas são de total e exclusiva responsabilidade dos autores. Todos os direitos reservados à FACECA - PUCCAMP. É permitida a reprodução de qualquer matéria, desde que citada a fonte.

Caixa Postal 317 - Campus I - FACECA - PUC-Campinas

Campinas - SP - CEP: 13020-904

Fone: (019) 754-7099

### **Capa**

Alessandra Righetto, Ana Carolina Farizo Rezende, Ana Paula Menezes Pedro, Cláudia Miranda Cardoso, Cristina Carvalho de Camargo, Gustavo Gomes Pacheco e Patrícia Vargas Porto (Alunos do Curso de Publicidade e Propaganda do IACT/PUCCAMP)

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS,  
CONTÁBEIS E ADMINISTRATIVAS

PUC-Campinas

*cadernos da*  
**FACECA**

Cadernos da FACECA	Campinas	V. 5º	nº 1	Jan./Jun.	1996
--------------------	----------	-------	------	-----------	------

ISSN 0104-1495

## SUMÁRIO

**Editorial** ..... 05

### **ARTIGOS**

#### **Ciência e capitalismo**

Antonio Carlos de Azevedo Lobão ..... 07

#### **A indústria mineral e a globalização produtiva**

Cynthia Figueiredo Vasconcellos Corrêa ..... 16

#### **Distribuição regional da renda no Brasil: determinantes históricos e perspectivas**

Fernando Augusto Mansor de Mattos ..... 23

#### **A escolha racional do consumidor**

Flailda Brito Garboggini Siqueira ..... 56

#### **Cenários de futuro para a FACECA**

José Eduardo Rodrigues de Sousa e Nancy Gorgulho Chaves Braga ..... 76

#### **Projeções populacionais para Campinas e região: Parte I - tendências demográficas da região administrativa de Campinas 1970-1993**

Paulo de Martino Jannuzzi ..... 101

#### **O Hoshin Kanri na promoção da qualidade total: uma pesquisa com profissionais de empresas que possuem programas de qualidade total e/ou estão em busca do certificado da série ISO 9000 na cidade de Sorocaba-SP**

Alex Coltro ..... 115

#### **Desigualdades sociais nas metrópoles brasileiras. A consolidação da região de Campinas como metrópole regional**

Rossini Cruz ..... 128

**Notas sobre os limites da política industrial**

Silvia Possas ..... 152

**Crise ambiental, teoria econômica e desenvolvimento sustentável**

Valdemir Pires ..... 163

**OPINIÃO**

**O ensino de economia no Brasil: desafios atuais**

Mariano Francisco Laplane ..... 170

## EDITORIAL

A publicação "Cadernos da FACECA" consiste num esforço de garantia de espaço para registro de conhecimento científico, produzido pelos seus docentes e outros colaboradores do mundo acadêmico.

Este número apresenta em sua seção "Artigos" questões diversificadas e abrangentes, de interesse fundamental para o ensino e entendimento da realidade econômica e social do país.

O artigo "Ciência e Capitalismo" procura discutir a ciência vinculada aos problemas decorrentes da produção e da sobrevivência da sociedade. A relação: ciência e tecnologia e sua subordinação ao capital. O progresso humano e social e os avanços do capitalismo.

O artigo "A Indústria Mineral e a Globalização Produtiva" apresenta uma caracterização do atual paradigma tecnológico-produtivo, buscando identificar de que forma o modelo de crescimento menos concentrador, poderia trazer novas oportunidades de investimento e desenvolvimento tecnológico para o conjunto da indústria mineral.

O artigo "Distribuição Regional da Renda no Brasil: determinantes históricos e perspectivas", apresenta um breve relato do debate sobre o desenvolvimento regional brasileiro das últimas décadas, e ressalta as novas perspectivas apontadas para a questão regional no Brasil.

O artigo "A Escolha Racional do Consumidor", procura retomar algumas questões relativas ao comportamento do consumidor, principalmente aquelas relacionadas ao aspecto econômico, papel da publicidade e do marketing, na identificação e conquistas do consumidores.

O artigo "Cenários de Futuro para a FACECA", apresenta uma análise da região metropolitana de Campinas, como polo de desenvolvimento tecnológico e industrial, com disponibilidade de centros de pesquisa, de formação de pessoal e mão-de-obra qualificada. Aponta a necessidade de reavaliação, planejamento e adequação das instituições públicas e privadas, às novas exigências. E o papel da FACECA, na formação de profissionais habilitados para atender as novas exigências do mercado de trabalho dessa região.

O artigo "Projeções populacionais para Campinas e Região: Parte I - Tendências Demográficas da Região Administrativa de Campinas - 1970/1993", constitui-se no primeiro relatório de um projeto de pesqui-

sa que objetivou realizar projeções populacionais para Campinas para o período de 2000-2025. Apresenta informações qualitativas e quantitativas sobre: dinâmica da fecundidade, da mortalidade e migratória em âmbito Macro-Regional, que permitem traçar configuração demográfica atual da Região Administrativa de Campinas.

O artigo "O Hoshin Kanri na Promoção da Qualidade Total: uma Pesquisa com Profissionais de Empresas que possuem Programas de Qualidade Total e/ou estão em busca do Certificado da Série ISO 9000, na cidade de Sorocaba-S.P.", consiste num estudo exploratório, com profissionais que atuam nesses programas, com o objetivo de identificar o nível de conhecimento e utilização de ferramentas gerenciais da qualidade, as dificuldades e benefícios alcançados.

O artigo "Desigualdades Sociais nas Metrôpoles Brasileiras. A Consolidação da Região de Campinas como Metrópole Regional", apresenta uma discussão sobre o processo de deterioração das condições de vida das cidades brasileiras, associando tal processo às crises econômicas que se sucederam nas últimas décadas e à manutenção de um modelo de crescimento e desenvolvimento altamente excludente.

O artigo "Notas sobre os Limites da Política Industrial", procura identificar os limites da atuação do Estado e sua eficácia frente a política industrial. Apresenta questões que envolvem: política industrial x competitividade x conseqüências sociais. Busca apontar o papel econômico do mercado, e as implicações da política industrial, na promoção da melhoria da qualidade de vida das populações.

O artigo "Crise Ambiental, Teoria Econômica e Desenvolvimento Sustentável", apresenta uma discussão teórica sobre o desenvolvimento econômico, com questões sobre mercado, produtividade e destrutibilidade e a sua relação com a crise ambiental. Procurando identificar possibilidades de mudança para atender as necessidades de vida, trabalho social e ambientalmente sustentáveis.

Finalmente, a seção "Opinião", discute "O Ensino de Economia no Brasil: Desafios Atuais", e quais fatores têm subsidiado este debate. A preocupação com a demanda atual e dificuldades observadas na implementação da reforma curricular.

# CIÊNCIA E CAPITALISMO

*Antonio Carlos de Azevedo Lobão<sup>1</sup>*

## 1. INTRODUÇÃO

A neutralidade e a auto-determinação da ciência parecem fazer parte do senso comum. A ciência como produto de cientistas abnegados e idealistas, que objetivam o conhecimento por si e que trabalham em laboratórios públicos de pesquisa e universidades, seguindo uma lógica própria, dada quase que exclusivamente pela dinâmica interna do progresso científico, tem sido a visão predominante para a maioria das pessoas, o que, por sua vez, constitui forte justificativa para o maciço apoio dado pelo Estado à pesquisa, principalmente nos países desenvolvidos.

Uma vez que a ciência tem como características a distinção e o distanciamento entre o cientista (sujeito) e o objeto estudado, a capacidade de excluir da análise os elementos subjetivos, na medida em que a observação, experimentação e interpretação procuram alcançar o objeto (construído ou real) como modelo aproximado da realidade, e como os resultados obtidos independem dos humores e paixões dos cientistas, o senso comum social tende a considerar a ciência como neutra e imparcial. E essa visão tem, de certa forma, permeado a história da sociedade ocidental, embora, como nos diz Chauí, no passado, o senso comum via o cientista mais como inventor e gênio solitário, enquanto, hoje, essa visão se assemelha mais à de um engenheiro e mago "em roupas brancas, no interior de grandes laboratórios repletos de objetos incompreensíveis, rodeado de outros cientistas, fazendo cálculos misteriosos diante de dezenas de computadores."(Chauí,1994:282).

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (FACECA/PUCCAMP). Doutorando em Política Científica e Tecnológica pelo Instituto de Geociências da UNICAMP.

É sobre esse senso comum que este artigo pretende lançar luz, iluminando uma face da ciência, oculta à maioria das pessoas e mesmo à grande parte dos cientistas<sup>2</sup>, a da sua transformação em mercadoria e em importante força produtiva e a subordinação real da ciência à lógica da acumulação capitalista: “tanto na visão anterior - o cientista como inventor e gênio solitário - quanto na atual - o cientista como membro de uma equipe de engenheiros e magos -, o senso comum vê a ciência desligada do contexto das condições de sua realização e de suas finalidades. Eis porque tende a acreditar na neutralidade científica, na idéia de que o único compromisso da ciência é com o conhecimento verdadeiro e desinteressado e a solução correta de nossos problemas. A ideologia científicista usa essa imagem idealizada para consolidar a neutralidade científica, dissimulando, com isso, a origem e a finalidade da maioria das pesquisas, destinadas a controlar a Natureza e a sociedade segundo os interesses dos grupos que controlam os financiamentos dos laboratórios”(Chaui, 1994:282).

## 2. O CAPITALISMO E A CIÊNCIA

A percepção dessa face oculta da ciência prescinde do entendimento de outras questões: por quê, ao contrário dos sistemas que o precederam, o capitalismo cria incentivos tão poderosos à mudança tecnológica?; ou, ainda, que papel joga a ciência no interior das forças produtivas?

A vinculação da ciência com os problemas decorrentes da produção e da sobrevivência da sociedade é bastante antiga. É possível afirmar que a ciência é uma resposta da humanidade aos problemas colocados ao seu desenvolvimento, problemas esses que passam a ser reco-

---

2 Mesmo para os economistas, que se defrontam com as próprias leis da acumulação capitalista como objeto de estudo, essa face tem permanecido obscura. Para grande parte deles, a ciência aparece como uma variável exógena ao processo de produção. Nesse sentido, o conhecimento científico aparece ainda como um bem durável (que não se destrói ou se altera com o uso), como algo que pode ser utilizado por outros sem qualquer custo adicional e como algo de difícil apropriabilidade, além de apresentar elevado grau de incerteza quanto ao seu sucesso. Em outras palavras, o conhecimento científico não pode ser considerado “mercadoria”, mas sim um bem público, não estando sujeito às leis de mercado, o que, mesmo para os economistas liberais, justifica a forte intervenção estatal na pesquisa científica. (Callon, 1993:397-401)

nhecidos na medida em que as condições materiais para seu equacionamento estão presentes ou próximas de serem alcançadas.<sup>3</sup> Nesse sentido, afirma Rosenberg: "Da mesma forma que a esfera econômica e as exigências do processo de produção dão forma às instituições políticas e sociais do homem, também dão forma à sua atividade científica em todas as fases da história. A ciência não cresce ou se desenvolve em resposta a forças internas à mesma ciência ou à comunidade científica. Não é uma esfera autônoma da atividade humana. Mas a ciência precisa ser entendida como atividade social que responde a forças econômicas. São as necessidades cambiantes do homem quando se articulam com a produção que determinam a direção do progresso científico."(Rosenberg,1976:142).

Se é certa a dependência existente entre a técnica e o estado da ciência, a afirmação acima mostra claramente que a dependência da ciência com relação ao estado e às necessidades da tecnologia é muito mais forte.

Mas, enquanto nos sistemas anteriores a estrutura de dominação se assentava fundamentalmente na manutenção de uma situação vigente, no capitalismo a essência da dominação burguesa se assenta na capacidade de transformar e revolucionar as forças produtivas, ou seja, no dinamismo da tecnologia e do progresso técnico<sup>4</sup>. Ao considerarmos esse caráter progressivo, intrínseco ao sistema, é que podemos entender em que medida é fundamental ao capitalismo a subordinação<sup>5</sup> real da ciência, inclusive como forma de permitir a subordinação real do trabalho ao capital.

3 "Uma formação social nunca perece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida, e novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar, antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio mesmo da velha sociedade. É por isso que a humanidade só se propõe as tarefas que pode resolver, pois, se se considera mais atentamente, se chegará à conclusão de que a própria tarefa só aparece onde as condições materiais de sua solução já existem, ou, pelo menos, são captadas no processo de seu devir."(Marx, 1857:26)

4 Em certo sentido, essa visão é percebida por Schumpeter ao afirmar que "o problema usualmente estudado é o da maneira como o capitalismo administra a estrutura existente, ao passo que o problema crucial é saber como ele a cria e destrói." (Schumpeter, 1943:107).

5 O termo mais preciso, segundo Galvan (1982), é subsunção e não subordinação, na medida em que a ciência acaba por ser ela mesma incluída e como que transformada em capital.

Embora tenha seu desenvolvimento historicamente condicionado pela esfera produtiva e tenha sido impulsionada para dar respostas às demandas existentes na sociedade, a ciência somente passa a ser aplicada sistematicamente ao processo produtivo a partir de um momento específico do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. É a partir da constituição de um "sistema de máquinas", ou ainda, no "maquinismo" que a ciência casa-se definitivamente com a produção.

Até esse momento, embora possam se diferenciar no que diz respeito às relações sociais, as manufaturas capitalistas e as corporações de ofício artesanais do feudalismo pouco se diferenciavam com relação à tecnologia empregada. Mesmo com o avanço da divisão do trabalho, o processo produtivo continuava truncado pelas restrições impostas pelo homem no que se refere à velocidade, precisão, energia e ao número de trabalhadores a serem empregados.

A passagem da manufatura para a grande indústria é o momento em que o capital se apodera efetivamente do processo de trabalho, em sua forma historicamente herdada, e revoluciona as condições técnicas e sociais para sua realização, ou seja, revoluciona o próprio modo de produção, a fim de aumentar a produtividade do trabalho e, a partir desse aumento, reduzir o valor da força de trabalho, ampliando, de forma praticamente ilimitada, a extração de mais-valia e a acumulação de capital.

A introdução de máquinas diferenciadas, movimentando ferramentas específicas, articuladas entre si e impulsionadas por uma força motriz regular e controlável, vai alterar profundamente o processo de produção e a organização do trabalho. A substituição do trabalhador, que opera uma única ferramenta por um mecanismo, que opera com uma massa de ferramentas iguais ou semelhantes, movimentadas por máquinas a vapor, além de ampliar a produtividade do trabalho, acaba por aprofundar o processo de subordinação do trabalho ao capital, potencializando e rompendo os limites subjetivos à acumulação capitalista. Além disso, na medida em que a maquinaria permite o barateamento das mercadorias, ela acaba por reduzir também o valor da força de trabalho e com isso ampliar a extração de mais-valia.

Num sistema de máquinas, “o objeto de trabalho percorre uma seqüência conexas de diferentes processos graduados, que são realizados por uma cadeia de máquinas ferramentas diversificadas, mas que se completam mutuamente” (Marx, 1867:12). Dessa forma, cada máquina fornece à seguinte sua matéria prima e, como elas atuam simultaneamente, o produto se encontra em praticamente todas as fases de sua elaboração e o processo produtivo é tanto mais perfeito quanto maior a sua continuidade. É para alcançar essa “perfeição” que o capital se volta para a ciência, e é nesse momento que esta está apta a responder às necessidades da produção.

Todavia, “a aplicação da ciência ao processo produtivo supõe enfrentar-se com leis impessoais da natureza e liberar-se de toda dependência do orgânico. Supõe cálculos a respeito do comportamento dos fenômenos naturais. Supõe a exploração de relações físicas que foram estabelecidas por meio de disciplinas científicas. E supõe também um grau de predição de tipo puramente objetivo, graças ao qual as incertezas e subjetividades do comportamento humano têm sido excluídas sistematicamente. A ciência, em resumo, somente pode incorporar seus descobrimentos à maquinaria impessoal.” (Rosenberg, 1976:146)

Assim, o trabalho morto vai, em escala crescente, substituindo o trabalho vivo, deslocando fundamentalmente o foco da acumulação, da força de trabalho para os meios de produção. O trabalhador passa a ocupar um papel cada vez mais complementar ao das máquinas, na medida em que o ritmo e até a qualidade do produto passam a ser determinados por estas.

Mas, ao atingir certo grau de desenvolvimento a grande indústria vai esbarrar num outro tipo de obstáculo: a sua própria base, o setor produtor de bens de capital, também precisa ser revolucionada. A acumulação exige que máquinas sejam feitas por máquinas. A partir desse momento o efeito de disseminação da maquinaria vai se multiplicando por quase todos os setores da economia, que passam a operar de forma capitalista e, no bojo desse processo, a ciência vai mais e mais se transformando num fator produtivo fundamental à acumulação.

Além disso, a concorrência intercapitalista e a busca de mais-valia extraordinária fazem com que aprimoramentos e inovações sejam rapi-

damente incorporados ao processo de produção. Embora a busca dessa mais-valia extraordinária possa explicar, ao nível do capital individual, a introdução das inovações, esse processo termina por gerar, para o capital social global, um aumento da mais-valia relativa, na medida em que a difusão das novas tecnologias termina por reduzir o custo de reprodução da força de trabalho.

Eliminadas as barreiras impostas pela força de trabalho, o eixo focal da acumulação se volta para o domínio das próprias forças da natureza, na tentativa de colocá-las a serviço do capital. Novas fontes de energia e novos materiais vão surgindo à medida que os conhecimentos da física, química, biologia etc., vão sendo absorvidos e canalizados para a atividade produtiva, tornando praticamente ilimitadas as possibilidades da acumulação. Setores industriais inteiros são criados a partir de forte base científica. A constituição desses setores "science based" vai marcar, se não uma inversão de causalidade tecnologia -> ciência, uma forte correlação entre ambas, com aumento substancial no grau de interpenetração entre o desenvolvimento científico e o tecnológico.

Da mesma forma que a maquinaria possibilitou a subordinação real do trabalho ao capital, foi, naquele momento específico, que se iniciou a subsunção real da ciência no capital. Uma vez que a maquinaria pode ser considerada como o resultado da "acumulação social da ciência" ou do "uso tecnológico da ciência", ao incorporar-se nas máquinas, a ciência, como resultado do trabalho científico, ou, como produto, também se incorporou ao capital, se transformou em capital.

Mas, mesmo como produto, a ciência permanece subordinada ao capital a partir da forte correlação que estabelece com a tecnologia. Nesses termos, o desenvolvimento científico passa a ser fortemente marcado pela evolução e pelas necessidades tecnológicas. Em primeiro lugar, a tecnologia é a principal geradora dos fenômenos estudados pela ciência, na medida em que o aperfeiçoamento tecnológico depende substancialmente dos avanços da ciência. Além disso, o potencial econômico em determinado setor sinaliza e canaliza os esforços científicos, fazendo com que a lógica interna da indústria termine por orientar e determinar o rumo da pesquisa científica. Por outro lado, os

“breakthroughs” tecnológicos são, frequentemente, pontos de partida para o desenvolvimento de novas áreas da ciência, além do que, o desenvolvimento de equipamentos e instrumentos tem se tornado fundamental para a viabilização do avanço científico.

### 3. CONCLUSÃO

Diante do exposto é possível compreender o papel que cumpre a ciência dentro do conjunto das forças produtivas bem como em que sentido ela não pode ser considerada neutra ou imparcial, ou ainda um “bem público”. É nesse quadro que sua face de “mercadoria”, apropriável e apropriada, a serviço da acumulação e fundamental para que esta ocorra, torna-se visível. Assim sendo, poderia o capital ficar à mercê da boa vontade de cientistas ou inventores? Nos parece óbvio que a negativa é a única resposta a essa questão. É evidente que a apropriação da ciência enquanto produto não é suficiente. Da mesma forma que foi essencial a subordinação real do trabalho operário, a evolução do capitalismo tornou imprescindível à subordinação (ou subsunção) real do trabalho científico, embora haja uma diferença fundamental entre o interesse do capital por esses distintos tipos de trabalho: “O que interessa ao capital no trabalho científico não se define pelos mesmos parâmetros que no caso do trabalho manual, onde, grosso modo, reina o critério *produzir tantas e tais mercadorias em tanto tempo*. No caso do trabalho científico, o que interessa é mais indireto: fazer com que os trabalhadores manuais produzam tais e tantas mercadorias em tanto tempo. Perante este critério, os outros são, no caso, secundários. Pode, assim, um capital particular *vender* o produto de seus técnicos: novos processos, novos produtos (marcas, patentes, licenças etc.). Mas a amarra fundamental para o capital como tal (o capital *em geral*) é a da produtividade dos *outros*, dos trabalhadores *manuais*, ainda que, após tantas inovações, já não tenham mais que usar tanto as mãos. Em síntese: enquanto o trabalhador manual interessa ao capital pelo que ele (ou a máquina por ele assistida) produz, o trabalhador científico, intelectual, interessa pelo que outros trabalhadores vão realizar.”(Galvan,1982:97).

Nesse sentido, o trabalhador científico acaba por se transformar também em um apêndice da máquina (algumas vezes por ele construída), da mesma forma que seu colega operário. O alto custo da ciência, o acesso a determinados equipamentos, o direcionamento dos fundos de financiamento, a diferenciação dos salários e o reconhecimento profissional, acabam por submeter os cientistas e até mesmo as universidades e laboratórios públicos de pesquisa à lógica implacável da acumulação. Além disso, as práticas diárias das atividades produtivas e da concorrência inter-capitalista, acabam produzindo novas e frequentes demandas às ciências que levam muitas empresas a optar por constituírem gigantescos complexos de P&D internos, recrutando cientistas que cumprem sua jornada de trabalho nas próprias instalações dessas empresas e em seus laboratórios, no que se assemelham aos trabalhadores manuais.

Um outro aspecto, presente nesse processo de subordinação da ciência e do trabalho científico, merece ser considerado. A forte interpenetração existente entre a ciência e a tecnologia, acaba por transferir a esta última, e, por decorrência, ao próprio sistema que a gera e utiliza, a mesma justificativa ideológica que suporta o trabalho científico. Dessa forma, a idéia de que somente o conhecimento científico é um conhecimento verdadeiro e objetivo, e portanto, universal, válido em qualquer tempo e local, acaba por ser também transferida à tecnologia. Nesse sentido, somente a ciência e a tecnologia, nascida da ciência, podem resolver os problemas humanos, até mesmo os problemas psicológicos, morais, sociais e políticos.

Ao incorporar a ciência e submeter o trabalho científico à lógica da acumulação e ao fortalecer os laços entre a ciência e a tecnologia, o capital, além do dinamismo imprescindível à sua acumulação, acaba por conquistar mais um poderoso instrumento ideológico: a idéia de neutralidade e racionalidade de sua tecnologia e do seu processo produtivo. O progresso humano e social, acaba, dessa forma, sendo percebido como progresso técnico e material, e os avanços do capitalismo nessa direção adquirem, perante o senso comum, a aprovação e aceitação que somente são dadas a um caminho quando não existe nenhum outro a seguir.

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRAVERMAN, H. (1974)**, "Trabalho e Capital Monopolista", Zahar, Rio de Janeiro, 1981.
- MARX, K.(1867)**, "O Capital", S. Paulo, Nova Cultural, 1985.
- MARX, K. (1857)**, "Para a Crítica da Economia Política", São Paulo, Abril Cultural, 1982.
- CALLON, M. (1993)**, "Is Science a Public Good ?" in Science, Technology & Human Values, Vol 19, n. 4, Outono 1994, Sage Publications, Thousand Oaks, 1994.
- CHAUÍ, M. (1994)**, "Convite à Filosofia", São Paulo, Ed. Ática, 1994.
- GALVAN, C. G.(1982)**, "Capital, Tecnologia & Questionamentos", Shorin, João Pessoa.
- LÉVY LEBLOND, J. & JAUBERT, A. (org.), (1975)**, "(Auto)Crítica de la Ciencia", Nueva Imagen, México, 1980.
- ORSENIGO, L (1989)**, "The Emergence of Biotechnology - Institutions and Markets in Industrial Innovation, Pinter Publishers, Londres, 1989
- ROSENBERG, N. (1976)**, "Tecnologia y Economia", Gustavo Gili, Barcelona, 1979.
- ROSENBERG, N. (1982)**, "Inside the Black Box - Technology and Economics", Cambridge University Press, 1982.
- SCHUMPETER, J. A. (1943)** "Capitalismo, Socialismo e Democracia", Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1961.

# A INDÚSTRIA MINERAL E A GLOBALIZAÇÃO PRODUTIVA

Cynthia Figueiredo Vasconcellos Corrêa<sup>1</sup>

## 1. INTRODUÇÃO

Neste estudo a globalização produtiva é entendida como a difusão do "estado da arte" mundial em termos de tecnologias de organização da produção (compreendendo a base técnica de produção, as tecnologias de processo, as práticas gerenciais e a gestão do trabalho).

Existe já um certo consenso na literatura internacional que mostra que quanto mais dedicadas à exportação forem as empresas de um país, maior a proximidade a padrões tecnológicos e organizacionais mundiais. (Richardson, 1991)

Neste sentido, o objetivo do presente artigo é destacar os principais elementos que devem ser considerados na definição de parâmetros *world class* para a indústria mineral.

Inicialmente é feita uma breve caracterização do atual paradigma tecnológico-produtivo, tendo como ponto de partida a crise do padrão de produção taylorista-fordista nos anos setenta.

Em seguida, são apresentadas e discutidas as novas estratégias de competição da indústria mineral em uma perspectiva global. Estas estratégias baseiam-se em parâmetros de *performance* de operação e financeiros que serão aqui analisados.

---

<sup>1</sup> Professora do Departamento de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (FACECA/PUCCAMP). Mestre e Doutoranda em Administração e Política de Recursos Minerais pelo IG - Unicamp.

## 2. GLOBALIZAÇÃO PRODUTIVA: AS NOVAS ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS DE COMPETIÇÃO EM ESCALA MUNDIAL NA INDÚSTRIA MINERAL

A década de 80 trouxe o esgotamento do padrão de desenvolvimento comandado pelo setor de bens duráveis de consumo e uma certa liderança, ainda que parcial, exercida pelo setor mineral na economia brasileira.

Essa liderança, fruto das exportações crescentes de minerais primários e também semimanufaturados, espelha a significativa representatividade dos minerais na pauta total de exportações do período: nada menos que 20%, em média anual, do valor real global (excluindo-se os produtos energéticos).

A *performance* das exportações nos anos 80 mostra a existência de um mínimo de competitividade na indústria brasileira que, no entanto, é específico e diferenciado entre os setores da economia.

Além dos elementos que caracterizam a competitividade espúria (desvalorização do trabalho local e baixos preços dos recursos naturais) e da contribuição da política cambial<sup>2</sup>, alguns ganhos técnicos são observados, por exemplo, em setores como siderurgia e petroquímica.

A indústria mineral brasileira sempre operou em larga escala e desde a sua implantação contou com projetos voltados à exportação. A competitividade dessas exportações, até os anos 70, era calcada em grande parte na potencialidade das reservas minerais nacionais, na grande escala de produção e nos reduzidos custos com mão de obra.

A perda de dinamismo do modo fordista de produção, os dois choques do petróleo nos anos setenta, o acirramento da concorrência internacional e as inovações tecnológicas (microeletrônica e mecânica de precisão, principalmente) desencadearam uma profunda reestruturação produtiva nas economias capitalistas avançadas no início dos anos 80.

---

2 O papel da taxa de câmbio real na explicação do volume exportado de bens minerais pelo Brasil no período já foi por nós analisado em estudo anterior. Para tanto veja Corrêa (1995).

Esse processo assumiu conformações específicas de acordo com o ambiente econômico-institucional do país em vias de reorganização técnico-produtiva.

Alguns países priorizaram os setores industriais de alto conteúdo tecnológico e o mercado externo, conformando a orientação neo-liberal para a gestão macroeconômica, como os Estados Unidos.

No outro extremo, encontravam-se países como a Itália e a França que conceberam a montagem de complexos industriais baseados na maior integração entre setores e regiões da economia local seguindo um veio mais keynesiano para suas políticas públicas.

Os modelos de maior êxito, contudo, associaram a incorporação de progresso técnico à uma nova filosofia de organização da produção (e do trabalho) - caso da Alemanha e do Japão.

O modelo taylor-fordista caracterizado pela grande escala de produção de produtos padronizados, vai paulatinamente cedendo lugar à formação de um novo paradigma de industrialização. Esse paradigma é decorrente das novas tecnologias e novas formas de organização da produção.

A produção em lotes menores, ao mesmo tempo que se continua com a produção em grande escala, torna-se necessária devido à concorrência pelos mercados (atualmente menores e mais diferenciados); a flexibilidade é a característica fundamental do processo de reestruturação industrial levado a cabo no Japão.

Mais recentemente, as inovações no campo da tecnologia de informação e de telecomunicações têm conduzido à uma relativa convergência das capacidades tecnológicas entre países desenvolvidos, impulsionando as mudanças em suas estruturas produtivas no sentido da globalização.

As inovações tecnológicas e os (novos) conceitos que envolvem a relação capital-trabalho no Japão resultaram na definição de uma série de parâmetros de *performance* de operação e financeiros para as empresas, denominados *world class* para a indústria como um todo.

Com a globalização, ou seja, com a base produtiva internacionalizada, a estratégia de competição das empresas se baseia nas vantagens comparativas e na existência de barreiras ao comércio por zonas geográficas.

A questão é que o novo paradigma técnico-produtivo está contribuindo para alterar as vantagens comparativas entre países. Atualmente a mais estratégica parece ser a chamada "habilidade contextual" dos trabalhadores dentro da empresa, ou seja, a capacidade para processar informações (habilidades intelectuais) dos trabalhadores que operam o sistema (Aoki, 1990).

Vantagens comparativas ligadas ao baixo custo da força de trabalho doméstica ou reduzidos preços de recursos naturais tendem a diminuir à luz do novo padrão tecnológico, por isso torna-se interessante analisar os parâmetros de operação das indústrias domésticas voltadas à exportação, principalmente, da indústria mineral.

Trata-se de investigar que tipo de reação se observa nessas empresas quanto ao modo de operação e organização da produção. No tocante à indústria mineral e a definição de parâmetros *world class* para a mesma, torna-se necessário o desenvolvimento de um novo conceito de "criação de valor" que percorra toda a cadeia produtiva em escala mundial.

Nesse sentido, a indústria é *customer-driven*, cada estágio no processo de criação de valor é o cliente do estágio anterior até o cliente ou fase final do processo. A estratégia *customer-driven* altera as operações em termos de volume de produção, qualidade e estilo de administração (Richardson, 1991).

Nesta estratégia a produção é "puxada" pelo cliente, o que faz com que as etapas posteriores da produção ordenem as fases anteriores, criando uma rede interna de informações bastante dinâmica. A eficiência da empresa deve-se em grande parte à qualidade do sistema de informação nela institucionalizado (Aoki, 1990).

A indústria de bens finais nos países avançados é *customer-driven* e essa tendência também se observa na indústria brasileira (um proces-

so conduzido, principalmente, pelas subsidiárias de empresas estrangeiras que operam no Brasil), por isso, os produtores minerais que ofertam para essas indústrias também estão sujeitos aos mesmos requerimentos. Vejamos agora algumas das dificuldades do processo de reestruturação produtiva na indústria mineral.

Nesta indústria, a questão da mão de obra direta é fundamental, pois os operários manejam equipamentos de alto valor, e se não houver domínio sobre as atividades de operação, o manejo inadequado do material conduz a reduções das margens de lucro.

Outros importantes fatores de custo na indústria mineral que opera em moldes tradicionais são as variações na especificação do produto de um estágio do processo para o próximo, além do longo tempo de processamento dos materiais e a necessidade de manter estoques todo o caminho ao longo da cadeia de criação de valor.

Richardson (1991) define como elementos-chaves dos parâmetros de operação, as análises da circulação de material e a capacidade de controle do processo. O envolvimento do operário, a minimização do tempo de manejo e a estratégia *customer-driven* tornam-se fundamentais.

O desenvolvimento de um fluxo contínuo de operações e o controle automatizado do processo são muito importantes para minimizar as variâncias e aumentar a criação de valor.

Os elementos que contribuem para a geração de valor na indústria mineral são a recuperação global de minerais ao longo da cadeia produtiva e não apenas em segmentos (etapas) individuais da produção, a maximização da utilização das instalações e equipamentos (pois esta indústria é capital-intensiva) e o envolvimento dos trabalhadores na operação e administração do sistema.

Em grande parte das operações minerais, os trabalhadores na mina controlam a taxa de produção, ou através da tonelagem extraída ou do controle da qualidade. Isso implica na importância de se maximizar o valor do trabalho através da automação, treinamento e políticas de envolvimento dos operários e pessoal de apoio.

As novas tecnologias de operação definem também parâmetros para uma *performance* financeira, que incluem a taxa rápida de recuperação do capital (maximização da utilização de máquinas, equipamentos e instalações) e a minimização do *cash* em estoques (ciclo de tempo de processamento do material rápido). A idéia é otimizar o sistema como um todo, ou seja, toda a cadeia de valor, para funcionar num baixo custo unitário.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi visto que o setor mineral desempenhou importante papel nos anos oitenta principalmente devido ao incremento ocorrido em suas exportações.

Dadas as mudanças que estão sendo introduzidas pelo novo paradigma técnico-produtivo no que se refere às vantagens comparativas, é importante analisar os elementos determinantes da *performance* de operação e financeira da indústria mineral doméstica que ajudam a compreender o nível corrente da atual estratégia competitiva do setor e suas possibilidades futuras de inserção internacional.

A busca da competitividade autêntica é fundamental para que se estabeleçam vantagens comparativas mais duradouras e compatíveis com a melhoria do padrão de vida da população como um todo.

As disponibilidades de minérios no Brasil são compatíveis com um modelo de crescimento menos concentrador, que inclísse maior parcela da população ao mercado consumidor nacional. Esse modelo traria novas oportunidades de investimento e desenvolvimento tecnológico para o conjunto da indústria mineral.

### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AOKI, M. **La estructura de la economia japonesa**. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

CORRÊA, C. F. V. **Balança comercial mineral e desvalorização cambial no Brasil: a dinâmica dos anos 80.** Dissertação (Mestrado em Administração e Política Recursos Minerais). Instituto de Geociências, Unicamp, 1995. 148 p.

RICHARDSON, P.R. **Cost containment: the ultimate advantage.** New York: The Free Press, 1988.

\_\_\_\_\_. World class mineral operations. **CRS Perspectives**, [s.l.], n.36, 2-12, jun.1991.

# DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA RENDA NO BRASIL: DETERMINANTES HISTÓRICOS E PERSPECTIVAS

*Fernando Augusto Mansor de Mattos<sup>1</sup>*

## 1. APRESENTAÇÃO

A elevada concentração regional da renda existente no Brasil representa um dos principais aspectos abordados pela literatura sobre o desenvolvimento econômico do país nas últimas décadas. O padrão de desenvolvimento econômico brasileiro foi marcado por uma acentuada heterogeneidade estrutural<sup>2</sup>, que se reflete em elevada concentração setorial, pessoal e regional da renda.

A industrialização pesada no Brasil, iniciada nos anos 50, reforçou todas estas dimensões de concentração da renda na sociedade brasi-

---

1 Professor do Departamento de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (FACECA/PUCCAMP). Mestre em Economia pelo Instituto de Economia/UNICAMP e Doutorando pelo mesmo Instituto. O autor agradece ao Prof. Fernão Pompêo de Camargo Neto pelas inestimáveis sugestões feitas após a elaboração da primeira versão deste texto, eximindo-o, entretanto, de eventuais imprecisões ainda existentes na forma de apresentação desta última versão. O autor também registra sua gratidão ao Prof. Carlos A. Pacheco (UNICAMP) que, mesmo nos momentos finais de elaboração de sua tese de Doutorado, encontrou tempo para comentar uma versão deste trabalho e para fazer esclarecimentos sobre as diferenças metodológicas existentes entre as várias instituições que se dedicam a estimar os dados de contas regionais referentes aos anos 90. É desnecessário ressaltar que devem ser imputados apenas ao autor deste artigo os eventuais equívocos derivados da escolha das estimativas dos PIB's estaduais dos anos 90, bem como as imperfeições porventura ainda existentes no conteúdo do texto.

2 Sobre os vários aspectos em que se revela a heterogeneidade estrutural, ver Pinto (1976). O autor demonstra, para a América Latina, como a etapa monopolista do desenvolvimento capitalista e as exigências de elevado capital inicial mínimo para a instalação dos setores industriais fizeram com que a incorporação do progresso técnico, a cargo das empresas multinacionais e do Estado, não ocorresse de forma homogênea em toda a estrutura produtiva, mantendo a convivência entre os setores de ponta recém-instalados e as atividades tradicionais presentes desde o período em que a acumulação de capital estava em sua fase primário-exportadora. Desta forma, consolidaram-se enormes diferenças setoriais, regionais e pessoais de renda nos países latino-americanos que, a partir dos anos 50, promoveram a industrialização pesada.

leira, as quais, de resto, já estavam presentes desde pelo menos o início do século. A montagem da estrutura industrial baseada nos setores de bens de capital e de bens de consumo de alto valor unitário (em que o maior exemplo é o setor automobilístico) ocorreu de forma concentrada na região Sudeste do país, especialmente no estado de São Paulo, que consolidou a liderança do processo de acumulação capitalista na economia brasileira. A concentração regional da renda em São Paulo atingiu seu auge por volta de 1970, a partir de quando houve uma desconcentração que se generalizou em direção às diversas regiões do país.

Nos anos 90, entretanto, há evidências de que aquele padrão de desconcentração regional da renda assume novas características, revelando uma tendência de reconcentração dos investimentos em torno da região Sudeste, em detrimento principalmente das regiões Norte e Nordeste do país. Neste contexto, a questão regional assume crescente importância, dado que as transformações nos padrões de gestão e produção dos grandes conglomerados capitalistas mundiais e a volatilidade da riqueza financeira internacional estabelecem novos parâmetros para o direcionamento dos investimentos produtivos entre os vários pontos do planeta, com evidentes impactos regionais diferenciados também dentro dos países, especialmente os de elevada dimensão territorial e acentuada concentração espacial da renda, como o Brasil.

O objetivo deste texto é fazer um breve relato do debate sobre o desenvolvimento regional brasileiro das últimas décadas, com especial ênfase para o período posterior a 1970. Como forma de ilustrar tal debate, descreveremos a evolução da participação relativa dos Estados da Federação e das Regiões Geográficas no Produto Interno Bruto desde 1970 até 1994. Por fim, teceremos alguns comentários a título de conclusão, ressaltando as novas perspectivas colocadas para a questão regional no Brasil.

## **2. DEBATE SOBRE A QUESTÃO REGIONAL BRASILEIRA**

A questão regional brasileira tem origem no período colonial, quando se formaram diferentes economias regionais primário-exportadoras

baseadas no trabalho escravo. Estas economias não constituíam um mercado nacional integrado, uma vez que sua dinâmica dependia fundamentalmente do setor externo. A superação da escravidão e o conseqüente desenvolvimento das formas capitalistas de produção consolidaram um elevado "desequilíbrio regional" no Brasil, pois São Paulo concentrou a produção industrial do país<sup>3</sup> e passou a existir "uma relação de forte predominância do complexo econômico paulista sobre as demais regiões do país, imprimindo-lhes, em grande medida, uma relação comercial de 'centro-periferia'" (Cano, 1977).

A questão regional no Brasil passou a ser amplamente discutida nos anos 50, década em que a implementação da indústria pesada no país acelera a integração do mercado nacional<sup>4</sup>, com o desenvolvimento dos setores de transportes, comunicações e a implementação dos setores de bens de capital e de bens de consumo de alto valor unitário. Desta forma, estavam postas as condições para a acumulação do grande capital produtivo e para a concentração industrial em São Paulo (estado da Federação que já liderava a produção industrial do país<sup>5</sup>), promovendo um aumento definitivo e contínuo do grau de complementaridade inter-regional da atividade econômica.

---

3 Conforme apontou Cano (1977), as origens da concentração industrial em São Paulo remontam ao início do século XX, quando a atividade cafeeira paulista passou a desenvolver relações capitalistas de produção e constituiu um "mercado interno" que girava em torno da produção cafeeira. A concentração industrial em São Paulo passou a comandar a dinâmica inter-regional do país. Em outras palavras, os condicionantes históricos da concentração industrial em São Paulo foram os responsáveis pela consolidação dos "desequilíbrios regionais" do país. Este conceito (desequilíbrios regionais) não se aplica ao período de economia primário-exportadora, quando foram criados, na verdade, apenas "complexos econômicos regionais", não existindo um mercado nacional integrado. Segundo Cano (1985), "para o período de análise (...) (1930-1970), abandono o uso da noção de complexo econômico regional, que utilizei na análise anterior a 1930, por julgá-lo agora insuficiente, dado que a integração do mercado nacional obriga-me a usar o conceito de economia nacional, sem contudo perder a perspectiva regional".

4 É necessário ressaltar, entretanto, que já na década de 30 o Estado brasileiro tratava de promover a integração do mercado nacional, eliminando as barreiras comerciais entre as regiões. Ver Guimarães Neto (1986).

5 Segundo Cano (1985), em 1919, a participação de São Paulo na produção industrial brasileira era igual a 31%; em 1929, era de 37,5% e, em 1939, de 45%.

O acelerado processo de concentração industrial em São Paulo, em contraste com a pobreza que afetava a maioria da população nordestina, impulsionou o debate da questão dos desequilíbrios regionais no final dos anos 50 e meados dos anos 60, em um contexto de rápida urbanização, com migrações inter-regionais intensas. A constituição do GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste), em 1959, representou um marco para o debate regional do período. O GTDN propunha transformações estruturais profundas na economia nordestina, visando torná-la mais eficiente e internamente mais integrada, através do desenvolvimento de relações capitalistas de produção<sup>6</sup>.

As dificuldades de implementar reformas radicais na estrutura produtiva da periferia do país tornaram-se definitivas com a advento do Regime Militar. Nos anos 70, porém, os formuladores da política econômica reconheciam explicitamente que a concentração regional do desenvolvimento econômico era uma questão a ser equacionada<sup>7</sup>. O II PND, no governo Geisel (1974-1979), promoveu investimentos em diversas regiões do país, procurando cumprir um de seus objetivos, que era o de atenuar a desigualdade regional de desenvolvimento econômico, promovendo a definitiva "integração nacional". Na década de 70, o desenvolvimento econômico das regiões periféricas foi favorecido, entre outros fatores, pela expansão da fron-

---

6 Sobre o GTDN e sobre o processo que levou à formação da SUDENE, ver Furtado (1985) e Furtado (1989). Em Cano (1985-introd.), o autor expõe alguns equívocos do GTDN, embora reconheça o avanço que este representou em relação às demais propostas de desenvolvimento regional vigentes no período. Basicamente, o autor ressaltou que, a partir da década de 1930, a acumulação de capital passava a ser comandada por São Paulo e as perspectivas de um desenvolvimento "autônomo" do Nordeste (conforme estava proposto nos projetos do GTDN) não poderiam mais ser plausíveis, dado que a integração do mercado nacional estava se dando a partir do centro dominante (SP), que condicionava a complementaridade da estrutura produtiva em nível nacional.

7 Ver Velloso (1980), sobre o II PND (1974-1979). Evidentemente, as propostas do II PND eram bem menos ambiciosas do que as presentes no GTDN, entre outros motivos porque este propunha, por exemplo, uma ampla reforma da estrutura agrária, algo que não esteve presente em nenhum projeto de desenvolvimento regional que tenha sido implementado depois de 1964.

teira agrícola<sup>8</sup>, pelo desenvolvimento acelerado dos setores de transportes e de comunicações e pela presença, nestas regiões, de recursos naturais abundantes - fato especialmente importante por atender a outro dos principais objetivos do II PND, qual seja, o de promover o crescimento do setor de bens intermediários<sup>9</sup>, visando a consolidação da integração da estrutura industrial brasileira<sup>10</sup> (Cano, 1993). Vale ressaltar que o esforço de investimento patrocinado pelos governos militares dos anos 70 também atendeu aos objetivos do Regime de angariar apoio político das regiões periféricas e de consolidar a integração da "Nação-Potência"<sup>11</sup>.

Os efeitos dos projetos então implementados puderam ser sentidos até 1985, quando praticamente todos os investimentos realizados no II PND já haviam maturado, promovendo um aumento significativo do produto industrial nas regiões periféricas<sup>12</sup>. A desconcentração das atividades agropecuárias, do extrativismo mineral e das atividades industriais propiciou também uma considerável desconcentração nos setores de serviços e comércio.

- 
- 8 Nos anos 70, o padrão de crescimento da produção agropecuária baseou-se muito mais na expansão da área cultivada do que em um aumento consistente da produtividade, o que provocou nítidos impactos regionais (Pacheco, 1996).
- 9 Este fato promove evidentes tendências de desconcentração da atividade produtiva, dada a necessidade de localização das plantas industriais próximas às fontes de recursos naturais.
- 10 Cano (1993) salienta que "a estrutura industrial brasileira demandava a instalação de uma nova e ampla base produtiva de insumos básicos, ao mesmo tempo em que o mercado internacional de mercadorias e de capitais permitiria algumas brechas promissoras para a exportação de aço, minerais não-metálicos semitransformados e alguns produtos químicos. Graças à base regional de recursos naturais, algumas destas oportunidades puderam se materializar na periferia brasileira (em grande parte no Nordeste), articulando ainda mais a indústria regional com a concentrada em São Paulo, ao mesmo tempo em que diversificava a inserção da indústria periférica no mercado internacional".
- 11 Na delimitação dos instrumentos de política industrial do II PND ficam claros os interesses políticos do Regime Militar em promover a desconcentração regional da indústria, especialmente na Resolução 14 do CDE, que tinha a prerrogativa de autorizar projetos industriais no período. Ver, sobre o assunto, Pacheco (1996), Cano (1985), Lessa (1978) e II PND (1974).
- 12 Na verdade, muitos destes projetos acabaram sendo impulsionados, na década de 80, pelo seu potencial exportador, mesmo que, eventualmente, não tenham sido originalmente concebidos com este propósito (e sim com o de atender ao mercado interno). Entretanto, a exigência de obtenção de elevados superávits na balança comercial, à medida que os compromissos com o pagamento da Dívida Externa e as obrigações de transferências reais ao exterior foram se avolumando ao longo dos anos 80, incentivou mudanças na orientação de muitos destes projetos.

Nos anos 80, a perda de dinamismo da economia brasileira desarticulou aquele padrão de desconcentração econômica regional. Um movimento de desconcentração ainda pôde ser percebido porque a crise afetou especialmente os setores industriais, concentrados em São Paulo<sup>13</sup> (principalmente) e no Rio de Janeiro. Portanto, a continuidade da desconcentração regional da renda, nos anos 80, foi muito mais resultado da perda de dinamismo da indústria paulista do que propriamente um efeito de um bloco de investimentos nas regiões economicamente mais atrasadas. Desta forma, os dados estatísticos de distribuição espacial da renda nacional captam o efeito-composição da perda de peso relativo da produção de São Paulo, embora este estado ainda continuasse a apresentar resultados muito mais expressivos que os dos demais estados da Federação. Deve-se ressaltar, porém, que este movimento de desconcentração econômica regional teve intensidade bem menor do que o de décadas anteriores, entre outros motivos pelo próprio fato de que a perda de dinamismo econômico e a retração dos investimentos atenua a intensidade da realocação espacial das atividades produtivas. Martine e Diniz (1991) chamam atenção para este aspecto: “a desconcentração resulta de novos investimentos e não da realocação das plantas produtivas já existentes”.

Cano (1995) apresenta outros vários elementos que contribuíram para desacelerar o crescimento das regiões menos desenvolvidas do país a partir de meados dos anos 80, entre os quais se destacam: “o desmantelamento do Estado Nacional e com ele o de vários órgãos regionais”, dificultando a capacidade de realização de políticas regionais, a abertura comercial abrupta e sem critérios, o esgotamento dos efeitos do II PND, a retração dos investimentos públicos federais e estaduais em obras de infra-estrutura nas regiões periféricas (como resultado da crise fiscal), a diminuição de preços e de quantidades de importantes produtos exportáveis e os investimentos em tecnologia de ponta em São Paulo.

Nos anos 90, estão colocados novos condicionantes para o padrão locacional do desenvolvimento econômico, em um contexto de acele-

---

13 Entre 1970 e 1985, a participação da indústria paulista na produção industrial nacional caiu de 56% para cerca de 44% .

radas mudanças nas formas de organização das empresas e de abertura comercial com impacto regionalmente diferenciado (Pacheco, 1996). As condições impostas pela chamada Terceira Revolução Industrial e o acirramento da concorrência externa tornam mais complexa a avaliação sobre as perspectivas da distribuição regional da renda. Sendo assim, a existência de certos requisitos de infra-estrutura regional, como, por exemplo, de sistemas de transportes e comunicações adequados às novas necessidades dos fluxos de produtos e de informações, de um mercado de trabalho com mão-de-obra altamente qualificada e de centros de excelência em pesquisa e tecnologia, entre outros, passam a exercer um papel cada vez mais destacado na atração de investimentos produtivos (Diniz, 1993).

Estes novos elementos parecem estar impedindo a continuidade da desconcentração econômica para fora da região Sudeste do país, o que não significa desconhecer que, mesmo dentro desta (e da região Sul), parecem estar se consolidando desigualdades cada vez mais significativas. Esta heterogeneidade intra-regional representa um aspecto nefasto da perda da capacidade do Estado em realizar uma política econômica que contemple a questão regional (Pacheco, 1996).

### **3. A EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS DA FEDERAÇÃO NO PIB BRASILEIRO**

A tabela 1 demonstra duas tendências distintas na evolução da participação dos PIB's estaduais no PIB brasileiro nas últimas décadas. A primeira, entre 1970 e 1985, revela uma contínua desconcentração regional da renda, explicitada pelo crescimento da participação relativa de quase todos os estados da Federação concomitantemente com a perda de participação de São Paulo e do Rio de Janeiro que, juntos, concentravam, em 1970, mais de 55% da renda nacional. Desta forma, as Regiões Norte, Centro-Oeste, Nordeste e Sul aumentaram suas respectivas parcelas na renda brasileira em detrimento da região Sudeste. A segunda tendência manifesta-se a partir de 1990, quando os valores projetados parecem indicar estar haven-

do um processo de reversão da desconcentração regional da renda<sup>14</sup>, revelada pelo aumento da participação relativa da região Sudeste na renda nacional<sup>15</sup>, tendo como contrapartida a queda do peso econômico de todas as demais regiões geográficas.

Por uma questão de método, o detalhamento da descrição destes dados deve iniciar-se pelo entendimento do que aconteceu em São Paulo, por ser o centro industrial do país e portanto por concentrar parcela expressiva da renda nacional. Em seguida, analisaremos os efeitos do desenvolvimento econômico do período 1970-1994 sobre os demais estados da região Sudeste. Na seqüência, descreveremos o processo de mudanças nos perfis espaciais de distribuição da renda das regiões Norte, Centro-Oeste, Nordeste e Sul, respectivamente.

---

14 Esta afirmação deve ser feita com algum cuidado, dada a relativa precariedade dos dados atualmente disponíveis com relação aos PIB's dos estados da Federação. De qualquer maneira, o que se pode constatar com relativa segurança é que, de fato, pelo menos desde 1990, não está ocorrendo desconcentração de renda para fora da região Sudeste, o que demonstra estar se gestando um novo padrão de distribuição espacial da renda no território nacional. Os dados utilizados para 1990 e 1994, neste texto, foram estimados pelo PEE (Programa de Estudos dos Estados) da EBAP (Escola Brasileira de Administração Pública) da FGV/RJ. No caso deste anos, optamos por trabalhar apenas com os dados agregados segundo regiões geográficas, como forma de evitar o enfrentamento das questões polêmicas que a divulgação desagregada destes dados tem suscitado nos órgãos de planejamento de alguns estados da Federação (vide artigo de 01/01/96 no jornal *Gazeta Mercantil*, pp. A-4). Algumas críticas metodológicas a estas informações estão presentes em Pacheco (1996). Optamos, entretanto, por manter estas informações por causa da ausência de outras mais confiáveis (entre as que têm abrangência nacional), até que o IBGE consiga reunir condições para divulgar as informações sobre o PIB dos estados. De qualquer maneira, a estimativa feita pela EBAP/FGV/RJ, sem perder de vista as críticas de especialistas em contas regionais, atende aos objetivos deste texto. Reservamo-nos a prerrogativa de fazer referências a movimentos específicos dos PIB's estaduais destes anos que estejam claramente delineados por estas ou outras estimativas estatísticas e/ou trabalhos recentes, embora, exceto no caso da região Sudeste, os dados desagregados por estados não estejam apresentados na tabela que acompanha este texto. Portanto, a análise desagregada por estados só pode ser feita para o período 1970-1985, quando comprovadamente ocorreu um amplo processo de desconcentração regional da renda nacional.

15 Tendo em vista as dificuldades metodológicas relacionadas aos dados dos anos 90 (conforme apontado no rodapé anterior), é importante ressaltar que as conclusões aqui apresentadas, relativas aos anos posteriores a 1985, são feitas a partir de documentos e estudos sobre a questão regional referentes a este período mais recente, não sendo derivadas exatamente dos dados apresentados na tabela de PIB's estaduais (tabela 1). Os dados dos anos 90 foram expostos muito mais com o propósito de ilustrar minimamente as observações referentes à evolução das economias regionais, do que para servir como base para conclusões mais consistentes a respeito das manifestações do desempenho regional brasileiro mais recente.

### 3.1. REGIÃO SUDESTE

O direcionamento de grandes blocos de investimentos (especialmente os relacionados ao II PND) em direção às regiões periféricas do país, nos anos 70, explica a perda de participação relativa da Região Sudeste na década. Na verdade, este movimento deveu-se à perda de posição de São Paulo e do Rio de Janeiro. Nos anos 80, conforme já sublinhamos, este processo de desconcentração da atividade produtiva continuou em ritmo bastante inferior, dada a perda de dinamismo da economia brasileira no período. A manutenção do processo de desconcentração relativa, na década de 80, está relacionada ao fato da crise ter atingido principalmente os setores industriais, que estão mais concentrados em São Paulo e, em menor medida, no Rio de Janeiro. Ou seja, o ciclo econômico provoca efeitos distintos sobre as regiões, pois estas apresentam estruturas produtivas bastante diferenciadas, de tal maneira que os centros industriais mais desenvolvidos, principalmente por terem alto peso das indústrias de bens de capital e de bens duráveis de consumo, são os mais afetados em um contexto de retração da taxa de investimento. Sobre isto vale citar uma passagem de Pacheco (1996): "...as estruturas produtivas regionais industrialmente mais complexas, com grande peso da produção de duráveis e de bens de capital, refletem de forma mais acentuada qualquer variação cíclica da atividade econômica".

Ainda sobre a década de 80, convém salientar que, na verdade, a forma como os dados deste texto estão agregados esconde um dos movimentos de maior relevância para o estudo da questão regional dos últimos anos. Referimo-nos ao notável processo de desconcentração econômico, ocorrido desde a década de 70, a partir da região metropolitana de São Paulo em direção ao interior do estado. Conforme demonstraram diversos trabalhos (Cano -org., 1988.; Pacheco, 1993; Diniz, 1993; Negri, 1995), este movimento de interiorização do desenvolvimento paulista foi intenso e representou um dos maiores exemplos de desconcentração econômica já estudados.

Portanto, a perda de participação relativa do PIB paulista desde os anos 70 deveu-se não a um processo de "desindustrialização" do

estado ou a uma contínua perda de dinamismo econômico desde então, mas ao fato de que, nos anos 70, o crescimento econômico das regiões periféricas foi ainda mais intenso do que o de São Paulo e, nos anos 80, a recessão atingiu, de forma mais imediata e intensa, o setor industrial, que se concentra exatamente em São Paulo. De qualquer forma, São Paulo continuou sendo o centro dinâmico da economia nacional e continuou articulando em torno de si o setor industrial brasileiro (Guimarães, 1995).

O caso do Rio de Janeiro foi diferente. Desde 1970, assistiu-se a uma intensificação do processo de "esvaziamento" econômico do estado que, a rigor, teve origem no início do século (Cano, 1977). Inúmeros fatores se somam para explicar a perda de dinamismo do estado do Rio de Janeiro nestas últimas décadas. Nos anos 70, ainda estavam se materializando os efeitos do desmonte da burocracia federal lá instalada, como decorrência da transferência da capital federal para Brasília. Além disso, o estado foi um dos menos favorecidos pelos investimentos do II PND.

Nos anos 80, muitos fatores específicos da década afetaram notadamente o Rio de Janeiro (Oliveira, 1990), concorrendo para a diminuição da participação relativa da economia fluminense na renda nacional. Em primeiro lugar, vale destacar que a fragilidade financeira do Estado brasileiro e o conseqüente corte dos investimentos públicos federais tiveram um impacto especialmente negativo nesse estado, que, em 1995, ainda concentrava 4 dos 10 maiores grupos estatais brasileiros<sup>16</sup>. Ainda dentro deste contexto de crise fiscal, o encolhimento das transferências de renda operadas pelo governo federal a título de salários dos funcionários públicos da ativa e a crise da Previdência, em um estado que concentra proporcionalmente um elevado contingente de aposentados<sup>17</sup>, também tiveram um impacto particularmente negativo no Rio. Em segundo lugar, o fato da economia fluminense ser pouco aberta às exportações subtraiu-lhe uma importante alternativa de renda em

---

16 Por patrimônio líquido, os quatro grupos estatais, entre os dez maiores do Brasil, que se concentram no Rio de Janeiro, são: Petrobrás, RFFSA, BNDES e CVRD (Gazeta Mercantil, 1995).

17 Sejam funcionários públicos ou não.

momentos de recessão da economia brasileira, contrastando com o que ocorreu em alguns outros estados brasileiros no período. Desta forma, a longa crise brasileira e a perda de dinamismo econômico nacional tiveram um efeito particularmente nefasto sobre a economia fluminense, que é extremamente sensível às variações da demanda interna<sup>18</sup> e à evolução do grau de ocupação e de renda no setor de serviços, especialmente na região metropolitana (da qual o estado é desproporcionalmente dependente, pois o interior do estado do Rio de Janeiro tem desenvolvimento muito inferior ao da região metropolitana, não fornecendo alternativas significativas de recuperação da economia estadual). Somam-se, a este cenário adverso, a incapacidade da economia local em atrair os setores que mais cresceram na indústria brasileira nas últimas décadas, como o automobilístico e o petroquímico, e, também, o impacto da transferência de várias instituições financeiras para São Paulo mais recentemente (Pacheco(org.), 1993).

Os resultados deste processo de crise na economia fluminense podem ser atestados pela expressiva e contínua perda de peso relativo do estado no PIB brasileiro, caindo de 16,7%, em 1970, para 13,7% em 1980 e 11,0% em 1990. Nos anos 90, porém, parece estar ocorrendo uma recuperação da participação relativa do estado no PIB brasileiro, a qual, entretanto, ainda não se mostra suficiente para voltar ao patamar de 1970. Entre os fatores que podem estar contribuindo para este movimento ascendente podem ser lembradas a organização da sociedade civil do Rio de Janeiro, como reação ao aprofundamento da crise socioeconômica do estado, a retomada dos investimentos de algumas estatais que foram privatizadas, destacando-se a CSN, e, também, os investimentos de setores ligados à indústria de bebidas e alimentos (especialmente a partir da implantação do Plano Real).

A participação relativa do PIB estadual de Minas Gerais, ao contrário do ocorrido com as de São Paulo e do Rio de Janeiro, apre-

---

18 A perda de dinamismo da Região Metropolitana do Rio de Janeiro pode ser avaliada pelo impacto nos rendimentos recebidos no mercado de trabalho metropolitano, que apontaram quedas expressivas em todos os setores de atividade na década de 80 (Mattos, 1994), refletindo um generalizado processo de empobrecimento da população e de piora da distribuição pessoal da renda do trabalho.

sentou uma trajetória positiva entre 1970 e 1990, a qual parece estar tendo continuidade durante a década de 90. A partir de meados da década de 70, Minas promoveu um intenso esforço de industrialização, que culminou com a atração da FIAT para o estado. Através da concessão de vários incentivos fiscais e tributários, os governos mineiros que foram empossados desde então deram novo impulso ao parque industrial do estado, favorecendo a multiplicação de atividades de elevado poder de geração de renda<sup>19</sup>.

Muitos fatores estimularam a expansão econômica mineira nos últimos 25 anos, destacando-se, primeiramente, o fato de que foi o estado que mais se beneficiou do processo de desconcentração ocorrido a partir de São Paulo. As condições criadas pelo estado, em termos de promoção de incentivos aos investimentos e de melhoria da infra-estrutura, bem como o fato de contar com extensas reservas minerais, contaram a favor de um crescimento da economia mineira, nestes últimos anos, acima da média nacional. Minas Gerais valeu-se, no período do II PND, dos investimentos realizados nas áreas de siderurgia, cimento e fertilizantes, importantes insumos para a indústria.

Nos anos 80, a alternativa tomada pela política econômica, de incentivar as exportações, encontrou eco em alguns setores importantes da economia mineira, como os de extração mineral e o automobilístico. Vale destacar, ainda, que a expansão da fronteira agrícola, desde meados dos anos 70, elevou a participação de Minas na produção agropecuária brasileira, destacando-se o papel do sul do estado (especialmente do chamado "Triângulo Mineiro") na geração de renda.

Desta forma, a expansão da economia mineira, nas áreas agropecuária, industrial e extrativa, deu notável impulso à urbanização das principais cidades do estado, com a geração de uma série de atividades do setor terciário, como, por exemplo, serviços especializados ligados à industrialização, serviços ligados à expansão imobiliária e atividades do grande capital mercantil. Desta-

---

<sup>19</sup> Destaque-se o poder de atração exercido pela FIAT, como, por exemplo, no caso de empresas de auto-peças para o sul do Estado (Pacheco, 1996).

que-se que a região metropolitana de Belo Horizonte foi a metrópole brasileira de maior crescimento da população ocupada no período entre 1985 e 1990 (quando a taxa anual média de população ocupada cresceu 5,09%, enquanto a média das metrópoles brasileiras neste período foi de 3,76%) (Lavinias e Nabuco, 1992). Por fim, mas não menos importante, vale destacar o impulso que tomou o setor siderúrgico com a recente recuperação do setor automobilístico, especialmente a partir de 1993, com o Acordo Setorial da Indústria Automobilística. O elevado peso relativo do setor siderúrgico tem um efeito significativo na geração de renda na economia mineira.

Completando a análise sobre a região Sudeste, vale ressaltar que o estado do Espírito Santo apresentou um aumento em sua participação dentro do PIB nacional, mas devido ao seu reduzido peso relativo, este resultado positivo não esteve sequer próximo de reverter a tendência de queda (até 1990) de participação do PIB da região Sudeste no PIB brasileiro. De qualquer forma, o aumento do peso do PIB capixaba entre 1970 e 1994 revela um traço da desconcentração regional da renda no território nacional nos últimos anos.

O Espírito Santo foi um dos estados brasileiros que mais se beneficiou dos grandes projetos do II PND e da expansão da Companhia Vale do Rio Doce, ocorrida a partir dos anos 70. A economia capixaba teve significativo aumento de exportações de produtos básicos e de semi-manufaturados, destacando-se o aço e a celulose (Pacheco, 1996).

A seguir, procederemos a uma análise do desenvolvimento econômico das demais regiões geográficas brasileiras no período considerado.

### **3.2. REGIÃO NORTE**

Na região Norte encontram-se os resultados mais expressivos em termos de ganhos proporcionais da parcela do PIB regional no PIB

nacional no período 1970-1990. Nestes 20 anos, a parcela regional do PIB na renda nacional mais do que dobrou<sup>20</sup>.

O desempenho dos estados da região Norte, porém, não foi homogêneo, uma vez que os mais ricos, Pará e Amazonas, foram exatamente aqueles de melhor desempenho em pontos percentuais, embora o caso mais notável seja o de Rondônia que, de 1970 a 1985, aumentou de 0,1% para 0,5% sua participação na renda nacional. Os demais estados da região mantiveram-se praticamente estagnados até quando existem dados desagregados disponíveis.

O dinamismo da região Norte esteve ancorado na exploração de suas riquezas minerais, na instalação da Zona Franca de Manaus e, mais recentemente, na ocupação da fronteira agrícola, especialmente em Rondônia.

O Pará teve grande salto de desenvolvimento com o início de funcionamento do Complexo de Carajás e os investimentos que foram feitos em seus projetos de exportação de minérios (principalmente ouro, manganês e ferro). O estado passou a ser o quinto estado na pauta de exportações brasileiras, revelando que foi um dos maiores beneficiados pelo projeto de desenvolvimento e integração do espaço regional, contribuindo enormemente para a obtenção dos elevados superávits comerciais do país na década de 80. Para estes resultados, tiveram papel fundamental os investimentos realizados pelo governo federal para dotar o estado, principalmente nas atividades ligadas ao complexo minero-metalúrgico, de uma infra-estrutura (sistema portuário, estradas de ferro e rodoviárias) capaz de escoar a produção exportável. Além de realizar estes investimentos diretos, o Governo Federal, via SUDAM e FINAM, financiou grandes projetos industriais e agropecuários nas décadas de 70 e de 80 (Buarque, S.C., Lopes, A.D. e Rosa, T.C., 1995).

No caso do Amazonas, o governo federal também teve papel fundamental, destacando-se o processo que levou à criação da Zona

---

20 É verdade que a base inicial de comparação é modesta, mas de qualquer maneira este movimento foi bastante relevante.

Franca de Manaus e à transferência de atividades industriais dos setores ótico, eletroeletrônico e de materiais de transporte do Sudeste para a região, sob os estímulos do bloco de incentivos fiscais concedidos para a implementação do pólo industrial. Finalmente, vale destacar o caso de Rondônia, que teve um rápido e acentuado crescimento econômico entre 1975 e 1985, devido à expansão de sua fronteira agrícola e à intensa migração de agricultores em busca de terras férteis. Em Rondônia, contrastando com o caso do Amazonas, o governo central teve papel muito mais destacado na construção de estradas do que na criação de isenções fiscais e projetos de financiamento industrial. Os migrantes que se deslocaram para Rondônia são oriundos especialmente da região Sul (Paraná e Rio Grande do Sul), que assistiu, naquelas décadas, a um processo de concentração fundiária e conseqüente expulsão de agricultores que saíram em busca de novas terras.

Entre 1985 e 1990, o processo de expansão econômica da região Norte parece ter perdido fôlego, embora ainda tenha apresentado aumento em sua parcela no PIB nacional. Este movimento ascendente, porém, dá sinais de que está sendo revertido a partir dos primeiros anos da década de 90.

### 3.3. REGIÃO CENTRO-OESTE

No caso da região Centro-Oeste, também houve aumento do peso relativo no PIB brasileiro entre 1970 e 1990, com sintomas de estabilização desde então. Este resultado pode ser, em grande medida, explicado pela expansão das fronteiras agrícola e mineral na região, ressaltando-se, em primeiro lugar, a expansão da produção de soja (principalmente para exportação) e, em segundo lugar, as atividades de exploração mineral, destacando-se o calcário, a cassiterita, o fosfato, o níquel e o manganês.

Nesta região, os desempenhos do Distrito Federal e de Goiás explicam o aumento de 3,9% para 6,0% da parcela da região no PIB nacional entre 1970 e 1985. O exemplo do Distrito Federal é notável, pois apesar da transferência da capital ter ocorrido em 1960, foi a partir de meados dos anos 70 que se consolidou uma

série de atividades direta ou indiretamente relacionadas à mudança do centro político-administrativo da República. Desta forma, além da ampliação da burocracia federal e do complemento da transferência de vários órgãos, até então instalados na antiga capital federal, expandiram-se diversas atividades, como as ligadas à construção civil (de grande porte ou de residências), ao grande comércio e todas aquelas relacionadas à intensa urbanização vivenciada pelo DF durante estes anos.

O estado de Goiás teve importante crescimento de atividades ligadas à agropecuária, com muitos projetos de relativamente alta mecanização. A expansão do capital mercantil associado à atividade agropecuária teve papel importante. Além disso, a própria proximidade com o DF concedeu a este estado algumas vantagens derivadas do crescimento econômico da capital federal e da expansão da malha rodoviária de seus arredores.

Entre 1980 e 1985, verificou-se um arrefecimento na velocidade de expansão da parcela do Distrito Federal no PIB nacional, provavelmente por causa da finalização da montagem da burocracia da República, da crise no setor de construção civil e, fundamentalmente, por causa da crise fiscal, cujos efeitos negativos sobre a economia local são nítidos, dada a importância da transferência de renda ao funcionalismo público.

Há estimativas que apontam um aumento significativo da parcela do PIB do Mato Grosso do Sul no PIB nacional a partir de meados da década de 80 (EBAP-FGV, 1990). Para este resultado, parece ter sido decisiva a expansão da fronteira agrícola em direção ao estado e o notável impulso na produção de soja para exportação, sendo esta um dos produtos que tiveram maior aumento de preço entre as *commodities* comercializadas no mercado internacional.

Por fim, é importante destacar que o crescimento da parcela da renda centroestina na renda nacional esteve, em grande parte, relacionada ao crescimento da produção de grãos e atividades a ela correlacionadas. Tome-se o exemplo da produção de soja, de notável expansão nos anos 80 e ainda nos 90, que propiciou a expansão de uma série de atividades agro-industriais processadoras e permitiu, também, uma inter-relação com a produção de carnes e sua indústria (Pacheco, 1996).

### 3.4. REGIÃO NORDESTE

Na região Nordeste, devemos fazer uma análise mais demorada, dada a alta heterogeneidade da região, que é também a de maior número de estados na Federação. O primeiro fato que chama a atenção, com relação aos dados da região, é que o "Milagre" do início dos anos 70 a beneficiou muito menos do que a média nacional (entre 1970 e 1975, a participação do PIB nordestino no PIB nacional diminuiu de 11,7% para 11,1%, consolidando uma queda na parcela do PIB nacional que vinha ocorrendo desde pelo menos o final dos anos 50). Foi somente a partir de 1975, e de forma contínua até 1990, que a participação do PIB nordestino na renda nacional passou a crescer. Neste movimento, destaca-se a importância dos projetos do II PND e do direcionamento de seus investimentos em direção às regiões ricas em recursos naturais, conforme já ressaltamos neste texto. A partir de 1990, porém, a trajetória ascendente da participação relativa da renda nordestina na renda nacional sinaliza uma reversão, conforme ilustrado pela comparação entre os dados de 1990 e de 1994 (redução de 14,8% para 14,2% entre estes anos). A retração dos investimentos do setor público certamente está entre as principais explicações para a reversão da trajetória ascendente da parcela da renda regional na renda nacional. A finalização das grandes obras de engenharia civil realizadas nas décadas de 70 e de 80, entre as quais podem ser destacadas aquelas ligadas ao Sistema Eletrobrás (Sobradinho, Paulo Afonso e outras), tiveram um impacto bastante evidente sobre a economia da região, dado o papel importante que estas atividades possuem em uma área de tantas dificuldades de geração de emprego e renda como é o Nordeste. Neste contexto, a crise fiscal e a privatização de certas atividades representam a eliminação de importantes elementos de desconcentração regional da renda (Pacheco, 1996).

O aumento da participação da região Nordeste na renda nacional ocorreu com significativa desigualdade de desempenho intra-regional. O estado da Bahia contribuiu com uma parcela bastante expressiva (1,5 ponto percentual) do aumento de 2,5 pontos percentuais da participação do PIB regional no PIB brasileiro entre 1975 e 1985. Neste período, destacam-se, embora com menor ênfase que no caso baiano, os desempenhos dos estados do Rio

Grande do Norte, Ceará, Sergipe e Maranhão. O desempenho negativo mais notório foi o de Pernambuco, um dos poucos estados que não se beneficiaram do processo de desconcentração regional da renda ocorrido a partir da década de 1970. A queda de cerca de 0,5 ponto percentual na parcela que o estado apresentava no PIB brasileiro, entre 1970 e 1985, revela a enorme perda de dinamismo que se abateu sobre Pernambuco.

Para entender a evolução das participações dos estados nordestinos na renda nacional é fundamental analisar o processo de descentralização industrial ocorrido a partir de meados dos anos 70 e avaliar o papel do setor de bens intermediários neste contexto, uma vez que importantes segmentos deste setor passaram a se localizar no Nordeste desde então.

O caso baiano é o mais conspícuo a este respeito. A instalação do Pólo Petroquímico de Camaçari, que entrou em funcionamento a partir do final dos anos 70, promoveu uma série de transformações na realidade econômica do estado<sup>21</sup>, de tal maneira que as

---

21 Caso da Região Metropolitana de Salvador mereceria uma análise mais detida, por causa de sua peculiaridade, pois as atividades do Pólo Petroquímico de Camaçari, que começou a operar entre 1977 e 1979 (IESP, 1993), apresentam níveis de produtividade e de salário bastante acima aos dos demais setores industriais locais. A instalação do pólo estimulou importantes transformações nas atividades econômicas e no mercado de trabalho metropolitano, consolidando elevadíssima desigualdade setorial e pessoal de renda, em uma região com grande excedente de mão-de-obra não-qualificada. A renda média desta metrópole, em comparação com as das demais metrópoles nordestinas, é bastante elevada, pois além dos altos salários pagos pelas indústrias do Pólo de Camaçari, existe uma parcela significativa de ocupações ligadas direta ou indiretamente ao setor petroquímico que consegue auferir rendimentos elevados. Estas atividades não se resumem aos serviços técnicos auxiliares da produção industrial, mas também estão relacionadas aos efeitos da instalação do Pólo Petroquímico sobre o espaço urbano local, especialmente no município de Salvador, onde se conformou uma classe média e alta relativamente numerosa, a qual cria demanda para uma série de bens e serviços de alto valor unitário, dinamizando atividades ligadas tanto ao setor formal quanto ao informal em várias atividades de serviços ou comércio de mercadorias. Deve-se ressaltar, entretanto, que a recente crise do setor petroquímico e a desestruturação do mercado de trabalho interno às suas empresas, bem como o "compasso de espera" vivido pelo setor antes de sua privatização recente, afetaram suas atividades e as de empresas relacionadas à própria dinâmica do segmento petroquímico (fornecedoras, prestadoras de serviços etc.). Esta crise do setor petroquímico representa um dos fatores da reversão do ciclo econômico que tem se abatido sobre a economia baiana na década de 90 (SEP, 1995). Para estudar as transformações sociais ocorridas na região metropolitana de Salvador como decorrência da instalação do Pólo Petroquímico de Camaçari, ver Castro (1988). Sobre a estrutura produtiva, história de sua formação e sobre o funcionamento do Pólo de Camaçari e seu papel na estrutura industrial brasileira, ver Suarez (1986) e Azevedo (1992). Sobre privatização do setor, ver IESP (1993).

suas atividades diretas e indiretas foram as maiores responsáveis pelo aumento de 3,8% para 5,2% na parcela da renda deste estado na economia nacional entre 1970 e 1985. Os investimentos estatais foram importantes para viabilizar a implementação do Pólo, destacando-se a atuação da Petrobrás que, através da sua subsidiária, Petroquisa, contribuiu com cerca de um terço dos investimentos diretos efetuados em Camaçari, além de coordenar as "joint-ventures" da associação tripartite entre o capital estatal, o capital privado nacional e o capital estrangeiro (Suarez, 1986).

A maturação dos investimentos realizados no Pólo Petroquímico e o seu pleno funcionamento a partir dos primeiros anos da década de 80 impulsionaram a economia baiana e permitiram um enorme salto em sua parcela no PIB nacional entre 1980 e 1985. No contexto recessivo do início da década e com as crescentes necessidades de honrar os compromissos da Dívida Externa, a alternativa exportadora foi fundamental para gerar demanda para as atividades do Pólo, promovendo o aparecimento de uma série de empresas fornecedoras de equipamentos e assistência técnica para as empresas nele sediadas e, também, estimulando uma contínua sofisticação das atividades de serviço e de comércio na região metropolitana de Salvador, como resultado do aumento da renda média do trabalho ocorrido nesta metrópole devido ao advento do Pólo<sup>22</sup>. Ainda reforçaram os efeitos multiplicadores de renda na economia baiana, especialmente na região metropolitana de Salvador, a expansão do capital imobiliário e o crescimento de importantes construtoras a partir da década de 70.

No final da década de 80, porém, a economia baiana sentiu uma enorme reversão daquele quadro favorável que se desenhara des-

---

22 A existência de reservas de petróleo e da presença de algumas empresas químicas no estado desde os anos 50, bem como a presença de um capital financeiro e mercantil já relativamente desenvolvido na Bahia, certamente contribuíram para a decisão de instalar o Pólo Petroquímico neste estado. Entretanto, é importante considerar que a decisão de construir um pólo petroquímico na Bahia representa um dos maiores exemplos dos interesses políticos do Governo Geisel e da burocracia estatal na expansão industrial em direção às regiões periféricas, uma vez que uma das alternativas presentes no debate que precedeu esta decisão era a de ampliar o pólo petroquímico então existente em São Paulo (sobre esta questão, ver Suarez, 1986).

de meados dos anos 70, uma vez que praticamente todas suas principais atividades entraram em um processo de crise (SEP, 1995). O Pólo foi afetado pela acentuada queda dos preços internacionais das *commodities* petroquímicas, desencadeada a partir da entrada em operação de diversas plantas petroquímicas em todo o mundo (Suarez, 1986). A perda de dinamismo do setor petroquímico arrasta consigo diversas atividades comerciais e industriais responsáveis por parcelas significativas da renda estadual, da geração de impostos e dos salários. Além do petroquímico, o setor metal-mecânico baiano e as atividades de extração de minério de cobre também sofreram uma desaceleração significativa no final dos anos 80. Por fim, a crise em que se encontra mergulhado o setor cacauzeiro, bem como suas difíceis perspectivas, fecham mais um canal de possível recuperação da economia baiana nos próximos anos<sup>23</sup>.

O caso do Ceará também merece ser destacado, devido às transformações econômicas por que passou o estado nos últimos anos. Ressalte-se o importante papel do Pólo Têxtil e de Confecções localizado na região metropolitana de Fortaleza, em que muitas empresas fizeram investimentos relevantes em modernização. Também contribuiu para o crescimento econômico do Ceará o impulso dado às atividades turísticas, especialmente nos anos 80 (Araújo, 1995). O Rio Grande do Norte, com a exploração de fruticultura para exportação (Vale do Açu) e Sergipe, com uma integração com atividades da área cloroquímica de Alagoas e petroquímica da Bahia, puderam desenvolver setores de excelência que tiveram um impacto não desprezível sobre as suas respectivas bases econômicas locais.

Com relação ao Maranhão, a ampliação do peso do PIB estadual deu-se, de forma significativa, apenas nos anos 80 (notadamente no final da década). Os efeitos da implantação do Projeto Grande Carajás sobre a modesta economia do estado foram bastante significativos, dado o elevado aporte de investimentos em infra-

---

23 Ainda não há dados disponíveis sobre o PIB baiano nos primeiros anos da década de 90, mas algumas estimativas indicam claramente que sua parcela no PIB nacional teve uma queda pelo menos a partir de 1990 (SEP, 1995, pp. 68).

estrutura realizados pela CVRD (Companhia Vale do Rio Doce) para viabilizar a exploração e exportação do minério de ferro. Além deste projeto, destaca-se o projeto de produção de alumínio (ALUMAR), que gerou, especialmente para a capital São Luiz, um considerável fluxo de renda. A produção de alumínio, embora não gere "efeitos para a frente" na economia regional, uma vez que toda a produção é destinada à exportação, exige altos investimentos em infra-estrutura, dado que é uma atividade bastante intensiva em energia elétrica. Finalmente, completando um quadro favorável à economia maranhense, que cresceu em um momento de baixo dinamismo da economia nacional, vale ressaltar o desenvolvimento ocorrido na agricultura do sul do estado com a produção de soja e celulose na década de 80. Estas atividades geraram para o sul do Maranhão um volume de renda significativo, que reflete a alta de preços destes produtos no mercado internacional.

Contrastando com os casos anteriores, a economia pernambucana apresentou queda na parcela de renda nacional. Na verdade, até 1985, Pernambuco havia sido o único estado nordestino com perda de participação relativa na renda nacional. Este resultado revela uma face preocupante, dada a importância do estado na economia regional. São várias as explicações para este resultado negativo. Em primeiro lugar, a economia pernambucana não conseguiu se beneficiar dos efeitos positivos gerados pelo II PND sobre as economias periféricas, uma vez que ele não conta com uma base significativa de recursos naturais. Além disso, o setor açucareiro, importante na formação da renda local, entrou em franca e notória decadência no período. Desta forma, a participação da indústria pernambucana na indústria de transformação do Nordeste caiu de 35%, em 1970, para 24% em 1985 (Araújo, 1995). As indústrias têxtil e de fiação do estado perderam progressivamente importância comparativamente às do Ceará, que se modernizaram nos últimos anos.

A perda de dinamismo econômico de Pernambuco coincidiu com a evidente decadência de sua importância política e de seu papel de "centro" da economia nordestina. Nesse sentido, o próprio processo de desconcentração da atividade econômica nacional e o

desenvolvimento dos setores de transportes e de comunicações relativizaram o papel central que Pernambuco sempre representou na região Nordeste. A perda de dinamismo da economia pernambucana atingiu, em particular, a região metropolitana de Recife, que foi a metrópole, nos anos 80, com maior queda do rendimento médio real do trabalho<sup>24</sup>. As perdas salariais do setor público (Sudene e outras entidades) afetaram de forma mais intensa o estado de Pernambuco do que qualquer outro do Nordeste, uma vez que este é sede de importantes órgãos e autarquias de caráter regional ou nacional (SUDENE, CHESF, DNOCS etc.). Por fim, o próprio fato de ter se tornado uma economia cada vez mais “fechada” (suas exportações inter-regionais em relação ao PIB estadual são bem inferiores, por exemplo, ao que acontece na Bahia)<sup>25</sup> impediu que as exportações pudessem se tornar uma alternativa à perda de dinamismo da economia estadual. Desta forma, a excessiva dependência da economia pernambucana em relação ao seu mercado interno, em um contexto de estagnação econômica (regional e nacional), consolidou um quadro de redução da parcela do estado no PIB nacional, mesmo enquanto quase todos os demais estados nordestinos estavam aumentando sua participação neste indicador.

Para finalizar a análise da região Nordeste, vale destacar que a provável diminuição da parcela do PIB da região nordeste no PIB nacional, a partir da década de 90, representa uma situação extremamente preocupante quando se recorda que esta é uma das regiões-problema do país no que se refere à pobreza.

### 3.5. REGIÃO SUL

A parcela da região Sul na renda nacional foi praticamente a mesma em 1970 e em 1990, embora tenha oscilado entre estes dois

---

24 Dados elaborados a partir das informações publicadas pelas PNAD's da década de 80. 25 Ver Araújo (1995, pp.145). Em Pacheco (1996), podemos constatar a impressionante diminuição do coeficiente de exportação do estado de Pernambuco em relação ao seu PIB: de 12,8%, em 1970, para apenas 2,8% em 1994.

anos. Nos primeiros cinco anos da década de 70, a participação relativa do estado do Paraná na renda nacional aumentou significativamente. Este acréscimo determinou praticamente todo o aumento da participação da região Sul no PIB nacional naqueles anos, uma vez que Santa Catarina e Rio Grande do Sul mantiveram suas respectivas parcelas quase inalteradas no período.

Depois de 1975, entretanto, a ascensão do PIB sulista em relação ao PIB brasileiro sofreu uma reversão, mantendo-se em um patamar próximo aos 17% desde 1980. Deve-se destacar, contudo, que a manutenção da parcela do PIB sulista no PIB brasileiro, na realidade, foi acompanhada de alterações intra-regionais significativas: houve uma queda de participação do Rio Grande do Sul, a qual foi compensada por uma melhoria da posição dos outros dois estados. Portanto, a relativa estagnação da região Sul do país esconde, na verdade, diferentes comportamentos no dinamismo econômico intra-regional, que condenou o estado do Rio Grande do Sul a um dos mais decepcionantes resultados, em termos de participação relativa no produto interno bruto brasileiro, entre 1970 e 1990<sup>26</sup>.

Para entender os movimentos intra-regionais é necessário, primeiramente, fazer alguns comentários a respeito do setor primário da região, dado o seu ainda elevado peso econômico. Uma explicação possível para a diferença de desempenho intra-regional pode ser encontrada no papel da fronteira agrícola, que, no Rio Grande do Sul, esgotou-se já na década de 40, enquanto nos outros estados o esgotamento deu-se mais de duas décadas depois (Bandeira, 1995), permitindo ainda um efeito positivo até meados dos anos 70<sup>27</sup>. No Paraná e em Santa Catarina, por outro lado, cresceu a integração entre a produção agropecuária e a agro-indústria. A implementação do PROÁLCOOL (1979), o crescimento da indús-

26 Segundo estimativas do EBAP/FGV, o PIB do Rio Grande do Sul continuou a perder participação no PIB nacional entre 1985 e 1990, quando esteve próximo de 7%.

27 Em Bandeira (1995), são apresentados dados de taxas médias anuais de crescimento da produção agropecuária entre 1970 e 1975 que revelam que, no Paraná (17,32%) e em Santa Catarina (8,11%), o crescimento médio anual superou o do Rio Grande, que teve crescimento de 7,35%. No acumulado entre 1970 e 1985, a distância de Paraná e de Santa Catarina para o Rio Grande é ainda mais sensível (pp.324, tabela 4).

tria alimentícia, o surgimento de um novo setor (fumo) (Lourenço e Volasco, 1987) e a expansão das plantações de soja estão entre os principais fatores de expansão da atividade agrícola paranaense nestas últimas duas décadas, contribuindo para um aumento da renda média do setor primário do estado. Em Santa Catarina, a notável expansão dos segmentos de carnes de aves e de suínos estimularam o crescimento econômico de seu setor primário acima da média nacional entre 1970 e 1985.

Com relação à indústria, o Rio Grande do Sul também foi o estado sulista de pior desempenho e o único cujo peso da indústria diminuiu em relação à indústria nacional no período 1975-1985<sup>28</sup>. O desempenho decepcionante da indústria gaúcha ocorreu apesar da instalação de um Pólo Petroquímico (Triunfo) no estado no início da década de 80, o que revela a magnitude da perda de dinamismo das atividades do setor secundário. Nos últimos anos, a crise em que se envolveram alguns dos principais segmentos da indústria gaúcha, como o de máquinas agrícolas e, mais recentemente, o setor calçadista, bem como o setor químico, cujo dinamismo foi grandemente prejudicado pela queda de preços no mercado internacional de *commodities* petroquímicas no final da década de 80, aprofundou a decadência econômica gaúcha, o que representa uma ameaça à sua posição de estado economicamente mais importante da região Sul.

Vale destacar, ainda, que, em um contexto de perda de dinamismo da economia nacional como um todo e de refluxo dos investimentos produtivos, a maior distância do Rio Grande do Sul em relação ao centro dinâmico nacional pode ter prejudicado o seu desempenho econômico em comparação com os dos demais estados sulistas. Sobre esta questão, são elucidativas as palavras de Bandeira (1995): "A explicação para essa diferença (...de desempenho econômico entre os três estados do Sul) pode estar, ao menos em parte, relacionada com as desvantagens locais decorrentes da posição geográfica do Rio Grande do Sul, estado

28 Entre 1975 e 1985, a participação da indústria do Rio Grande do Sul na indústria nacional diminuiu de 7,5% para 6,9%; no Paraná, cresceu de 4,0% para 5,2% e, em Santa Catarina, passou de 3,3% para 3,6% (Bandeira, 1995).

situado a uma maior distância do centro de gravidade do mercado nacional. É plausível supor que, dada a reduzida eficiência dos sistemas brasileiros de transportes e de comunicações, a intensidade do campo aglomerativo irradiado por São Paulo diminua de forma bastante significativa com o aumento da distância. Com isso, as áreas mais próximas (interior paulista, Minas Gerais, Paraná e nordeste catarinense) tenderiam a apresentar condições mais favoráveis para sediar a expansão industrial".

A indústria paranaense, confirmando a assertiva feita acima, teve um desempenho positivo nos últimos 20 anos, graças à crescente diversificação produtiva por que passou, destacando-se o impulso que tomaram as indústrias química (com grandes aportes de investimento por parte da Petrobrás na Refinaria de Araucária, instalada em 1977), de material elétrico e de material de transportes (caminhões e ônibus). Destaque-se, ainda, a diversificação e expansão notáveis da indústria de alimentos no estado, com a diminuição da importância relativa de algumas atividades mais tradicionais (como a de beneficiamento de café), em favor de outras que geram maior valor agregado, como, por exemplo, a fabricação de café solúvel, o beneficiamento de cereais e a preparação de conservas (Lourenço e Volasco, 1987). A crescente mecanização da agricultura e o esgotamento da fronteira agrícola, com a conseqüente expulsão de mão-de-obra das áreas rurais, deram origem a um intenso processo de urbanização no estado<sup>29</sup> (destacando-se a região metropolitana de Curitiba, que foi a de maior crescimento demográfico nos anos 80), com a ampliação de diversas atividades ligadas a este processo. O aumento contínuo do peso econômico do Paraná na renda nacional, portanto, pode também ser creditado à expansão de diversas atividades no setor terciário (comércio de mercadorias e serviços), decorrente do elevado crescimento demográfico das principais cidades do estado<sup>30</sup>.

29 Desde 1970, o grau de urbanização do Paraná cresceu de forma notável, mais intensa do que nos demais estados sulistas. Em 1970, o grau de urbanização do Paraná era de 36,1%; em 1980, de 58,6% e, em 1990, de 73,5%. Em Santa Catarina, esses percentuais foram de, respectivamente, 42,9%, 59,9% e 70,6% e, no Rio Grande do Sul, de 53,3%, 67,5% e 76,5% (IBGE, 1992).

30 Não se está afirmando aqui que este processo de urbanização não tenha tido também elevados custos sociais; pelo contrário, o próprio fato de ter sido intenso e desordenado fez com que surgissem, na paisagem urbana de Curitiba, enormes problemas habitacionais e outros que, até antes da década de 70, eram muito pouco comuns.

Também em Santa Catarina, a atividade industrial teve grande impulso, ressaltando-se o caso da indústria alimentícia (o oeste do estado abriga os maiores frigoríficos do país) e, ainda, os setores de vestuário, mecânico e de material elétrico (destacando-se os eletrodomésticos). Desta forma, a indústria catarinense possuía, em 1990, uma presença muito mais expressiva dentro da indústria nacional do que a apresentada em 1970<sup>31</sup>. O desempenho positivo da indústria, aliado ao desempenho do setor agropecuário (que passou de 5,4% para 8,4%, entre 1970 e 1990, com relação ao conjunto do setor agropecuário brasileiro), que expandiu notavelmente sua capacidade exportadora nesse período, são os fatores que explicam a ascensão da participação da economia catarinense na economia nacional desde 1970.

Por fim, vale lembrar que a constituição do Mercosul representa para a região uma nova perspectiva para os próximos anos. Os resultados efetivos para o desempenho econômico dos estados sulistas vão depender dos efeitos líquidos dos investimentos diretos atraídos para a região *vis-à-vis* o possível desmantelamento de algumas atividades produtivas frente à concorrência dos demais países deste Mercado Comum.

#### 4. CONCLUSÕES

Os dados apresentados neste texto demonstraram que, apesar do intenso processo de desconcentração regional da renda ocorrido na economia brasileira desde os anos 70, São Paulo ainda continua concentrando uma parcela bastante significativa do produto interno bruto do país. Nos últimos 15 anos, parece nítido que o processo de acelerada desconcentração regional da renda verificado nos anos 60 e 70 assume novos contornos. Não se trata mais de um movimento de desconcentração a partir da região Sudeste, mas de um processo mais complexo de espacialização da renda que parece indicar uma acentuação das disparidades intra-regionais, relacionadas ao fato de

31 A parcela da indústria catarinense na indústria nacional passou de 2,67%, em 1970, para 4,54% em 1990 (Bandeira, 1995).

que algumas 'micro-regiões' puderam beneficiar-se de uma inserção privilegiada no comércio internacional, especialmente a partir dos anos 80. Esta heterogeneidade intra-regional nada mais representa do que uma "fragmentação do espaço econômico nacional" (Pacheco, 1996). Este fenômeno é um claro (e preocupante) sintoma da perda do papel estruturante do Estado e da falta de políticas industriais e regionais (conforme salienta Pacheco, 1996) e coloca no horizonte do debate sobre a questão regional a necessidade urgente de definição de novas formas de atuação do Estado que se contraponham às atuais práticas neoliberais de gestão da política macroeconômica.

Os determinantes que se colocaram nas décadas anteriores no sentido de uma desconcentração generalizada da renda em direção às regiões periféricas brasileiras estão sendo continuamente superadas nos anos mais recentes. Desta forma, o progressivo esgotamento das possibilidades de expansão da fronteira agrícola e mineral, a superação do processo de substituição de exportações, os investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento, nas empresas líderes, com o intuito de substituir produtos naturais por produtos sintéticos, assim como as crescentes dificuldades do Estado em promover políticas regionais (crise fiscal e aumento de escala de investimentos para acompanhar o mutante padrão tecnológico<sup>32</sup>) e, ainda, a instalação do Mercosul, estão entre os vários elementos que permitem supor que o padrão de desconcentração regional da renda está assumindo novas características nos anos mais recentes.

O atual estágio do desenvolvimento capitalista mundial e as aceleradas mudanças na estrutura de gestão e de produção dos grandes grupos empresariais multinacionais colocam novas exigências e novos determinantes sistêmicos para a instalação de empresas, com evidentes impactos locais. Já não são mais importantes fatores como abundância de recursos naturais e a disponibilidade de mão-de-obra barata. Pelo contrário. Os novos padrões organizacionais das grandes empresas exigem que as plantas produtivas sejam localizadas em regiões com disponibilidade de mão-de-obra altamente qualificada, próximas a centros de pesquisa e de tecnologia de ponta e com

---

32 Conforme alerta Cano (1993).

infra-estrutura de transportes e comunicações que possa tornar cada vez mais ágeis os fluxos de mercadorias e de informações.

Desta forma, os novos padrões locacionais de investimentos permitem supor que as tendências de reconcentração regional da renda nas regiões mais ricas tendem a se reforçar nos próximos anos, apesar das oportunidades de investimento que ainda parecem estar se abrindo em setores como os de bens de consumo não-duráveis e das atividades de extração de recursos naturais<sup>33</sup> (inclusive agroindústria), que ainda possuem elevado peso relativo na estrutura industrial brasileira<sup>34</sup>. As atividades de maior valor adicionado, porém, devem se concentrar em regiões que apresentem as condições de infra-estrutura acima descritas, existindo reduzidas possibilidades de que elas venham a beneficiar as regiões periféricas brasileiras, como o Centro-Oeste, o Norte e o Nordeste. Ressalte-se, ainda, que antes de tecer considerações a respeito da concentração econômica regional, devemos lembrar que a sociedade brasileira é marcada por um elevadíssimo grau de concentração pessoal da renda que, embora não seja exclusivo das regiões periféricas do país, nelas tende a aumentar ainda mais<sup>35</sup>, dado o contexto regional adverso acima descrito.

Nos primeiros anos da década de 90, a conjuntura econômica recessiva e a abertura comercial deram impulso a um amplo processo de reestruturação da indústria brasileira, marcado pela acelerada modificação nas formas de gestão das empresas, pela progressiva precarização das relações de trabalho e por uma mudança nas práticas de relacionamento das empresas com seus fornecedores de matérias-primas e de serviços (ampliando a chamada terceirização das atividades que não fazem parte da atividade-fim das empresas líde-

---

33 Estes setores não estão sujeitos aos padrões de infra-estrutura locacional exigidos pela grande empresa transnacional, podendo, portanto, ter expressiva expansão em direção às regiões periféricas do país.

34 É importante ressaltar que, de qualquer maneira, estas atividades tendem a perder importância relativa à medida que avançam as mudanças no processo produtivo e na capacitação tecnológica das empresas líderes.

35 Diniz (1993) argumenta, ainda, que a própria concentração prévia da renda regional e pessoal também exclui as regiões menos desenvolvidas das áreas preferenciais de instalação dos novos setores industriais, dadas as dificuldades de integrá-las aos novos padrões de consumo vinculados às indústrias "novas".

res)<sup>36</sup>. A internacionalização da economia brasileira tem acelerado esse processo de reestruturação industrial. Portanto, a trajetória de ajuste da grande empresa aos novos padrões de organização industrial representa um bloqueio à desconcentração produtiva nos moldes vigentes nas últimas décadas, dada a importância cada vez maior que uma infra-estrutura urbana adequada a estes novos padrões de produção e distribuição dos produtos tem assumido no contexto da Terceira Revolução Industrial.

Os novos quesitos locacionais para investimentos das indústrias com maior componente tecnológico, portanto, colocam a questão regional brasileira em novos termos, especialmente em um contexto de crise fiscal, de desmonte das funções orientadora e de planejamento do Estado, de privatização generalizada e de abertura comercial<sup>37</sup> abrupta e sem critérios. A atual hegemonia das práticas neoliberais e a mudança da escala de valores que estas promovem, com a valorização da **eficiência**, em detrimento da **equidade** (Cano, 1993b), aprofunda as dificuldades para que o Estado Nacional promova as condições sistêmicas necessárias para estimular o direcionamento de investimentos produtivos para as áreas periféricas

A chamada "guerra fiscal" a que têm se dedicado recentemente estados e municípios com o intuito de atrair investimentos, está em curso, antes de mais nada, por causa da falta de política industrial e de polí-

36 Estas medidas visam especialmente atender às exigências de redução de custos imposta pela "agenda da competitividade" (conceito de Gonçalves, 1996). Gonçalves (1996) ressalta que a atual ordem econômica internacional, a falência do Estado keynesiano e a demanda interna fraca da maioria dos países capitalistas faz com que a produção para exportação ganhe importância cada vez maior em comparação com a produção para o mercado interno. Desta maneira, os países e as empresas buscam orientar todas suas estratégias no sentido de reduzir custos para aumentar a concorrência externa de seus produtos, com impacto na forma de gestão administrativa das grandes corporações e sobre o nível de emprego global destas economias. Quanto mais expressiva e sem critérios se apresenta esta abertura comercial, maiores são seus efeitos negativos, expressos por estas alterações nas esferas administrativa, produtiva e do trabalho.

37 Algumas cidades com atividade industrial excessivamente especializada são as que têm sido mais afetadas pela abertura comercial e pela falta de política industrial. O desmonte de estruturas industriais devido à concorrência externa tem apresentado efeitos sociais extremamente devastadores para estes municípios e regiões próximas.

tica regional. A disputa pela promoção industrial via mecanismos de renúncia fiscal tem o efeito de aprofundar a fragilização financeira do setor público, reforçando os fatores que têm impedido a retomada de políticas regionais mais consistentes.

Desta forma, a “guerra fiscal”, ao contrário de representar uma solução para a questão regional, é um sintoma nítido da crise do federalismo brasileiro e uma demonstração cabal do desmantelamento das funções de atração de investimentos e de reversão das desigualdades regionais que deveriam estar entre os principais objetivos do Estado Nacional e, portanto, deveriam ser encaradas como parte integrante da formulação da política macroeconômica. Reverter este quadro representa um enorme e urgente desafio para a Democracia e para o Federalismo Brasileiro.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFFONSO, R. B. e SILVA, P.L.B. (orgs.) (1995). Desigualdades Regionais e Desenvolvimento. FUNDAP, Série FEDERALISMO NO BRASIL. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995 nºp (série Federalismo no Brasil).
- ARAÚJO, T.B. (1995). Nordeste. Nordestes: Que Nordeste?, in AFFONSO, R.B. e SILVA, P.L.B. (org.).
- AZEVEDO, J.S.G. “Algumas investigações sobre os ocupados na indústria da região metropolitana de Salvador”. Força de Trabalho e Emprego, Salvador vol.9, n 1, p. 10-15, mês, 1992
- BANDEIRA, P.S. (1995). A Economia da Região Sul, in AFFONSO, R. B. e SILVA, P.L.B. (orgs.).
- BELLUZZO, L.G.M. e COUTINHO, R. (org.) .Desenvolvimento Capitalista no Brasil: Ensaio sobre a Crise. São Paulo, Brasiliense., 1982 v. 1 IBDEM. v. 2.
- BUARQUE, S.C., LOPES, A.D. e ROSA, T.C. (1995). Integração Fragmentada e Crescimento da Fronteira Norte, in AFFONSO, R.B. e SILVA, P.L.B. (org.).

CANO, W. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. São Paulo, A. Queiroz, 1977.

\_\_\_\_\_. Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil - 1930-1970. Campinas, Global/PNDE.

\_\_\_\_\_. "O Regionalismo e a Nova Constituição". São Paulo em Perspectiva. Fundação SEADE, vol. 2(4), São Paulo.

\_\_\_\_\_. (org.). "A Interiorização do Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo (1920-1980)". SEADE/UNICAMP. (Coleção Economia Paulista).

\_\_\_\_\_. "Reflexões para uma política de resgate do atraso social e produtivo do Brasil na década de 1990". Economia e Sociedade. Campinas, v.2, p. 97-124, agosto, 1993.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional. Campinas, Editora da UNICAMP, 1993.

CASTRO, N.A. (1988). "Novo operariado, novas condições de trabalho e novos modos de vida nas fronteiras do moderno capitalismo industrial brasileiro". in: Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 6., 1988, Olinda. Anais... Olinda: [volume 2], 1988. p437-480.

DINIZ, C.C. (1993). Competitividade Industrial e Desenvolvimento Regional no Brasil, in ECIB- Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira. Cidade: IE/UNICAMP-IEI/UFRJ-FDC-FUNCEX, 1993. p. 11-67.

\_\_\_\_\_. "A Dinâmica Regional Recente da Economia Brasileira e suas Perspectivas". Rio de Janeiro. IPEA, 1995. (texto para discussão, 375)

FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil. 4.a edição. Rio de Janeiro. Fundo de Cultura, 1961.

\_\_\_\_\_. A Fantasia Organizada. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1985.

\_\_\_\_\_. A Fantasia Desfeita. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1989

- GAZETA MERCANTIL Os 500 maiores do Mercosul. v.14, n.19, 1995
- GONÇALVES, R. (1996). "Globalização e Emprego". Revista Brasileira de Comércio Exterior (RBCE), número 46, jan/mar 96.
- GUIMARÃES NETO, L. (1986). Nordeste: da articulação comercial à integração econômica. Tese de Doutorado. IE/UNICAMP. Campinas.
- GUIMARÃES NETO, L. Nordeste: da articulação comercial à integração econômica. Campinas: [s.n.], 1986. (tese de doutorado).
- IBGE (1992). Anuário Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro.: editora, 1992.
- IESP/FUNDAP. Processo de privatização no Brasil: a experiência dos anos 1990-1992. Editora, 1992. (Relatório de pesquisa 11).
- KAZNAR, I.K. "Análise da Evolução do Produto Interno Bruto (PIB) por Estados 1970-1990". In: Programa de Estudos dos Estados da Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas Rio de Janeiro: Editora, 1990 p.1-22.
- LAVINAS, L. E NABUCO, M.R. "Crise Econômica e Terciarização no Mercado de Trabalho". São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v. 6, n. 3, p. 39-47, jul./set. 1992, p. 39-47.
- LESSA, C. (1981). Quinze Anos de Política Econômica. São Paulo Brasiliense, 1981.
- 
- A Estratégia do Desenvolvimento: Sonho e Fracasso (1976-1978). Rio de Janeiro: [s.n.], 1978. (Tese de Professor Titular).
- LOURENÇO, G.M. e VOLACO, G. "Análise da Estrutura Industrial Paranaense nos Anos Recentes". Análise Conjuntural, Curitiba, v.9, n.8,p., pp9-13, agosto, 1987
- MARTINE, G. e DINIZ, C.C. "Concentração econômica e demográfica no Brasil: recente inversão do padrão histórico". Revista de Economia Política, São Paulo, vol.11, n 3, p. 121-134, mês. 1990.

MATTOS, F.A.M. Emprego e Distribuição de Renda nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro: anos 80. Campinas: [s.n.], 1991 (Dissertação de Mestrado).

\_\_\_\_\_ "A Importância do Estudo da Distribuição das Rendas do Trabalho", in Cadernos da FACECA, Campinas, vol. 3, n. 1, p. 76-87, mês, 1995

OLIVEIRA, J.S. "Rio de Janeiro: a geografia dos contrastes sociais". São Paulo em Perspectiva. São Paulo, vol. 4, n.3/4 p.38-50, mês 1990.

PACHECO, C.A. "A Terciarização dos anos 80: de tudo um pouco". São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v. 6, n. 3, p. 27-38, mês, 1992.

\_\_\_\_\_ "A Dinâmica Industrial e Financeira na Especialização das Regiões". Campinas: [s.n.], 1993. mimeo.

\_\_\_\_\_ A Questão Regional Brasileira pós-1980: desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional. Campinas: [s.n.], 1996. (Tese de Doutorado).

PINTO, A. "Heterogeneidade estrutural e o modelo de desenvolvimento recente" in: SERRA, J.(coord.) América Latina: ensaios de interpretação econômica. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976

Estudos e Pesquisas. O Nordeste e a nova realidade econômica, Salvador (BA), editora, 1995. (série Estudos e Pesquisas, 25)

SEGUNDO PND. Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979). Brasília: SEPLAN, 1974.

SERRA, J. América Latina - ensaios de interpretação econômica. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1976.

SUAREZ, M.A. Petroquímica e Tecnoburocracia: capítulos do desenvolvimento capitalista no Brasil. São Paulo: Hucitec. 1986

TAVARES, M.C. (1981). "Problemas de industrialización avanzada en capitalismo tardío y periféricos", Economía de América Latina México, DF, 1º semestre 81, n.6, pg. 21-42.n. 6, p., 1981

VELLOSO, J.P.R. (1980). Último trem para Paris. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990.

# A ESCOLHA RACIONAL DO CONSUMIDOR

*Fláilda Brito Garboggini Siqueira<sup>1</sup>*

## 1. INTRODUÇÃO

Tem havido, nas últimas décadas, um crescente interesse no estudo do comportamento do consumidor. Conceitos de diferentes ciências humanas têm sido utilizados pelas empresas e agências de publicidade para o conhecimento do comportamento humano, principalmente, para orientá-las na condução eficiente de suas atividades. A ciência econômica foi a pioneira nesse tipo de estudo. Adam Smith, o grande precursor dessas investigações, em sua obra "A Riqueza das Nações", de 1776, buscou apresentar explicações para o comportamento da demanda de mercado retratando a relação direta entre o preço das mercadorias e as quantidades vendidas. Abriu, a partir daquela época, um campo de investigações pois suas constatações não foram suficientes para elucidar todas as questões tão complexas do comportamento do consumidor.

Neste trabalho, procuro retomar algumas questões relativas ao comportamento racional do consumidor, principalmente aquelas relacionadas com o aspecto econômico porque, inicialmente, a preocupação do ser humano enquanto consumidor, concentrar-se-ia unicamente na relação do custo/benefício que um produto pode conferir. Numa primeira visão, esse processo parece ocorrer de forma totalmente racional. Essa é uma lógica que logo, aos primeiros passos ou às primeiras interferências do ambiente social, cai por terra, como apresentarei a seguir.

---

<sup>1</sup> Professora do Departamento de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas (FACECA/PUCCAMP) e do Departamento de Publicidade e Propaganda do Instituto de Artes e Comunicações (IACT/PUCCAMP). Doutoranda em Ciências da Comunicação da ECA-USP.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

### **2.1. A UNIVERSALIDADE DAS NECESSIDADES E DOS MOTIVOS HUMANOS**

A compreensão do comportamento humano, em qualquer parte do mundo, se faz, inicialmente, através da análise de suas necessidades. Todo processo de tomada de decisão de consumo alicerça-se na busca de equilíbrio com a satisfação das necessidades. Para a obtenção do bem ou produto que suprirá a carência do organismo, o ser humano sente-se compelido a algum tipo de ação. A vida do indivíduo é constituída de uma série constante de ciclos constituídos por processos dessa espécie: necessidade gerando ação para a obtenção de bens que satisfazem a carência inicial.

Segundo Engel, Kollat e Blackwell (1995), "o comportamento do consumidor é constituído pelos atos individuais diretamente relacionados com a obtenção e o uso de bens e serviços econômicos, incluindo os processos de decisão que precedem e determinam aqueles atos".

A escolha do produto tem como base a percepção de alternativas ao alcance do consumidor. Nesse processo, interferem tanto as características físicas dos estímulos externos como os fatores internos, individuais dos consumidores. O ser humano, nos dias de hoje, vê-se diante de inúmeras opções de consumo porém sente-se limitado por sua renda. Pelos limites do poder aquisitivo, cada indivíduo tem que estabelecer uma ordem de prioridades de suas carências para orientar suas decisões de compra ou consumo. Maslow estabelece uma hierarquia de necessidades segundo a qual, em primeiro lugar, o ser humano procura satisfazer as necessidades primárias. Estas seriam as carências relacionadas à sobrevivência: alimentação, saúde, sexo e, em seguida, a segurança. Na seqüência, são percebidas as necessidades de afeto, status ou prestígio e finalmente as de auto-realização. O processo de aprendizado também é regido por uma série de impulsos relacionados às necessidades. Os impulsos primários, ligados às necessidades básicas surgem antes de qualquer outro, são inatos ao ser humano. Os impulsos secundários são aprendidos durante

a vida no contato sócio-cultural. A própria educação acadêmica é uma necessidade secundária aprendida como valor num processo mais complexo e avançado da vida.

## 2.2. MOTIVAÇÃO EM MARKETING

Na atividade mercadológica das empresas, tem havido uma certa tendência a isolar vários motivos ou variáveis da personalidade para estudá-los em relação ao padrão de comportamento do consumidor quanto à compra de produtos, à compra de determinadas marcas ou à escolha de certos pontos de venda ou mesmo de tipos de serviços de uma empresa entre outras decisões do mercado de consumo e do mercado de produção.

Podemos constatar que a motivação está relacionada com as razões ou os motivos que nos levam a agir numa certa direção, ou seja, a buscar os bens necessários para suprir nossas carências. Desta forma, as empresas, tendo em vista seus mercados, consideram para finalidades comerciais as diferentes classes de motivos como podemos apresentar a seguir, baseado na classificação de Christiane Gade<sup>2</sup> :

### 2.2.1. - Motivos primários se contrapõem a motivos seletivos -

Os primeiros estão relacionados às **necessidades** primárias cuja satisfação leva à procura de determinada categoria de artigos ou serviços. Os seletivos estão relacionados às razões pelas quais o indivíduo escolhe entre várias opções aquele que vai, especialmente, satisfazer seus **desejos**. As empresas desenvolvem produtos com características diferenciadoras para apresentá-las como razões seletivas de suas marcas aos segmentos de mercado.

### 2.2.2. - Motivos racionais e motivos emocionais -

Os motivos racionais são aqueles ligados a dados objetivos de realidade comprovável como economia, eficiência, durabilidade,

---

2 Gade, C. p.29-30.

utilidade etc. As razões emocionais estão mais ligadas a fatores subjetivos remetendo a valores individuais como gosto e sentido estético.

### **2.2.3. - Motivos de clientela e de fidelidade à marca -**

No consumo, estes motivos estão relacionados a facilidades percebidas como justificativas para certas opções que, muitas vezes superam alguns motivos mais racionais. Muitas vezes certas facilidades relacionadas à localização, comodidade, prazos maiores de pagamento, atendimento amistoso, amizade com os vendedores, tipos de embalagem etc., são fatores que nos motivam a comprar sempre nos mesmos lugares ou a comprar sempre os mesmos produtos pelas vantagens extras que acreditamos encontrar neles.

### **2.2.4. - Motivos conscientes e motivos inconscientes -**

Os motivos conscientes estão bem claros em nossa mente. Sabemos bem porque estamos comprando ou consumindo algum produto. Os motivos inconscientes são aqueles que nos levam, muitas vezes, às compras por impulso. Geralmente, estão associados a outras carências que não conseguimos identificar ou que, por algum mecanismo de defesa psicológica, não queremos admitir as razões e por isso ficam guardados no nível do inconsciente. Geralmente, tentamos encontrar explicações racionais para estas decisões, mas no fundo as razões são outras, inadmissíveis para a pessoa como, por exemplo, o consumo de cigarro.

Krech, também, desenvolveu uma classificação dos principais motivos humanos que podem orientar o estudo do comportamento de consumo. Essa classificação apoia-se, em primeiro lugar, em objetivos gerais de sobrevivência e segurança e, posteriormente, nas metas de satisfação e estimulação ou os chamados motivos de excesso. Em todos os casos estes alvos estão relacionados ao corpo, às relações com o ambiente, com as outras pessoas e com o próprio "eu" do indivíduo.

**Tabela 1 - Classificação desenvolvida por Krech**

<b>objetivos gerais de:</b>	<b>Sobrevivência e segurança (motivos de deficiências)</b>	<b>Satisfação e estimulação (motivos de excesso)</b>
<b>Referentes ao corpo</b>	Evitar fome, sede, falta de oxigênio, excesso de calor, frio, fadiga, músculos supertensos, doença e outros estados desagradáveis ao corpo.	Obter experiências sensoriais agradáveis de gostos, cheiros, sons etc; prazer sexual, conforto físico; exercícios dos músculos, movimentos rítmicos do corpo etc.
<b>Referentes às relações com o ambiente</b>	Evitar objetos perigosos, feios, chocantes e desagradáveis; buscar objetos necessários para a segurança e sobrevivência futuras; manter um ambiente estável, claro e seguro etc.	Obter posses agradáveis; construir e inventar objetos; compreender o ambiente; resolver problemas; jogar; buscar novidades e mudanças ambientais etc.
<b>Referentes às relações com outras pessoas</b>	Evitar conflitos e hostilidade interpessoal; manter participação, prestígio e status nos grupos; obter cuidado dos outros; conformar-se aos valores e padrões do grupo; conseguir poder e domínio sobre os demais etc.	Conseguir amor, identificação positiva com as pessoas e grupos; ter prazer na companhia de outras pessoas; auxiliar a compreender os demais; ser independente etc.
<b>Referentes ao EU</b>	Evitar sentimentos de inferioridade e fracasso na comparação com outros ou com o "eu" ideal; evitar perda de identidade; evitar sentimento de vergonha, medo, angústia, tristeza etc.	Obter sentimentos de auto-respeito e auto-confiança; exprimir-se; ter sentido de realização; sentir-se desafiado; estabelecer valores morais e outros; descobrir lugar significativo do "eu" no universo.

### 2.3. A LEI DA UTILIDADE MARGINAL DECRESCENTE

De acordo com a teoria utilitarista<sup>3</sup>, o homem é um ser hedonista, foge da dor enquanto busca o prazer. De forma instintiva ele explica suas escolhas fundamentado em motivos racionais como a utilidade, a qualidade, a eficiência ou a durabilidade do produto. O consumidor busca justificar sua compra pela máxima satisfação obtida face à sua despesa. A renda pessoal leva o consumidor a maximizar sua satisfação, minimizando seu sofrimento.

O ponto principal da teoria do comportamento do consumidor, de acordo com essa teoria, é que ele tenta aumentar sua utilidade. Neste processo, podemos considerar utilidade como a medida da satisfação das necessidades e desejos. Daí decorre o princípio básico, que explica o modo por que os consumidores escolhem certo composto de bens e serviços, chamado a **lei da utilidade marginal decrescente**. Essa lei deriva da crença de que a capacidade de um indivíduo tirar prazer do uso de um bem, diminui à medida que ele consome mais desse bem. Usando, como exemplo, os sapatos de homem, isto significa que o primeiro par de sapatos comprado representa para o consumidor 100% de utilidade pela satisfação da necessidade de proteção dos pés. Um segundo par também pode ser útil como substituição em caso do primeiro par estar danificado temporariamente ou como uma outra opção para combinar com diferentes cores de roupas. A aquisição de um terceiro par acrescentaria mais uma possibilidade de combinações com peças do vestuário. O mesmo poderia ser considerado quanto ao quarto e quinto par de calçados de modelos e cores diferentes. Porém, em algum momento, chega-se a um ponto em que mais um par de sapatos não representa nenhuma satisfação, ao contrário, pode tornar-se até mesmo um estorvo. Segundo Bennett e Kassarian, à medida que o número ou a quantidade consumida de um bem aumenta a utilidade total, obtida com o aumento quantitativo, aumenta a uma taxa decrescente. À medida que a quantidade consumida aumenta, a utilidade marginal diminui, como podemos demonstrar através da tabela a seguir:

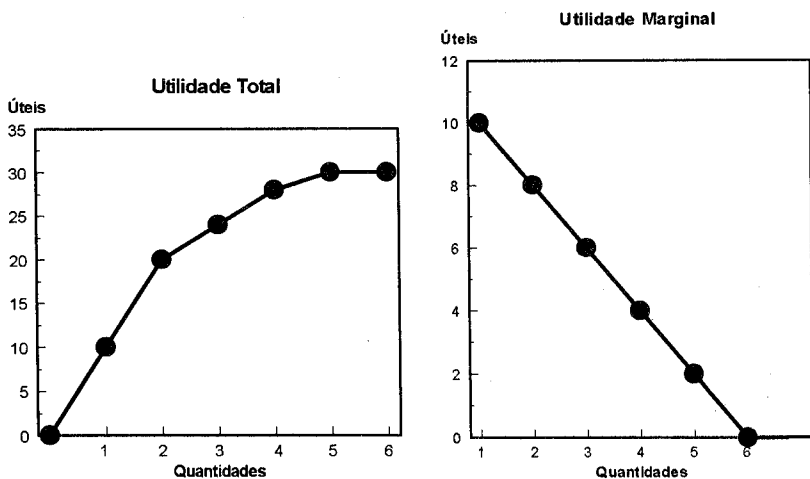
---

<sup>3</sup> Jeremy Bentham, utilitarista do século XIX.

**Tabela 2**

Quantidade de pares de sapato	utilidade total (em úteis)	utilidade marginal (em úteis)
0	0	
1	10	10
2	18	8
3	24	6
4	28	4
5	30	2
6	30	0

De acordo com esta teoria, à medida que mais de um bem é consumido, a utilidade total aumenta a uma taxa decrescente. A curva decrescente de utilidade marginal mostra que a utilidade adicionada por uma nova unidade do bem decresce à medida que a quantidade consumida cresce, conforme pode ser representado nas figuras a seguir:



## 2.4. A LEI DA UTILIDADE MARGINAL IGUAL POR UNIDADE MONETÁRIA

O ser humano, dada sua renda limitada, tentará maximizar sua satisfação total tentando distribuir seu capital de forma que a utilidade recebida da última unidade de despesa seja igual para todos os bens. Isto significa que o indivíduo distribui sua renda de modo que a utilidade marginal por unidade monetária seja igual para todos os bens e serviços - a lei da utilidade marginal igual por unidade monetária.

É impossível a comparação direta da utilidade dos bens e serviços porque os preços das mercadorias e serviços diferem. Para permitir a comparação, Bennett e Kassarian<sup>4</sup> sugerem o uso de uma medida chamada utilidade marginal ponderada, isto é, o número de úteis proporcionado pela última unidade consumida dividido pelo preço dessa unidade. Se dividirmos as utilidades marginais de todos os bens e serviços concorrentes por seus preços correspondentes, poderemos comparar as utilidades marginais.

Suponhamos que um indivíduo tenha que dividir sua renda entre dois bens concorrentes, o produto X e o produto Y. Em algum ponto da função de utilidade, a utilidade marginal de X será de 30 úteis e seu preço R\$ 3,00; o produto X então terá uma utilidade marginal ponderada de 10,00, no mesmo ponto. Em algum ponto, a utilidade marginal do produto Y será de 40 úteis e seu preço, de R\$ 5,00, dando-lhe uma utilidade marginal ponderada de 8,00. Como a utilidade marginal ponderada de X é maior do que a de Y, será de interesse do consumidor deslocar parte de suas despesas de Y para X. Este deslocamento continuará até que as utilidades marginais ponderadas de ambos os produtos se igualem. À medida em que o consumidor mudar suas despesas de mercadorias com baixa utilidade marginal ponderada para mercadorias com uma utilidade marginal ponderada relativamente alta, estará aumentando sua utilidade total, o que, de acordo com o pressuposto, será exatamente o que ele estará tentando fazer.

---

4 Bennett e Kassarian. P.28.

Se algum produto der uma utilidade marginal por unidade monetária de preço maior do que a utilidade marginal comum por unidade monetária de preço, o consumidor poderá aumentar a utilidade total reservando mais renda para esse produto e menos para os outros. Se qualquer produto der menos utilidade marginal por unidade monetária de preço do que a utilidade marginal comum por unidade de preço, o consumidor pode aumentar sua utilidade geral reservando menos renda para esse produto e mais para os outros.

A proposição mais geral, que trata de todos os produtos, pode ser escrita como segue. O indivíduo distribuirá sua renda de maneira que a utilidade marginal ponderada

( $\frac{\text{utilidade marginal}}{\text{preço}}$ ) de cada produto seja igual a:

$$\frac{UM_x}{P_x} = \frac{UM_y}{P_y} = \dots = \frac{UM_n}{P_n}$$

Em 1939, J.R.Hicks apresentou o primeiro tratamento sistemático da abordagem da indiferença à explicação do comportamento do consumidor, uma abordagem que dispensa a medição da utilidade. Esta nova abordagem não nega o conceito de utilidade, mas somente que ele tenha de ser medido em uma escala cardinal, ou seja, o número de úteis; esta abordagem presume que a utilidade possa ser medida em uma escala ordinal - isto é, pode-se dizer simplesmente que o consumidor prefere uma coisa em lugar de outra.

As alterações nas quantidades consumidas de dois produtos podem ser provenientes de dois efeitos da alteração de preços: o efeito de renda e o efeito de substituição. Quando o preço de um artigo consumido cai, sem que haja alteração da renda monetária, a renda monetária real aumenta. Quando o preço de um produto cai em relação ao preço de outro produto concorrente, a tendência é gastar mais com o primeiro do que com o outro. Esta parte do

aumento de consumo deve-se ao efeito de substituição. Invertendo-se o processo, o aumento de preço causa uma queda na renda real; consome-se menos do primeiro e do segundo produtos, em parte devido ao efeito de renda e em parte devido ao efeito de substituição, ambos negativos, nessa situação.

Todas essas abordagens podem ser ampliadas para a consideração de muitos produtos nas tendências de consumo de um consumidor no seu dia-a-dia.

## 2.5. DEMANDA DO CONSUMIDOR E DEMANDA DO MERCADO

A demanda do consumidor é a quantidade de um bem ou serviço que ele está disposto a comprar a diversos preços. Pode derivar da teoria do comportamento do consumidor de acordo com a lei da utilidade decrescente. O próprio dinheiro ficará sujeito à lei da Utilidade Marginal assim como ocorre com outros produtos. Quanto mais dinheiro o indivíduo tiver, menor será sua utilidade marginal.

A demanda do mercado é a quantidade de um bem ou serviço que toda a população de consumidores do mercado está disposta a comprar a diversos preços.

Kotler<sup>5</sup> afirma que as pessoas desejam escolher produtos que proporcionem o máximo de satisfação possível em troca de seu dinheiro. Quando viabilizados pelo poder de compra de cada um, os desejos se transformam em demandas.

Os consumidores vêem os produtos como um conjunto de benefícios e escolhem aqueles que ofereçam o máximo de benefícios possível pelo seu dinheiro. Um automóvel Corsa da GM significa transporte, preço baixo e economia de combustível. Por outro lado, um Vectra, também da GM, significa mais conforto, luxo e status. As pessoas optam pelos produtos de acordo com seus interesses e desejos porém, muitas vezes, são limitados por seus recursos financeiros.

---

5 Kotler, P. p.3.

## 2.6. A PUBLICIDADE INTERFERINDO NA ESCOLHA RACIONAL DO CONSUMIDOR

Ainda que tenhamos tratado de maneira sintética da teoria econômica, podemos concluir que o preço e a renda, os chamados aspectos racionais, não são os únicos interferentes na decisão de consumo do indivíduo. Diversos outros elementos complementam a lista de fatores que afetam esse processo como, por exemplo, a personalidade, as atitudes e a classe social. Muitos economistas relutam em admitir as interferências da propaganda como afirmam Bennett e Kassarian<sup>6</sup>. Podemos demonstrar como ela altera as conclusões obtidas através das teorias econômicas como nos conceitos de utilidade marginal decrescente. Ela dispõe de meios para retardar o ponto de saturação na compra seqüencial e contínua de unidades extras. Isto significa que, através do anúncio, é possível melhorar o quociente da utilidade marginal pelo preço, ou ainda, interferir no aumento do consumo de um determinado bem até um nível acima do que essa teoria poderia explicar.

As interferências do processo publicitário na lei econômica da Utilidade Marginal Decrescente começam pela valorização das mercadorias aos olhos do comprador em potencial. Para realizar este intento a publicidade utiliza-se de diversos recursos sem mudar a lei. "Simplesmente age sobre a dinâmica da saturação do consumo de um determinado bem, envolvendo-o com uma espécie de aura conceitual para torná-lo mais desejável"<sup>7</sup>.

Por que uma pessoa paga três vezes mais caro por um jeans de griffe, se pode pagar um terço por outra marca comum? A primeira resposta tentaria ser racional: a durabilidade ou a qualidade é maior. Todos sabemos que em matéria de jeans os tecidos são idênticos, não há na verdade quase nenhuma diferença, a não ser a imagem da marca. Aquele elemento emocional ou, retomando a citação acima, a aura construída pela publicidade. Aí saímos do terreno do racional e entramos na esfera do emocional. Essa coisa emocional nos dá segurança pois faz parte dos valores de nossa sociedade julgar as pessoas pela aparência.

6 Bennett e Kassarian. p.39.

7 Machado Júnior, C. p.14.

De acordo com Magy Imoberdorf<sup>8</sup> “se as pessoas fôsem somente racionais não existiria consumo. Elas só comprariam uma roupa nova quando a velha acabasse... moda não faria sentido.” Em nossa sociedade moda é tudo. Escolhemos certas marcas para estarmos na moda e para fazermos parte de um determinado grupo de pessoas que achamos que vão também escolhê-las. É o consumo da imagem.

De acordo com Vestergaard e Schroder<sup>9</sup>, muitos anúncios funcionam ao nível do devaneio. A propaganda constrói um universo imaginário em que o receptor consegue materializar os desejos insatisfeitos da sua vida diária.

Nas condições sociais reinantes, o indivíduo sente-se impotente na busca da felicidade pessoal. Vive numa contradição entre o que realmente é e o que gostaria de ser. Então, ou ele toma consciência desta contradição e entra numa luta política pela conquista de direitos, ou vive como escravo de uma inveja que, em combinação com o sentido de impotência, se dissolve em sucessivos devaneios. Isso permite entender por que a publicidade continua a merecer crédito.

O consumidor médio não se surpreende quando o produto não cumpre totalmente a promessa do anúncio pois a vida o acostumou a isto: a busca da felicidade pessoal e do sucesso é normalmente uma busca vã. Ele se contenta com um futuro sempre adiado.

Ao compensar a monotonia da vida cotidiana pelo emprego da fantasia, muitas vezes, a propaganda comprova a monotonia desta vida e se fundamenta no desejo subconsciente de um mundo melhor.

Antigamente, as pessoas faziam parte integrante de algum grupo social, vivendo agregadas a uma pequena comunidade que lhes apoiava a vida inteira. Não sentiam a necessidade de aglutinação, porque já pertenciam a uma comunidade. Hoje, a mobilidade social e geográfica da sociedade contemporânea não dá segurança social como antes. Existe, cada vez mais, uma população urbana

8 “O consumo da imagem”. *Folha de S. Paulo*, dezembro de 1987.

9 Vestergaard, Torben & Schroder, Kin. A propaganda como espelho psicológico. In *A linguagem da propaganda*. São Paulo, Martins Fontes, 1988.

anônima, sem identidade estável, privada de relações pessoais estreitas e duradouras, cada vez mais precisam de auxílio de especialistas, terapeutas, que procuram preencher as funções antes exercidas pelas pequenas comunidades, pelo padre, pelo médico de família. Essa sensação tende a ser facilmente explorada por campanhas para associações e clubes sociais, pronto socorro mecânico e de saúde entre outras atividades que antes eram desempenhadas por esses membros de pequenos grupos.

Estes problemas, entre outros, fazem parte de uma categoria perceptiva do problema, isto é, manifestam-se como um problema consciente ou uma preocupação autêntica com os anseios e os medos das pessoas comuns.

Existe uma outra categoria de anúncios que explora outro tipo de defeito que Vestegaard e Schroder classificam como transcendente das normas relacionadas com a moral e o comportamento. Estas normas são sentidas como imposições desagradáveis que coagem nossos impulsos e desejos.

A rebelião contra as normas e práticas sexuais constitui o principal ponto de atração de muitos anúncios. Neles as frustrações eróticas e as inibições sexuais explodem e sugerem satisfações. Em muitos comerciais a dificuldade de estabelecer um nexos causal entre o produto e a fantasia apresentada nos permite deduzir que ele pretende apenas excitar os desejos do receptor, criando para isso, em torno da marca, uma aura de excitação erótica determinante da atenção para a chamada e, conseqüentemente, decisiva para a venda do produto. Podemos citar como exemplo diversos anúncios de lingerie, roupas, cigarros e até desodorantes.

Dentre os recursos que a propaganda lança mão na construção dessa imagem podemos lembrar dos expedientes citados por Carlos E. Machado Júnior<sup>10</sup> da sedução e do multi-uso entre outros.

---

10 MACHADO JÚNIOR, Carlos. p. 14-25.

### 2.6.1. A conquista do consumidor pela sedução

Combinações de argumentos racionais e emocionais podem incrementar a utilidade de um bem, isto é, aumentar os benefícios do mesmo. Sempre existe a possibilidade de *fazer valer* mais alguma coisa desde que se possa atribuir a ela vantagens extras. Acompanhando a hierarquia das necessidades, mencionada no início desse trabalho, sabemos que o ser humano pode ser motivado para o poder, a posição privilegiada, o reconhecimento social na evitação do ostracismo e de outras sensações desprezíveis. Dando ênfase a estes fatores, muitas campanhas de produtos são realizadas. Tomemos como exemplo a campanha dos cigarros Carlton. Desde o seu lançamento, este produto foi posicionado como aquele que proporciona “raro prazer”, explicitamente apresentado em seu *slogan* e reforçado em todas as suas mensagens. O discurso visual da campanha estabelece modelos ideais ou grupo de referência para os consumidores do Carlton, sem a utilização de modelos humanos. Através de objetos simbólicos de alto poder aquisitivo associados, também, a um alto status cultural, todas as peças produzidas, desde então, sugerem a alta qualidade do produto destinado a pessoas especiais, raras. Trata-se de um dos cigarros mais caros e que, do ponto de vista social, está no topo correspondente às pessoas finas, de alta classe. Então, é **caro mas vale**, demonstrando bem a interferência da publicidade sobre a dinâmica da lei econômica. Sem todos esses recursos de campanha do produto, sua imagem seria outra, ou ainda, a atitude ou predisposição favorável das pessoas quanto a essa marca seria diferente.

Numa era em que as preferências dos consumidores dependem de diferenças mínimas entre os produtos - quase sempre mais de imagem do que de produto - o Marlboro é um caso de *marketing* exemplar. Esse produto associou-se a uma imagem de agrado quase universal, o *cowboy* montado a cavalo. Não se apresenta nenhum texto, o homem de Marlboro nunca fala. Mesmo com a proibição da publicidade na TV americana e em outros países, as vendas do produto continuaram subindo. Sua imagem e o próprio produto já eram bem conhecidos. Fora dos

EUA, essa marca faz também grande sucesso que pode ser atribuído ao estereótipo idealizado por diversos países influenciados pela cultura americana. Parece que, ao consumir o Marlboro, as pessoas se sentem um pouco americanas. Este, portanto, é um atributo a mais, senão o mais importante que justifica a imagem tão valorizada da marca. De acordo com dados de pesquisa, a marca Marlboro vale, nos dias de hoje, US\$ 34 bilhões. Segundo Martins<sup>11</sup>, a empresa tem hoje duas funções distintas, uma é a comunicação clara das vantagens do seu produto (publicidade racional), e a outra é criar uma atmosfera de encantamento - a alma - que estimule a imaginação e identificação com o consumidor.

Em 1987, foi realizada uma pesquisa, pela revista Forbes, com fumantes norte-americanos e europeus para descobrir porque eles preferiam o Marlboro. As respostas apontaram para uma maior qualidade em relação aos concorrentes. No entanto Blotnick, autor da pesquisa, acredita que os motivos alegados de diferença entre produtos não passa de uma racionalização, o que realmente atrai a maioria dos consumidores é a imagem da marca. A prova dessa afirmativa é que foi oferecido o Marlboro pela metade do preço em embalagens genéricas mas só 21% dos entrevistados se interessaram, apesar da garantia de que o produto era idêntico ao que eles compravam normalmente. A explicação é simples. Os fumantes tiram e põem o maço de cigarros no bolso 20 a 25 vezes por dia. É evidente que a embalagem significa muito em termos de expressão pessoal frente ao grupo social. Muitos, socialmente inseguros, usam seus cigarros como parte da indumentária, analisa Blotnick.<sup>12</sup>

Marcelo Serpa, vice-presidente de criação e diretor de arte da Almap/BBDO, em sua palestra "Propaganda de Automóveis"<sup>13</sup>, afirmou que a decisão da compra de um carro é 100% emocional. Segundo ele, o lado racional é um alibi que as pessoas

11 MARTINS, José. *Arquétipos em marketing*. São Paulo: STS, 1995, p. 14.

12 "Tudo bem na terra de Marlboro". *Exame*: Abril, 15/03/87, p.p. 80-83

13 Palestra proferida no ciclo de debates "Arena de Marketing", promovido pela Folha de S. Paulo, em junho de 1996.

usam para justificar aquilo que pretendem fazer. Valores ligados ao automóvel, como liberdade, potência, individualidade e sonho, são as motivações que determinam a aquisição de um automóvel.

O processo sedutório realizado pela publicidade procura, através de argumentos racionais e emocionais, dar significado social aos produtos ou serviços disponíveis no mercado. Assim, altera o quociente de medida da utilidade marginal ponderada. Leva o consumidor a concluir que vale gastar mais pela aquisição daquele bem porque o mesmo apresenta vantagens extras em relação a outros.

Na observação da história, podemos encontrar justificativas para a argumentação publicitária na valorização dos bens através da associação de qualidade ao alto preço denotando a capacidade pecuniária de seu consumidor e conotando um estilo de vida privilegiado, conseqüência não de herança de berço mas sim como resposta ao esforço de muito trabalho.

Desde o período em que o crescimento e o fortalecimento da burguesia, cuja origem não era nobre e o aparecimento do trabalho produtivo fugindo da servilidade, a situação vai se modificando. Surge um novo valor, o do trabalho como força a ser comercializada em troca de remuneração. Um novo segmento social daí decorrente aparece inaugurando uma nova fase da cultura, a pecuniária. O trabalho passa a ser valorizado em função do enriquecimento deste novo segmento. O ser nobre cede lugar ao ter posses que precisa ficar evidenciado assim como a situação privilegiada alcançada pelo trabalho.

No entanto, não é apenas a publicidade que define os valores e as imagens do produto ao longo do tempo. Não há campanha publicitária que salve um produto do teste final do consumo, ele precisa corresponder às expectativas do consumidor.

### **2.6.2. A justificativa da múltipla utilidade**

A publicidade lança mão de outro recurso, o da múltipla utilidade do produto. Esse alibi tem como objetivo prolongar o prazo

de saturação de consumo de um determinado produto, interferindo no comportamento segundo a lei da utilidade marginal decrescente.

O incentivo a novos usos para produtos antigos pode ser observado nas estratégias de produtos como Leite Moça, Creme de Leite Nestlé, Maizena, Açúcar União. Essas marcas apóiam sua comunicação divulgando, freqüentemente, novas receitas gerando cada vez mais o incremento de consumo destes produtos. As receitas passaram a ser uma constante nas embalagens. Também concursos de receitas são estimulados ou promoções que dão como prêmio livros de receitas culinárias que indicam a utilização dos produtos anunciados.

Os serviços de atendimento ao consumidor, estabelecido por muitas empresas nos últimos anos, proporcionam mais um atributo diferencial para a imagem de seus produtos e, principalmente, têm como função dar esclarecimentos sobre novas possibilidades de usos dos produtos. Estas táticas são usadas tanto para produtos alimentícios como também no setor de limpeza, higiene e cosméticos, cada um dentro de suas limitações. Empresas produtoras de eletrodomésticos também passaram a adotar as táticas relacionadas ao multi-uso: os aparelhos de som 3 em 1, com a substituição, atualmente, do toca disco (de vinil) pelo CD player. O antigo liquidificador, hoje, propõe diferentes tipos de funções que pode executar: cortar, picar, ralar etc. Pode-se citar também novos produtos que prometem desempenhar múltiplas funções como o Walita Master, que também bate bolo, espreme frutas além de outras funções. Empresas como a Arno e a própria Walita apresentam propostas de produtos que se sobrepõem em funções, como os exemplos citados. Desta forma conseguem aumentar suas vendas pela variedade de opções e pelas funções que seus produtos prometem desempenhar para facilitar a vida das usuárias. Exemplo recente da publicidade da Arno mostra as várias máquinas de lavar, secar, passar e por último o garoto que diz ser a máquina de sujar. Esse comercial procura incentivar a compra de todas essas máquinas numa associação de produtos assim como as campanhas de linhas de produtos cosméticos que

prometem um bom resultado pela utilização conjunta dos produtos. Procura criar uma fidelidade à Arno conquistando o público alvo pelo humor e pela simpatia do garoto propaganda.

Também no caso de indumentárias e adornos pessoais vemos surgir cada dia mais anúncios informando ao consumidor sobre as diferentes situações de utilização destes produtos, assim como novas combinações e associações de uso de produtos, como exemplo, os comerciais do guaraná e da cerveja Antártica: pipoca, pizza e hamburger com guaraná e feijoadada com cerveja.

As estratégias de comunicação procuram incentivar tanto as multi-situações de uso de um mesmo produto e, simultaneamente, definir uma única situação possível de uso para retardar o ponto de saturação de consumo de um determinado produto. Para explicar estes conceitos, pode-se citar o caso do calçado esportivo, o tenis. Atualmente, os consumidores são induzidos a considerar, em muitas situações, a possibilidade desse uso em lugares onde antes se usava o sapato social. Desta forma, o tenis entra na relação dos calçados possíveis para situações variadas. Neste caso, a técnica incrementa a utilidade do tenis ao permitir seu múltiplo uso, valorizando-o aos olhos do consumidor. Num segundo caso, a atuação é inversa, restringindo o uso do tenis a uma determinada situação, a do esporte para o qual serve apenas um tipo específico de tenis, um para a prática da ginástica, outro para o futebol, o basquete e para outros jogos.

Observa-se no conjunto de todas estas táticas de comunicação com o mercado a interferência sobre as leis econômicas, incentivando cada vez mais o consumismo

### 3. CONCLUSÃO

Tendo em vista os fatores apresentados, pode-se constatar a dificuldade em se admitir a existência de uma decisão de compra racional. A equação de escolha não é nem um pouco racional.

Segundo Jaime Troiano<sup>14</sup>, a aquisição de um produto é fruto do que se sente e não do que se pensa. Resulta de uma complexa trama de emoções e sentimentos muitas vezes inconscientes. Troiano considera ilusão sonhar com a racionalidade do consumidor. Essa visão de pretensa racionalidade é tão pobre quanto perigosa.

As marcas, ou melhor, a imagem das marcas são construídas de afetividade. Cada tipo de público quer experimentar uma determinada sensação. Nos adolescentes, por exemplo, a publicidade mexe com a imaginação, a fantasia, o romantismo. O segmento mais velho sensibiliza-se com as recordações passadas, mas também com outras motivações. Mas, de uma maneira geral, o que a publicidade faz é vestir o emocional de racionalidade ou vice-versa. Por exemplo, por que uma pessoa compra um Mercedes Benz ? A resposta inicial seria racional e é por isso que se anuncia que seus freios são ótimos, seu valor de revenda altíssimo, ou que sua qualidade é excelente etc. Mas, na verdade, o motivo porque a maioria das pessoas compra um carro desses é para exibí-lo aos amigos. Isso é puramente emocional, mas não é admitido. Como não se pode fazer um comercial dizendo explicitamente essas coisas, os publicitários vestem esse tipo de desejo das pessoas de uma certa racionalidade.

Nas próximas décadas, com o crescimento, cada vez maior, do número de produtos e de marcas de qualidades e origens as mais variadas, o grande desafio será identificar e medir emoções para entender os consumidores e administrar as imagens de marca.

#### 4. BIBLIOGRAFIA

AYECHU, Hugo S. *El comportamiento del consumidor*. México: Trillas, 1992, 232p.

BENNET & KASSARJIAN. *O comportamento do consumidor*. São Paulo: Atlas, 1975, 161p.

---

14 Troiano, J. Marcas e o mito da racionalidade. *Meio e Mensagem*, 22 de abril de 1996, p. 21.

- ENGEL, James, BLACKWELL, Roger & MINIARD, Paul. *Consumer behavior*. Orlando: The Dryden Press, 1995, 951p.
- GADE, Christiane. *Psicologia do consumidor*. São Paulo: EPU, 1980, 186p.
- KOTLER, Philip & ARMSTRONG, Gary. *Princípios de marketing*. Rio de Janeiro: PHB, 1993, 478p.
- LAGNEAU, Gérard. *A sociologia da publicidade*. São Paulo: Cultrix, 1981, 92p.
- MACHADO JÚNIOR, Carlos Eduardo. *Estudos do comportamento do consumidor*. São Paulo, Apostilas do CRP/ECA/ USP, 1992, 255p.
- MARTINS, José. *Arquétipos em marketing*. São Paulo: STS, 1995, 141p.
- PINHO, J.B. *O poder das marcas*. São Paulo: Summus, 1996, 143 p.
- TROIANO, Jaime. Marcas e o mito da racionalidade. *Meio e mensagem*, São Paulo, 22 abr. 1996, Caderno 1, p.21.
- VEBLEN, Thorstein. *A teoria da classe ociosa*. Um estudo econômico das instituições. São Paulo: Pioneira, 1965, 358p.
- VESTERGAARD, T. & SCHRODER, K. *A linguagem da propaganda*. São Paulo: Martins Fontes, 1988, 197p.

# CENÁRIOS DE FUTURO PARA A FACECA

*José Eduardo Rodrigues de Sousa<sup>1</sup>  
Nancy Gorgulho Chaves Braga<sup>2</sup>*

## 1. INTRODUÇÃO

O Estado de São Paulo, através do processo de urbanização, vem apresentando nas últimas décadas uma progressiva interiorização no desenvolvimento de sua economia.

Houve nos últimos anos, mudanças na distribuição geográfica da produção e do emprego onde os elementos propulsores foram a modernização industrial e agrícola, que aceleraram o processo de interiorização da economia, observando-se transformações significativas na feição urbana das principais cidades do interior.

A região metropolitana de Campinas, com seu dinamismo industrial, tornou-se a principal atração de fluxos migratórios e Campinas tornou-se a principal cidade do Estado de São Paulo depois da capital, indispensável para uma população distribuída num raio de até 100 quilômetros.

Como conseqüência dessa transformação, passou-se a observar modificações urbanísticas que reproduziram, no interior do Estado, elementos até então típicos da metrópole, uma vez que a interiorização do desenvolvimento traz consigo a interiorização dos problemas urbanos que ameaçam a continuidade das mudanças, a modernização da economia e a estabilidade social.

Mas, por outro lado, a região metropolitana de Campinas, traz perspectivas otimistas em relação ao país, por ser um polo de desenvolvimento tecnológico e industrial, com disponibilidade de centros de pes-

1 Professor titular da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas, (FACECA/PUCCAMP). Mestre e Doutor em Administração pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

2 Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas (FACECA/PUCCAMP) e Mestranda em Economia pela PUC-SP.

quisa, de formação de pessoal e mão-de-obra qualificada, o que a torna uma das regiões mais importantes da nação.

Da realidade atual do Estado de São Paulo e, basicamente, da região Metropolitana de Campinas, ressalta um conjunto de estrangulamentos e restrições internas importantes para um processo continuado de desenvolvimento, muito embora possam ser considerados também significativas, as potencialidades e oportunidades que se apresentam em resposta aos desafios e alternativas de desenvolvimento estadual e regional.

Diante desse quadro, as empresas públicas e privadas devem reavaliar suas estruturas e seu planejamento e adequar-se aos novos tempos. Para tanto, faz-se necessário rever o passado recente, quais os fatores que foram importantes no passado e que são atualmente e os que serão no futuro, analisar o presente, para saber para onde caminha a Sociedade.

As perspectivas futuras exigem alterações tanto nas relações internas quanto com os indivíduos integrantes do processo, através de planejamento de médio e longo prazo que conduza as adaptações e transformações necessárias à organização.

O principal objetivo deste trabalho é o de fornecer subsídios para o planejamento dos cursos da FACECA, uma vez que a Universidade constitui-se num dos pólos catalisadores no surgimento de empreendedores, ajudando no equacionamento técnico através dos estudos de futuro e de perspectivas tanto sociais, como políticas e econômicas a nível.

## 2. METODOLOGIA

Sendo o conhecimento científico objetivo, ele não é afetado por crenças, preferências, desejos ou caprichos do pesquisador, mas suas propostas só serão verdadeiras, se puderem ser verificadas pela experiência ou observação.

O método observacional, segundo Gil: (1991:28) "por um lado pode ser considerado como o mais primitivo e, conseqüentemente, o mais im-

preciso; mas, por outro, pode ser tido como um dos mais modernos e mais precisos". A observação, a medida que é cuidadosamente planejada e realizada sob rígidos controles, ainda segundo Gil, conduz a resultados quase tão precisos quanto aqueles obtidos mediante experimentação.

Este trabalho é enquadrado no tipo de pesquisa intitulada "estudos exploratórios" definido por Gil (1987: 44) como aqueles estudos que objetivam "desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, com vistas à formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores". A esse respeito Tripodi (1975: 40) destaca que os condutores da pesquisa podem, além de fazer uso de dados quantitativos, "usar dados qualitativos em forma narrativa que podem ser derivados de suas observações de um determinado fenômeno".

Gil (p. 45) ensina ainda que as pesquisas exploratórias possuem o objetivo de permitir uma visão geral, com uma aproximação do fato estudado, destacando ainda que "esse tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis".

O uso de pesquisa exploratória apresenta também como vantagem, permitir um melhor planejamento da própria pesquisa e de sua análise, pois a partir do exame do material coletado, obtêm-se um conjunto de retro-informações do trabalho realizado.

A realidade futura da FACECA, sem duvida, em boa dose vai depender do que vai acontecer com a grande metrópole que é Campinas, como também do desenvolvimento de sua região metropolitana, tanto no campo social, como no político e econômico. Nesse sentido, torna-se importante conhecer a política e os planos de longo prazo expressas no Plano Diretor da cidade para os próximos anos.

## **2.1. COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA**

Na composição da amostra pesquisada procedeu-se a uma amostragem não aleatória, de caráter "intencional ou proposital" de uso comum, por que mais adequada em pesquisas sociais.

Para a seleção da amostra, estabeleu-se como critérios que as empresas:

- deveriam ser afiliadas ao CIESP - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo;
- serem de pequeno ou de médio porte.

Optou-se por remeter correspondência às pessoas cadastradas pelas empresas como dirigentes/contato junto ao CIESP.

## **2.2. PROCEDIMENTOS PARA A ANÁLISE DOS DADOS**

A análise foi dividida em dois segmentos, na primeira, que permitiu uma quantificação das respostas obtidas, trabalha-se com gráficos de barras e tortas, este último somente em questões dicotômicas, bem como o estudo dos dados fazendo-se uso da estatística descritiva.

A segunda, constituída de questões mais qualitativas, utilizou-se, em cada uma delas, de pelo menos a citação, na íntegra, de três das respostas obtidas, numa forma de melhor exemplificar e permitir a análise e compreensão por parte do leitor.

## **3. CENÁRIOS ECONÔMICOS PARA A DÉCADA DE 90**

Os cenários macroeconômicos produzidos no âmbito do IE/UNICAMP em 1989, apontam no âmbito internacional, a permanência em aberto da questão dos endividamentos externos, da instabilidade das moedas e da transição da segunda para a terceira Revolução Industrial.

As transformações políticas, econômicas e sociais do Leste Europeu, ampliam os horizontes pessimistas para o crescimento econômico nos anos 90, crescimento este previsto apenas como moderado na economia internacional. Essa adversidade do cenário internacional, afeta a economia brasileira pelas suas dívidas interna e externa, ausência de financiamentos externos e internos de longo prazo e

obsolescência técnica em vários setores produtivos, além da dívida social acumulada na última década tais como:

- crise habitacional e de saneamento básico;
- a deterioração da infra-estrutura de transportes, energia e telecomunicações;
- a piora no sistema nacional de saúde pública;
- o grave rebaixamento do serviço de educação;
- a sensível piora do padrão de distribuição da renda, observado nos últimos 30 anos.

Somados a esses constrangimentos, há também as incertezas políticas, o processo inflacionário e a mais profunda recessão econômica que o país já enfrentou, que levam a prever um cenário, tanto pela média histórica brasileira, quanto pelas restrições existentes, de baixo crescimento econômico até o limiar do século XXI.

O cenário Neoliberal adotado nos primeiros anos desta década pelo governo Collor, foi pautado pelas diretrizes da “Abertura de Mercado” e “Modernização em Geral”, com parâmetros comparativos de eventos internacionais, também neoliberais.

Este modelo, leva a impossibilidade de sustentação política, pois é conversível, no limite, numa alternativa de “fascismo do mercado”. Pelas conseqüências políticas e econômicas negativas que resultariam dessa trajetória, busca-se uma segunda alternativa: um cenário “Organizado Defensivo”, que sendo oposto ao primeiro, contempla maior soberania na formulação de política econômica, uma atuação mais decisiva sobre a questão social e um crescimento superior ao primeiro, ainda que também baixo frente aos padrões históricos do país.

Para o restante da década, se prevalecer o cenário Neoliberal, haverá o aprofundamento da concentração produtiva do Estado, modestos ritmos de crescimento do PIB, maior modernização de alguns setores, maior especialização e sofisticação dos serviços, mas com a pequena taxa de crescimento da indústria e o aumento do peso dos segmentos

tecnológicos mais avançados, recairia sobre o setor terciário a responsabilidade de gerar novos postos de trabalho.

Nesse contexto, haveria uma moderada introjeção de modernidade, convivendo com instabilidade e precariedade ocupacional, agravando ainda a situação social e do emprego, com restrições para o exercício de políticas sociais efetivas, e a reforma fiscal.

O cenário Organizado Defensivo, em contraste com o anterior, leva em conta a necessidade de manter o nível de emprego, a modernização seletiva em conjunto com uma política de desenvolvimento regional, atenuaria os efeitos da reconcentração espacial de atividades econômicas, com políticas sociais referidas, levando ao desempenho favorável de setores com elevada elasticidade de emprego, como por exemplo a construção civil, que possibilitaria um quadro mais favorável à absorção de mão-de-obra.

No cenário Organizado Defensivo a "interiorização" se apresentaria de forma mais próxima ao fenômeno ocorrido nas décadas passadas, embora com ritmos menos intensos.

Se consolidar o cenário Neoliberal, prevê-se intensificação dos fluxos migratórios para a grande São Paulo, em razão de sua mais ampla base urbana e de serviços, isto, aliado ao menor crescimento das atividades produtivas e de seus desdobramentos no terciário, ampliaria a precariedade nas estruturas de serviços e ocupações.

Como a região de Campinas possui uma indústria diversificada, o cenário Neoliberal representaria uma séria ameaça, com possibilidades de desestruturação de setores produtivos não tão competitivos, sobretudo da indústria de ponta, em particular de bens de capital sob encomenda, informática e microeletrônica. Nesse caso, o setor terciário acoplado à indústria, inclusive os ligados aos setores de pesquisa e serviços especializados, seriam também afetados, o que se agrava pelas restrições que se colocam a ação pública nessa área, numa trajetória Neoliberal.

Em razão de sua base produtiva diversificada e da concentração do crescimento industrial em São Paulo, Campinas poderia sustentar rit-

mos mais elevados que a média estadual, um fato que seria mais evidente no cenário Organizado Defensivo, em que a região certamente continuaria diversificando e ampliando sua indústria.

#### 4. ANÁLISE DOS CENÁRIOS

Campinas, certamente se consolidará, segundo o cenário econômico apresentado pelo Plano Diretor, como a sede da segunda Região Metropolitana do Estado e seu setor terciário continuará crescendo e diferenciando-se, induzido tanto pelo porte da rede urbana local quanto pela tendência à concentração de inúmeras atividades de serviços de âmbito regional no município.

Em qualquer dos dois cenários, ou seja, no Neoliberal ou no Organizado Defensivo, prevê-se uma trajetória para a economia regional, mais favorável que a média de São Paulo, pela diversificada base industrial e agropecuária da região, pelo avanço do sistema viário e as dimensões da rede de cidades próximas. Contudo, no cenário Neoliberal, é possível prognosticar um agravamento da questão do emprego urbano, de forma similar à grande São Paulo, pelos fluxos migratórios igualmente elevados.

Esses fluxos migratórios, levam à chamada "transição demográfica" que marca a dinâmica demográfica do país nos últimos 20 anos, caracterizada por forte redução dos padrões de fecundidade, o que deriva uma queda do ritmo de crescimento demográfico que é simultâneo ao aumento do grau de urbanização.

O papel das áreas de maior atração viu-se amplificado, sobretudo no caso de São Paulo, devido à queda da fecundidade, a alteração dos fluxos de distribuição espacial dessa população, com o virtual esgotamento dos grandes movimentos em direção as áreas de fronteira, fazendo com que as regiões metropolitanas adquirissem expressão ainda maior como destino desses fluxos populacionais, acompanhados paulatinamente pelo crescimento de centros de pequeno e médio porte.

Em qualquer cenário, as taxas de crescimento do Brasil e de São Paulo, continuarão declinando, em razão da própria transição

demográfica, embora a taxa de crescimento do grupo etário em idade de trabalhar ainda será elevada, em virtude dos padrões anteriores de fecundidade.

Em termos de São Paulo, a reconcentração produtiva da atividade urbana e as políticas agrícolas do cenário Neoliberal tem a derivar um maior crescimento de sua população, comparativamente ao cenário Organizado Defensivo.

Já em termos de Campinas e região, os estudos recomendados pela SABESP ao SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados) em 1989, apontam uma redução do ritmo de crescimento populacional, embora com taxas relativamente elevadas para o crescimento da região de governo de Campinas, com maior periferização da cidade polo.

A Região Metropolitana de Campinas emerge de direito, das novas disposições constitucionais, federais e estaduais e, de fato, de sua condição de polo econômico decorrente de um processo de urbanização, de ampliação do setor terciário, consolidação da infra-estrutura financeira e intenso crescimento demográfico.

A região, é então um espaço polarizado de organicidade específica, com pressões expansionistas e de problemática urbana interativa. Esse quadro faz surgirem "necessidades metropolitanas" que exigem soluções que só podem ser equacionadas em um cenário mais amplo e a nível global.

Soluções são necessárias ao desenvolvimento geral, uma vez que o desenvolvimento industrial não tem significado em si mesmo, pois ele só adquire sentido à medida que é capaz de promover uma melhor qualidade de vida. Não se pode assumir uma posição puramente economicista, que vise buscar proveitos econômicos imediatos sem consideração pelos custos sociais e ecológicos, ou seja, deve-se assumir uma postura eco-desenvolvimentista, adotar uma política de bom senso.

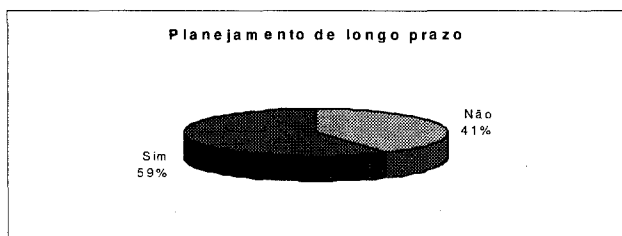
Os planos e projetos, não podem ignorar os custos sociais e os interesses e prioridades das comunidades abrangidas, mas sim, considerar devidamente os interesses estratégicos e a prevalência do caráter

coletivo mais amplo. Para isso, torna-se necessário conhecer as tendências e cenários para a Região Metropolitana de Campinas nos próximos anos.

## 5. ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 5.1. EXISTÊNCIA DE PLANEJAMENTO DE LONGO PRAZO

Das empresas que responderam aos questionários remetidos pode-se constatar que 59% delas fazem planejamento estratégico para dez ou mais anos, isto é, constroem planos ditos de longo prazo.

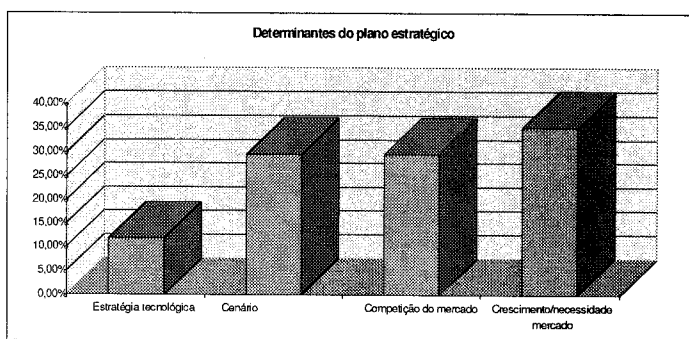


Quadro 3.1

Para os respondentes, os principais determinantes que influem na elaboração desses planos (quadro 3.2) variavam desde a cobrança de suas matrizes, nos casos de filiais de multinacionais, à análise do crescimento/necessidades do mercado (35,3%), passando pela análise do cenário político/econômico nacional e internacional (29,4%) e de competição do mercado (29,4%). Nesse aspecto o ser humano não tem sido esquecido, pois encontrou-se resposta que afirmava ser o fator determinante à tecnologia, mas com ênfase no homem.

Assim pode-se observar, muito embora não se possa generalizar, dado número de respostas obtidas, que o cuidado com o planejamento do futuro não é coisa apenas de empresas de países de primeiro mundo, mas que nossas empresas planejam os rumos

de seu desenvolvimento, tomando por base os aspectos básicos da competitividade e da tecnologia, os rumos da política e da economia, os desejos e tendências de seus consumidores atuais e potenciais e mesmo apenas atendendo aos anseios e ordens de suas matrizes.



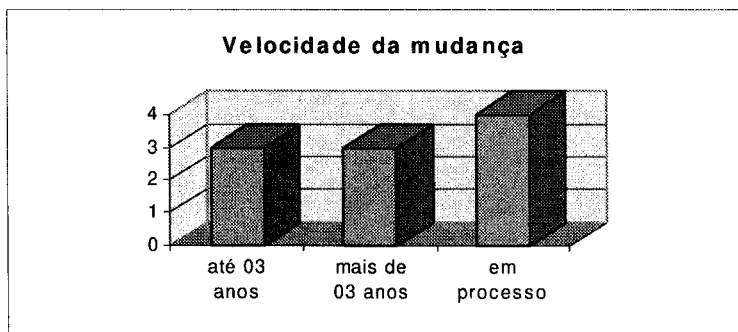
## 5.2. RUMOS DA ATIVIDADE DA ORGANIZAÇÃO

Obeve-se uma grande riqueza de respostas que, ao se observar seu conjunto, desenham um retrato dos rumos que as empresas vislumbram como seu futuro para os próximos quinze anos. Dentre essas respostas encontrou-se até quem afirmasse que o negócio caminha para a estagnação, embora as colocações acerca do acirramento da competição predominassem.

As respostas obtidas, que evidenciam preocupação com aspectos de qualidade, eficiência dos produtos, preços menores, terceirização e relações governamentais encontram-se a seguir listadas:

- maior preocupação ambiental;
- produtos mais eficientes;
- redução do ciclo de vida dos produtos;
- competição globalizada;
- aceleração do processo de terceirização e parcerias;
- preços ainda menores a nível do mercado interno;
- maior flexibilização governamental.

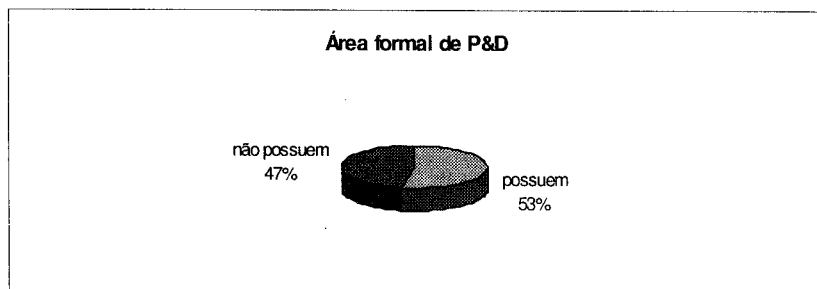
Dos respondentes, 40% afirmaram que essa mudança já se encontra em processo (quadro 3.3), enquanto que os demais 60% se dividiram igualmente citando que ela se dará dentro dos próximos três anos, ou que levará mais de três anos.



Quadro 3.3

### 5.3. EXISTÊNCIA DE UMA ÁREA FORMAL DE P&D

Constatou-se uma preocupação maior com a existência de uma área formal para a pesquisa e desenvolvimento, uma vez que das respostas com afirmação de que não se conta com essa área, obteve-se a informação de que a empresa estava a estruturá-la. Uma filial de multinacional mencionou que apenas em sua matriz eram realizadas pesquisas.



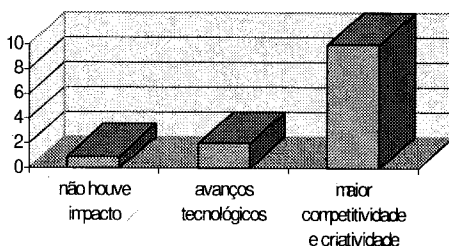
Quadro 3.4

#### 5.4. POSICIONAMENTO DA EMPRESA FRENTE À ABERTURA DO MERCADO

A abertura do mercado nacional trouxe como consequência uma empresa mais criativa e competitiva, primando pela melhoria contínua da qualidade e pela redução dos custos e dos prazos de entrega, bem como uma indústria mais cuidadosa com os avanços tecnológicos de sua área de atuação.

Das respostas analisadas, 8% era de opinião de que a abertura do mercado não teria ocasionado nenhum impacto para a empresa, outros 15% afirmaram ter como benefício acesso a maiores avanços tecnológicos, enquanto que 77% afirmaram que essa abertura teria permitido uma maior competitividade e criatividade à organização.

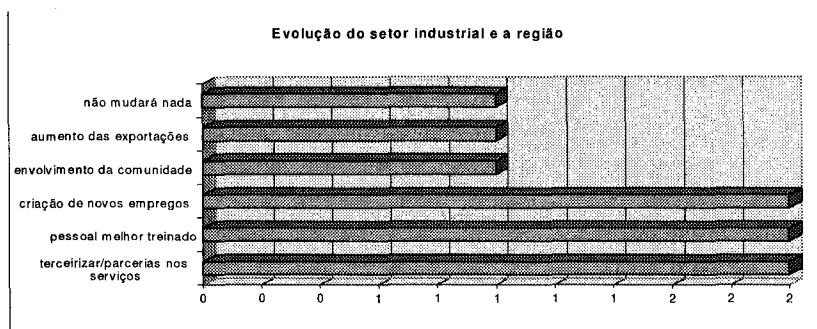
Posicionamento frente a abertura de mercado



#### 5.5. A DINÂMICA DA EVOLUÇÃO DO SETOR INDUSTRIAL E AS MUDANÇAS NA REGIÃO

No conjunto das respostas obtidas, observou-se um quadro de procura de um maior envolvimento da comunidade nesse processo evolutivo, tanto com o aumento da terceirização/parceria dos serviços, como com uma mão-de-obra melhor treinada, com a criação de novos empregos, além do incremento nas exportações.

Essas respostas apontam, como salientado acima, para uma empresa consciente de sua responsabilidade social, pois resultam numa comunidade com maior especialização, essencial ao processo de aumento e manutenção da qualidade.



Quadro 3.6

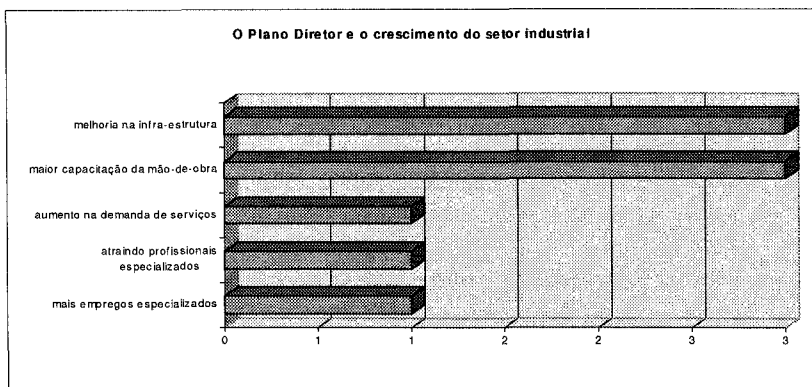
## 5.6. O PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO E O CRESCIMENTO DO SETOR INDUSTRIAL

Apenas 23,5% foram de opinião de que não haveria nenhum impacto, a partir do Plano Diretor do Município, no direcionamento do crescimento do setor industrial ao qual a empresa do respondente encontra-se inserida. Outros 17,6% não responderam à questão, sendo que igual percentual afirmou desconhecer o conteúdo do Plano Diretor de seu Município. Dos 41,2% que concordaram haver uma relação entre o Plano Diretor e o direcionamento do crescimento da empresa, obteve-se os seguintes posicionamentos:

- geração de mais empregos especializados;
- elevação do nível de empregos, em virtude de atrair profissionais especializados;
- aumento na demanda de serviços;

## Cenários de Futuro para a FACECA

- maior capacitação da mão-de-obra local;
- melhoria na infra-estrutura industrial.



### 5.7. A PESQUISA UNIVERSITÁRIA E SUA UTILIZAÇÃO PELAS ORGANIZAÇÕES INDUSTRIAIS

Um único respondente afirmou utilizar os resultados de pesquisas desenvolvidas no interior de uma Universidade em seu dia-a-dia, como resultado de seu relacionamento com as universidades, um outro não respondeu a essa questão, enquanto os outros declararam não fazer uso de pesquisas universitárias, apontando desde motivos já de conhecimento de quem trabalha nos Institutos de Pesquisas mantidos por universidades, como o já celebre: “- o mundo acadêmico está distante da realidade do mundo empresarial”, até o da falta de divulgação ou mesmo de entrosamento entre esses Institutos e as empresas industriais, apontado pela maioria dos respondentes dessa questão (73,3%).

### 5.8. PERFIL DE COMPORTAMENTO DA FACECA PARA ATENDER ÀS DEMANDAS FUTURAS DO MERCADO DE TRABALHO

A cobrança de um posicionamento no ensino mais orientado para o dia-a-dia das empresas foi a tônica dos posicionamentos feitos,

através de colocações tais como “dar condições para que o aluno tenha uma formação com visão generalista e desenvolver sua capacidade crítica-analítica, através do incentivo à participação em projetos de pesquisas junto às empresas e nas atividades realizadas pelas empresas juniores”.

Essa cobrança parte do princípio que a Universidade deveria ministrar não apenas aulas teóricas, mas também de cunho prático, o que poderia ser uma posição ideal, mas ainda distante da realidade, mesmo naqueles países tidos como de primeiro mundo, embora seja necessário que passemos a repensar nosso papel para melhor nos adaptarmos a essa exigência. Igualmente respostas que indicavam a necessidade de professores atuantes na iniciativa privada caminhavam nessa direção.

Entretanto, o posicionamento sugerindo um maior engajamento com a ética e a cidadania, não foram esquecidos, e nem mesmo o ensino orientado não apenas para as empresa de grande porte, mas igualmente de pequeno porte e até mesmo às micros empresas, como demonstram algumas das colocações feitas por diversos dos empresários que responderam aos questionários:

*“I) Atuar na capacitação técnica dos formandos, dentro de uma visão ética e de cidadania, buscando atender as necessidades centrais das empresas, que são: a. planejamento e tomada de decisão; b. qualificação técnica para operacionalização das atividades empresariais; c. conhecimento profundo da realidade conjuntural e suas mutações; d. integração regional e aspectos da internacionalização da economia.*

*II) Promover a pesquisa.*

*III) Formatar os cursos para as necessidades de empresas de qualquer porte”.*

*“Dar condições para que o aluno tenha uma formação com visão generalista e desenvolver sua capacidade crítico-analítica, através do incentivo à participação em pro-*

*jetos de pesquisas junto às empresas e nas atividades realizadas pelas empresas juniores. Preparar, orientar e facilitar o acesso dos alunos a programas de estágio supervisionado em grandes empresas”.*

*“Total sintonia com as necessidades do setor privado para que se possa medir continuamente o que precisam as empresas da região, em termos de profissionais dessas áreas. A faculdade deve ir às empresas e com certa freqüência medir o pulso das necessidades dos profissionais que ela prepara”.*

*“As universidades devem aprimorar e aperfeiçoar os profissionais, de forma que possam assumir com auto-confiança as tarefas que lhes foram atribuídas nas empresas”.*

## **5.9. HABILIDADES TÉCNICAS NECESSÁRIAS AO PROFISSIONAL QUE EXERCERÁ CARGO DE COMANDO**

A maioria dos respondentes destacou que um profissional deveria possuir, a partir do momento em que venha a ocupar cargo de comando, desde uma formação generalista, até na necessidade da gestão ser centrada nos processos e não apenas das funções técnicas. Uma opinião quase que comum foi a da necessidade do desenvolvimento de habilidade no trato com as pessoas e na comunicação, além de conhecimentos tanto de informática como de sua área de atuação na organização.

A esse respeito, citaremos a seguir algumas das opiniões emitidas, mantendo-se o sigilo quanto aos respondentes:

*“A possibilidade de ocupação de cargos de Gerência não depende exclusivamente da solidez de formação acadêmica. Cada vez mais a experiência no trato dos negócios da Companhia somados ao perfil exigido para dirigir pessoas tem se tornado atributos indispensáveis”.*

*“Conhecimentos do mercado/economias mundiais; ser usuário ativo de microinformática; ter habilidades técnicas específica, mas conhecer ou ter noções de outras áreas de uma empresa para poder avaliar e diminuir conflitos; ter compromisso com a comunidade sob os aspectos sociais e ambientais”.*

*“a. profundo conhecimento técnico específico; b. forte conhecimento das principais atividades da empresa e dos processos internos (produção, compras, recursos humanos, comercialização, finanças, etc.); c. habilidades numéricas; d. trabalho em equipe”.*

#### **5.10. HABILIDADES PESSOAIS, DE CUNHO GERENCIAL, NECESSÁRIAS AO PROFISSIONAL QUE EXERCERÁ CARGO DE COMANDO**

Visão generalista com foco centrado no cliente e no processo decisório. Conhecimentos firmes de relações humanas e de comunicação pessoal, de informática; preocupação contínua quanto ao trabalho e qualidade do mesmo, bem como quanto à coordenação de equipes de trabalho e ter conhecimento sólido de mais de um idioma foram algumas das habilidades citadas com maior ênfase pelos respondentes. A seguir se transcreve algumas das colocações feitas:

*“Visão mais externa e futura do que interna e presente dos negócios; capacidade de aglutinar pessoas e idéias; criatividade; sensibilidade para as responsabilidades sociais e ecológicas da empresa”.*

*“[...] constitui características significativas o reconhecimento de implementar uma administração participativa com os subordinados e aptidão para desenvolvimento de projetos com a sociedade regional (Universidades, Órgãos do Governo, etc.)”.*

*“Empreendedor com inovação e aceitando riscos; visão estratégica dos negócios mundiais; competitivo e*

*combativo; trabalhar em equipe, energizando-a; bom ouvinte e simplificador; agente de mudanças; conhecer, falar e escrever mais duas línguas internacionais, além da língua portuguesa”.*

### **5.11. INSTRUMENTOS PEDAGÓGICOS E TÉCNICAS ESSENCIAIS NA FORMAÇÃO DO FUTURO PROFISSIONAL**

A responsabilidade do professor foi um dos pontos colocado por um dos respondentes, bem como as questões relacionadas aos conhecimentos de informática e, principalmente, foi destacada a necessidade de conhecimento da realidade do mercado e do negócio da organização, que pode ser obtido através de um bom estágio supervisionado, como destacado em uma das respostas. Saliu a importância da visão de futuro que o administrador necessitará cada vez mais em seu dia-a-dia e a importância da comunicação, do administrador entender e se fazer entender, quer através da comunicação escrita, quer da comunicação oral.

Mais uma vez fazendo uso das respostas dadas, se procurará dar destaque às recomendações feitas pelos dirigentes empresariais que dedicaram parte de seu tempo em busca do crescimento do segmento acadêmico:

*“Desenvolvimento de pesquisas práticas e teóricas; intercâmbio com empresas e outras instituições de ensino superior; estágio supervisionado, com o acompanhamento de professores e monitores”.*

*“Além da formação teórica e cultural, importantes na formação do futuro administrador, é necessário dispor de ferramentas que possibilitem um conhecimento prático, mesmo que à distância, do dia-a-dia das empresas, para que ao chegar à empresa, ele consiga, em pouco tempo, desenvolver suas atividades, aplicando seus conhecimentos de forma prática, o que possibilitará um rápido desenvolvimento e conseqüente crescimento dentro de sua área”.*

*"a) - grade curricular flexível, de forma a acompanhar a formação das empresas e as novas necessidades gerenciais; b) - trazer para o ambiente acadêmico as preocupações e o que está se passando nas empresas, de forma a atualizar os currículos específicos; c) - conteúdos programáticos contendo as principais técnicas em uso nas empresas".*

*"É necessário que estes profissionais estejam sintonizados com as grandes mudanças que estão se processando a nível mundial: terceirização, visão holística, humanismo, participação, qualidade, etc. Espera-se, também, que a formação acadêmica atente para a necessidade de visão do futuro e quebra constante de paradigmas".*

*"O futuro profissional deverá ter a possibilidade de acompanhar de forma prática os problemas das empresas ainda na Universidade, e através de seminários de auto-avaliação e avaliação psicológica conhecer o seu efetivo potencial".*

## 6. CONCLUSÕES

Os rumos competitivos das organizações apontam para:

- uma maior conscientização, respeito e preocupação para com os fatores ambientais;
- os produtos tenderão a possuir um ciclo de vida ainda mais curto que o atual;
- a competição se dará a nível mundial, dando ênfase aos aspectos de eficiência, tanto do produto como da organização cumprir os prazos acertados, preços praticados e de aceleração do processo de parcerias e de terceirização, aliada ainda à tendência a uma maior flexibilização governamental;

- haverá a busca por um maior envolvimento da sociedade no processo de mudança das organizações, quer através do papel desempenhado pelas empresas com os investimentos na melhoria da qualificação da mão-de-obra, quer com o próprio crescimento cultural e educacional dessa sociedade;
- o acirramento do processo competitivo interno e externo do país exigirá uma mão-de-obra melhor qualificada não apenas ao nível fabril, mas igualmente nos escritórios;
- o conhecimento dos planos de desenvolvimento dos municípios da região representa igualmente um instrumento competitivo da organização, pois lhe possibilitará maior conhecimento acerca das necessidades futuras de:
  - geração de mais empregos especializados;
  - elevação ao nível de empregos, em virtude de atrair profissionais especializados;
  - aumento na demanda de serviços;
  - maior capacitação da mão-de-obra local;
  - melhoria na infra-estrutura industrial.
- o conhecimento de pesquisas universitárias, aliado a um maior relacionamento com institutos de pesquisas e a laboratórios universitários, poderá proporcionar benefícios para os dois lados:
  - uma maior vantagem competitiva à organização;
  - maiores recursos para as instituições de pesquisas.

Ao administrador dos próximos anos será exigido:

- criatividade e capacidade de planejar;
- conhecimento de línguas;
- habilidades numéricas;
- consciência ecológica, isto é, da interrelação da organização com seu ambiente, como proceder frente à comunidade em assuntos relacionados à ecologia e, como a empresa pode obter vantagens competitivas sendo ecologicamente correta;

- visão macro da interação da organização no sistema político/econômico, tanto em relação aos impactos diretos na empresa, quanto aos indiretos, exercidos por terceiros;
- capacidade de liderança, trabalho em equipe e de dirigir pessoas e administrar conflitos, sendo ainda um verdadeiro agente de mudanças na organização.

Em vista dessas colocações é de se esperar como futuro para as disciplinas ministradas nos três diferentes cursos de graduação da FACECA os seguintes posicionamentos:

- formação de profissionais com maior visão crítica e analítica;
- que esses profissionais possuam uma visão igualmente orientada para a prática, envolvendo os discentes com as empresas juniores, bem como com os projetos de pesquisas que envolvam a própria Unidade e organizações empresariais da região;
- que as disciplinas que discutam aspectos étnicos e de cidadania sejam fortalecidas;
- desenvolvimento de profissionais com sensibilidade para as responsabilidades sociais e ecológicas da organização;
- enriquecer aquelas disciplinas que discutem o dia-a-dia e as direções de crescimento das organizações;
- enriquecer o currículo dando ênfase à administração de micros, pequenas e médias organizações empresariais;
- desenvolver a criatividade de seus alunos;
- desenvolvimento de visão estratégica dos negócios mundiais;
- maior ênfase em disciplinas que discutam, em profundidade, o ambiente sócio-econômico das regiões nas quais a organização esta a disputar posições competitivas de mercado;
- enfoque em disciplinas que discutam aspectos econômicos e de comércio internacional;
- enfatizar estágios supervisionados nos quais o estagiário possa efetivamente envolver-se com o dia-a-dia do que irá enfrentar, aprendendo não apenas o como fazer, mas também a tomar decisões;

- desenvolver, no futuro profissional, habilidades de análise ambiental para que esse possa, no desempenho de suas atividades profissionais, vislumbrar oportunidades para a manutenção e/ou crescimento dos negócios da organização;
- ajudar ao discente a desenvolver suas aptidões para trabalhar projetos junto aos órgãos que compõem a sociedade na qual a organização se encontra inserida;
- desenvolver habilidades de empreendedor, com visão inovadora e capacidade de analisar e aceitar enfrentar riscos;
- possibilitar meios que permita ao formando saber se comunicar, trabalhar em equipe aglutinando pessoas e idéias, administrando conflitos, constituindo-se num verdadeiro agente de mudanças;
- desenvolver a habilidade numérica do futuro profissional;
- enfatizar disciplinas que proporcione ao futuro profissional uma clara visão das atividades empresariais e dos processos internos de diferentes tipos de organização empresarial;
- enfatizar disciplinas que envolvam o enriquecimento e habilidade com o mundo da informática.

Por fim esperamos, através deste trabalho, estar contribuindo para a elaboração do planejamento de longo prazo da FACECA, e para o progresso mais amadurecido e integrado da Região de Campinas.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Ciência e tecnologia no futuro do Brasil (versão preliminar). Brasília: CNPq, 1990. 327 p.
- BUARQUE, Cristovam. A desordem do progresso: o fim da era dos economistas e a construção do futuro. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. 186 p.
- CPFL. Cenários sócio-econômicos e energéticos - 1992/2015. Campinas: CPFL - Companhia Paulista de Força e Luz, 1992.

- DALLARI, Dalmo de Abreu. O futuro do Estado. São Paulo: Moderna, 1980.
- DAVIS, Stanley M. O futuro perfeito. São Paulo: Nobel, 1990. 232 p.
- ELETRORBRAS. Cenários sócio econômicos e energéticos - 1994 - 2015. Rio de Janeiro: Eletrobras, 1994.
- GIL, Antônio Carlos. Técnicas de pesquisa em economia. São Paulo: Atlas, 1991. 195p.
- HEGENBERG, Leônidas. Etapas da investigação científica (leis, teorias, método). São Paulo: EPU - Ed. da USP, 1976. v 2 254 p.
- \_\_\_\_\_. Explicações científicas : introdução a filosofia da ciência. 2 ed. São Paulo: EPU - Ed. da USP, 1973. 310 p.
- HUME, D. Investigação sobre o entendimento humano. São Paulo: Abril, 1978.
- HUSS, William R., HONTON, E. J. Technological forecasting and social change. New York: Elsevier Science Publishing, n. 31, p. 219 - 238, 1987.
- JOHNSON, Bruce B.- Cenários prospectivos para o planejamento estratégico. In: SPE. Sociedade de Planejamento Empresarial. III Encontro Brasileiro de Planejamento Empresarial. São Paulo: SPE, 1989.
- KAHN, Herman, WIENER, A. J. O ano 2000: uma estrutura para especulação sobre os próximos 33 anos. São Paulo: Melhoramentos, 1967. 508 p.
- KALECKI, Michal. Teoria da dinâmica econômica. São Paulo: Abril Cultural, 1978. Coleção os Pensadores
- KAPLAN, Abraham. A conduta na pesquisa: metodologia para as ciências do comportamento. São Paulo: EPU . Ed. da USP. 1975.
- KERLINGER, Fred N. Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual. Trad. de Helena Mendes Botundo. São Paulo: Pedagógica e Universitária. 1980.

- LEAKEY, Richard E. A evolução da humanidade. Brasília: Universidade de Brasília: Circulo do Livro, 1981. 247p.
- NAISBITT, John. Megatrends: as dez grandes transformações ocorrendo na sociedade moderna. São Paulo: Abril Cultural. 1982. 151 p.
- NETTO, Delfim. Comentaristas e Economistas. Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, 28 agos. 1991. p. 2.
- OCANA, Luiz Morell. Estructuras locales y ordenacion del espacio. Madri: Instituto de Estudios de Administracion Local, 1972.
- OTERO, A. Mário. Exame filosófico do vocabulário sociológico. Trad. de Cláudio Navarra. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1980.
- PEREIRA, H. Caeiro. A ordem Social do futuro. 1. ed. Lisboa: Sá da Costa. 1978.
- PEREIRA, Wlademir. Demografia do subdesenvolvimento - formação em recursos humanos em países subdesenvolvidos. São Paulo: Saraiva, 1978.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. Plano diretor do município de Campinas. Campido Pós Guerra. Campinas: Secretaria Municipal de Planejamento. 1990.
- POPPER, Karl R. A lógica da pesquisa científica. São Paulo: Cultrix, 1974.
- RATTNER, Henrique. Estudos do futuro: introdução a antecipação tecnológica e social. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1979. 206 p.
- \_\_\_\_\_. Planejamento urbano e regional. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1978. 161 p.
- SCHUMPETER, Joseph A. Teoria do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. 329 p.

TAVARES, M. Conceição. Tendências de globalização, crise do Estado Nacional e seus impactos sobre o Brasil. Cadernos da ANGE, n. 3, 1993.

\_\_\_\_\_. Ajuste e reestruturação nos países centrais: a modernização conservadora. Campinas: Economia e Sociedade. Campinas: UNICAMP- IE, n. 1, p. 21 - 57, agosto, 1992.

\_\_\_\_\_. A desordem mundial e a situação do Brasil. Jornal Folha de São Paulo. São Paulo, 22 mai. 1994. p. 2 e 7.

\_\_\_\_\_. A política econômica no limiar da hiperinflação. A política econômica da recessão. Campinas: HUCITEC/FECAMP, 1990 p. 213 - 226.

TSUJI, Tetsuo. Cenários do Maranhão para o ano 2007. São Paulo: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 1992, Tese de Doutorado.

# **PROJEÇÕES POPULACIONAIS PARA CAMPINAS E REGIÃO: PARTE I - TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CAMPINAS 1970-1993**

*Paulo de Martino Jannuzzi<sup>1</sup>*

## **1. APRESENTAÇÃO**

Este texto apresenta um panorama descritivo das transformações demográficas na Região Administrativa de Campinas no período de 1970 a 1993, descrevendo as mudanças ocorridas em termos de nível e padrão das três componentes da dinâmica populacional - fecundidade, mortalidade e migração - em termos do agregado regional.

Trata-se do primeiro relatório de um projeto de pesquisa que visou a elaboração de projeções populacionais para Campinas e sua hinterlândia para o período de 2000-2025, cujos resultados se espera publicar em número subsequente do presente periódico.

Assim, o desenvolvimento do texto se pautou na descrição de tendências e apresentação de taxas demográficas no formato apropriado para utilização no modelo de projeções demográficas descrito em Nações Unidas (1989), qual seja, o Método das Componentes.

## **2. DINÂMICA DA FECUNDIDADE NA REGIÃO**

A configuração demográfica atual da Região Administrativa de Campinas tem muitas vinculações com o processo de interiorização do de-

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Pontifícia Universidade de Campinas (FACECA/PUCCAMP), Mestre em Administração Pública pela EAESP/FGV, Doutorando em Demografia no IFCH/UNICAMP.

envolvimento econômico desencadeado nos anos 60 no Estado. Ao crescimento vegetativo da região nas últimas décadas, somaram-se volumosos fluxos de migrantes vindos de diversas localidades do Estado e do País, motivados pela pujança do desenvolvimento da Indústria de Transformação, da Agro-indústria para exportação, do Polo científico-tecnológico.

Assim, a região que revelara, nos anos 40, uma taxa de crescimento de 0.79 % ao ano ( em um saldo migratório negativo de mais de 100 mil pessoas), passou a apresentar, a partir da década seguinte, taxas de crescimento não inferiores a 2,8 % aa. As maiores taxas (4,4% aa) foram atingidas no "Milagre econômico" dos 70, quando a região recebeu portentosos investimentos governamentais em infra-estrutura.

Naturalmente, a magnitude da mudança socioeconômica não poderia ter deixado de induzir profundas repercussões na dinâmica populacional em suas três dimensões.

Com relação à fecundidade, é importante destacar que a RA Campinas apresentou, ao longo dos anos 70 e 80, taxas de fecundidade total (TFTs) comparativamente mais baixas que a média estadual. Partindo de níveis de 3,5 filhos/mulher em 1970, a TFT reduziu-se a níveis de 2,2 em 1990. Na última década a queda foi de quase 30%, uma intensidade muito mais elevada que a verificada nos anos 70 (8%), como se pode verificar na tabela e gráfico 1. Observe-se que, na primeira metade da década de 80, a fecundidade reduzia-se a quase 4% em média ao ano, seguindo a tendência estadual. Nos últimos anos tem havido uma tendência de aproximação das taxas.

Tabela 1 : Taxa Total de Fecundidade  
Estado de São Paulo e RA Campinas 1970 - 1992

	Anos						Variação %	
	1970	1975	1980	1985	1990	1992	70/80	80/90
RA Campinas	3.49	3.31	3.22	2.61	2.26	2.18	-7,7	-29,8
var med aa %		-1.0	-0.5	-3.8	-2.7	-1.8		
Estado	4.20	3.37	3.39	2.84	2.44	2.28	-19,3	-28,0
var med aa %		-4.0	0.1	-3.2	-2.8	-1.3		

Fontes: 1970 e 1975: Wong(1986)

Demais anos: Arquivo Demográfico F.Seade

Neste período aqui analisado, o comportamento das taxas específicas por faixa etária revela um padrão semelhante a aquele descrito para a população feminina do Estado: redução da idade média da fecundidade, com conseqüente adiantamento da cúspide, aumento da concentração da distribuição em torno da média e aumento da fecundidade na faixa de 15 a 19 anos (tabela 2 e gráfico correspondente).

Entre 1970 e 1992, a idade média reduziu-se em cerca de 2,4 anos e as mulheres na faixa entre 15 a 24 anos viram sua contribuição na composição da TFT aumentar de 34 para 48%. É interessante chamar a atenção para a relativa estabilização da fecundidade das mais jovens. Depois de aumentar, na década de 70 em 34%, na década de 80, a variação foi muito pequena, e parece até ter baixado em 1985. A redução das taxas de fecundidade das mulheres mais velhas é impressionante, e só se explica pela disseminação do uso de MAC (métodos anticoncepcionais), e entre eles da esterilização (método irreversível).

Tabela 2 : Taxas específicas de fecundidade  
RA Campinas 1970-1992

Fx etaria	Anos						Variação %	
	1970	1975	1980	1985	1990	1992	70/80	80/90
15-19	55.9	66.8	74.9	72.3	75.4	78.0	+34,0	+0,7
20-24	186.4	181.0	183.6	155.5	139.9	133.0	-1,5	-23,8
25-29	193.9	197.9	177.9	141.2	118.9	113.9	-8,3	-33,2
30-34	134.8	109.9	116.7	89.3	70.8	68.9	-13,4	-39,3
35-39	87.1	71.8	63.4	46.3	34.5	31.3	-23,7	-45,6
40-44	36.7	30.5	24.5	15.7	10.5	9.5	-33,2	-57,1
45-49	6.1	5.2	3.5	1.9	1.6	1.6	-42,6	-54,3
TFT	3.49	3.31	3.22	2.61	2.26	2.18	-7,7	-29,8
Id media	28.54	27.89	27.48	26.89	26.25	26.10	-3,7	-4,5
D Padrao	6.79	6.72	6.62	6.50	6.41	6.41	-2,5	-3,2
%fec(15-25)	34.4	36.5	40.1	43.6	47.7	48.4	+5,7	+7,6

Fontes: 1970 e 1975: Wong(1986)

Demais anos: Arquivo Demográfico F.Seade

### 3. DINÂMICA DA MORTALIDADE NA REGIÃO

A mortalidade na RA Campinas tem se apresentado em um nível também comparativamente mais baixo que a média estadual, tanto para homens como para mulheres (tabela e gráfico 3). Em termos médios, a diferença na esperança de vida ao nascer entre a RA e o Estado é de um pouco mais de 1 ano para o conjunto de homens e mulheres.

Tabela 3: Esperança de Vida ao nascer  
Estado de São Paulo e RA Campinas 1960 - 1994

		Anos					Variação %		
		1960	1970	1980	1990	1994	60/70	70/80	80/90
RA Campinas	Total	62.2	63.2	67.6	70.2	70.0	+1.6	+7.0	+3.8
	Homens	60.6	60.5	64.7	66.6	66.5	-0.2	+6.9	+2.9
	Mulheres	63.8	66.4	70.9	74.0	74.0	+4.1	+6.8	+4.4
Estado SP	Total	61.2	62.6	66.7	n.d.	n.d.	+2.3	+6.5	n.d.
	Homens	59.0	59.3	63.3	64.9	n.d.	+0.5	+6.7	+2.5
	Mulheres	63.7	65.5	70.0	73.2	n.d.	+2.8	+6.9	+4.5

Fontes: 1960 a 1980 - Ortiz e Perillo (1986)

1990 - Arquivo Demográfico F.Seade - Elaboração própria

De 1960 a 1992 houve um significativo aumento na esperança de vida na RA Campinas (8 anos em média). Para as mulheres o ganho foi de mais de 10 anos; para os homens, de 6 anos. Neste período, em especial na década de 80, ampliou-se a diferença na esperança de vida média entre os sexos, tal como já apontado para o Estado. Dados mais recentes mostram uma certa estabilização na evolução da esperança de vida em 66,5 anos para homens e 74 anos para mulheres.

Tabela 4 : Taxas específicas de mortalidade  
RA Campinas 1980-94

	Homens			Variação %		Mulheres			Variação %	
	1980	1990	1994	80/90	90/94	1980	1990	1994	80/90	90/94
0	40.53	25.81	23.45	-36.3	-9.1	40.51	25.81	23.44	-36.3	-9.2
1	1.68	1.02	0.76	-39.3	-25.5	1.31	0.88	0.81	-32.8	-8.0
5	0.55	0.47	0.42	-14.5	-10.6	0.38	0.31	0.30	-18.4	-3.2
10	0.67	0.46	0.51	-31.3	+10.9	0.39	0.31	0.34	-20.5	9.7
15	1.17	1.64	1.71	+40.2	+4.3	0.61	0.60	0.54	-1.6	-10.0
20	1.88	2.58	2.84	+37.2	+10.1	0.78	0.84	0.76	+7.7	-9.5
25	2.37	2.68	3.24	+13.1	+20.9	1.18	0.80	0.88	-32.2	+10.0
30	3.02	3.21	3.91	+6.3	+21.8	1.30	1.26	1.27	-3.1	+0.8
35	4.52	4.15	4.44	-8.2	+7.0	2.24	1.65	1.56	-26.3	-5.5
40	5.94	5.97	5.91	+0.5	-1.0	3.05	2.37	2.68	-22.3	13.1
45	9.67	8.82	8.03	-8.8	-9.0	4.30	3.92	4.01	-8.8	2.3
50	12.64	12.26	11.14	-3.0	-9.1	6.76	5.82	5.39	-13.9	-7.4
55	17.9	17.28	16.4	-3.5	-5.1	9.73	9.52	8.76	-2.2	-8.0
60	25.36	24.18	25.04	-4.7	+3.6	14.73	13.49	13.74	-8.4	1.9
65	37.33	37.27	38.46	-0.2	+3.2	23.31	20.34	20.87	-12.7	2.6
70	59.77	55.93	55.25	-6.4	-1.2	41.21	38.78	34.73	-5.9	-10.4
75	112.8	119.0	124.1	+5.5	+4.2	100.5	94.86	101.01	-5.6	6.5

Fonte: Arquivo Demográfico F.Seade - elaboração própria

A análise da mortalidade segundo grupos de idade e sexo revela os motivos desta evolução da esperança de vida e da ampliação da diferença entre homens e mulheres (tabela 4). A queda das taxas de mortalidade dos grupos etários até 10 anos entre 1980 e 1990 foi da mesma magnitude nos dois conjuntos. Vale destacar a queda de 36% da mortalidade infantil na região. Nas faixas de 15 a 50 anos é muito evidente a sobre-mortalidade de homens. Além disso, no período considerado, o nível da mortalidade de homens nesta faixa aumentou significativamente. Veja-se, neste sentido, o aumento em 40% do nível de mortalidade do grupo de 15 a 19 anos entre 1980 e 1990.

O padrão diferenciado da mortalidade de homens e mulheres pode ser mais claramente apreendido através dos gráficos 4 e 5. Observe-se que a "barriga" na faixa de 10 a 30 anos - caracterizando a sobre-mortalidade de homens nesta faixa - tem se ampliado ao longo do tempo. Tal fato decorre do aumento da mortalidade por causas externas - acidentes de trabalho, trânsito, homicídios etc - riscos a que homens na faixa de idade produtiva de 10 a 49 anos estão mais sujeitos que mulheres nas mesmas idades. Entre 1980 e 1990 houve um aumento de 16% nas taxas padronizadas de mortalidade por tal causa, que a tornou o terceiro grupo mais importante de causa-mortis (tabela 5).

Tabela 5 : Taxas de Mortalidade por principais grupos de causas padronizadas segundo estr. etária de 1980

Principais causas	Mort.proporcional			Tx padronizadas			Variação %	
	1980	1990	1994	1980	1990	1994	80/90	90/94
D.Coração/Sist.Circ.	27.7	26.4	25.8	18.3	16.9	16.6	-7.6	-1.8
D.Cerebrovasculares	14.4	12.1	11.3	9.5	7.7	7.2	-18.6	-6.4
Neoplasmas	13.0	15.6	16.7	8.6	10.0	10.7	16.4	7.1
Causas Externas	10.6	12.7	13.7	7.0	8.1	8.8	15.9	8.7
D.Ap.Respiratório	9.2	9.2	9.4	6.1	5.9	6.1	-3.0	2.7
D.Infec.Parasitarias	7.6	3.8	3.5	5.0	2.4	2.3	-51.7	-6.8
Causas Perinatais	7.4	5.2	4.7	4.9	3.3	3.0	-31.9	-10.0
Sint.mal definidos	6.1	10.3	9.8	4.0	6.6	6.3	62.6	-4.4
D.Ap.Digest/urinario	4.1	4.7	5.2	2.7	3.0	3.3	11.7	9.8
Demais causas	19.8	22.5	25.2	13.1	14.4	16.2	9.8	12.7
	100.0	100.0	100.0	66.0	63.9	64.2	-3.2	0.5

Fonte: Arquivo Demográfico F.Seade - elaboração própria

A queda das taxas de mortalidade na região decorre dos avanços conseguidos para debelar a mortalidade por Doenças Infecciosas e Parasitárias e por causas perinatais. Na década passada, as taxas padronizadas de mortalidade por estas causas tiveram reduções de 52 e 32%, respectivamente. Em que pese a redução da mortalidade por doenças do coração, este é o grupo de causas identificadas responsável pela maioria dos óbitos na região (26 % em 1990). Em seguida vem os neoplasmas, que ampliou a sua participação como causa-mortis em 16 % na década passada.

#### 4. DINÂMICA MIGRATÓRIA EM ÂMBITO MACRO-REGIONAL

Nos últimos 30 anos, a RA Campinas tem sido palco de grande atividade migratória. Já na década de 60, Campinas, Jundiaí, Limeira e suas hinterlândias exibiam taxas de crescimento demográfico mais elevadas que as do Estado, consequência de volumosos fluxos migratórios mobilizados pelo desenvolvimento regional (F.Seade 1990).

Tabela 6 : Crescimento Populacional e Migração  
Estado de São Paulo e RA Campinas 1970 - 1991

Região	Taxas geom. anuais nos períodos			Taxas líq.migração	
	60/70	70/80	80/91	70/80	80/91
Estado São Paulo	3.2	3.6	2.1	147.4	21.0
RA Campinas	3.1	4.4	2.9	253.8	121.0
RG Bragança	1.4	2.6	2.5	83.1	97.5
RG Campinas	4.7	6.2	3.4	429.3	170.8
RG Jundiaí	4.9	4.9	2.7	296.6	84.4
RG Limeira	3.4	3.6	2.9	172.6	109.5
RG Piracicaba	2.2	3.2	2.7	132.2	98.3
RG Rio Claro	1.6	2.5	2.1	91.2	71.6
RG S.J.B.Vista	0.6	1.9	1.9	15.7	19.2

Fonte: Seade (1993)

Na década de 70, a RA como um todo já apresentava uma taxa de crescimento 27% superior ao do Estado, taxa esta sustentada pela intensificação do crescimento de Campinas e outras micro-regiões vizinhas. Com isso, a participação destas micro-regiões tem elevado sua

participação na RA Campinas. A Região de Governo de Rio Claro tem, historicamente, a menor participação no contingente populacional da região.

No decênio seguinte, como parte do reflexo do arrefecimento dos fluxos migratórios de longa distância, a taxa de crescimento da região diminuiu cerca de 35%, mas preservou sua superioridade em relação a do Estado (2,9 % aa contra 2,1 % aa). A taxa líquida de migração que era de 294 migrantes por mil habitantes reduziu-se mais do que pela metade (121 por mil).

Tabela 7 : Saldo migratório e Taxas Líq. Migração  
RA Campinas 1980-1990

Faixa etária	Saldos migratórios 1980/90			Taxas Líquidas			Migr. base 90	
	Foward		Reserve	Average		Hom	Mulh	
Hom	Mulh	Hom		Mulh	Hom			Mulh
0-4	6768	6536	8395	8133	7582	7334	35.1	35.1
5-9	17878	17218	18867	18209	18372	17713	80.2	80.3
10-14	32027	30833	32296	31032	32162	30932	143.7	142.5
15-19	29224	31022	29467	31152	29346	31087	145.5	156.8
20-24	36262	31471	36813	31664	36538	31567	179.5	161.6
25-29	25401	23820	25934	24001	25668	23910	130.9	122.4
30-34	11763	15148	12065	15301	11914	15224	66.2	85.4
35-39	12675	15576	13085	15787	12880	15681	83.3	103.0
40-44	13162	13494	13754	13751	13458	13622	105.9	110.9
45-49	9002	8895	9587	9156	9295	9026	95.4	94.1
50-54	4675	4119	5122	4298	4899	4208	59.5	51.4
55-59	4261	5743	4847	6134	4554	5939	66.8	83.0
60-64	5562	6669	6650	7359	6106	7014	105.1	112.1
65-70	2043	2027	2646	2342	2344	2184	56.2	46.8
70-74	1401	967	2056	1227	1729	1097	63.5	34.1
Saldos migr hom		212103	221585		216845			
mul		213535		219546		216541		
total		425638		441132		433385		

Fonte: 1990: Arquivo Demográfico - elaboração própria

A análise dos saldos migratórios e as taxas líquidas de migração por sexo e faixa etária (tabela 7), obtidas pelos métodos *Foward*, *Reserve* e *Average* de Probabilidade de Sobrevivência retiradas das tábuas construídas para 1980 e 1990 para a RA Campinas, revela grande proximidade da intensidade migratória entre os sexos, e uma boa compatibilidade do saldo total com aquele obtido através das Estatísticas Vitais (454.984 - F.Seade 1993).

Em uma perspectiva comparativa-longitudinal, a migração líquida em 1980/90 apresentou forte queda em relação aos anos 70, aproximando-se aos níveis da década de 60 para os homens (tabela 8, gráficos 6 e 7). Para as mulheres as taxas de 1980/90 são um pouco superiores às de 1960/70. Com relação ao padrão das curvas de migração, houve um rejuvenescimento da idade média da migração líquida e uma aproximação muito grande das taxas médias por idade entre os dois sexos. As taxas líquidas de migração atingem o máximo em torno das idades de 15 a 24 anos, para ambos os sexos, caindo monotonicamente nas idades seguintes.

Tabela 8 : Taxas Líquidas de Migração suavizadas por média móvel RA Campinas 1960-1990

Faixa Etária	Homens			Mulheres		
	60/70	70/80	80/90	60/70	70/80	80/90
0-4	20.6	38.4	35.1	20.6	35.8	35.1
5-9	58.9	138.7	86.3	64.6	140.8	86.0
10-14	97.1	207.0	123.1	109.2	216.1	126.5
15-19	136.0	266.1	156.2	139.0	247.0	153.7
20-24	159.9	261.1	152.0	99.2	225.0	146.9
25-29	149.1	246.8	125.5	44.6	196.1	123.1
30-34	116.8	217.9	93.5	30.3	190.9	103.6
35-39	89.6	180.5	85.1	48.8	164.2	99.8
40-44	95.8	174.5	94.9	79.3	160.9	102.7
45-49	121.8	170.9	87.0	70.9	154.9	85.4
50-54	111.2	163.1	73.9	63.1	144.7	76.2
55-59	98.9	152.4	77.2	56.5	130.9	82.2
60-64	91.8	152.1	76.0	63.4	126.8	80.7
65-70	135.8	189.3	74.9	105.2	161.0	64.3
70-74	161.6	208.7	59.8	126.8	179.7	40.4

Fonte: 1960-1980: Perillo (1985)

1990: Arquivo Demográfico - elaboração própria

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relatório teve a finalidade de levantar informações qualitativas e quantitativas para subsidiar as projeções demográficas de Campinas e Região no período 2000-2025.

Os subsídios aqui apresentados foram eminentemente de natureza demográfica, e devem ser complementados com outras informações qualitativas acerca de outros aspectos da dinâmica sócioeconômica e sócio-cultural da região. Há importantes processos em curso no Estado e no Brasil que podem ter repercussões importantes sobre a Região de Campinas. Desdobramentos do Mercosul, decisões governamentais com relação aos destinos do Pro-álcool, investimentos estrangeiros para instalação de novas plantas industriais, reconcentração industrial no Estado de São Paulo, comportamento do mercado de trabalho regional e da Grande São Paulo, aumento da criminalidade e da fecundidade precoce são alguns dos acontecimentos que tem impacto direto na dinâmica demográfica regional.

Ainda que não se possa prever, com certeza, o desenrolar dos acontecimentos é possível conjecturar sobre cenários alternativos futuros.

## 6. BIBLIOGRAFIA

- CAMPANÁRIO, P. & YAZAKI, L.M. A fecundidade em São Paulo e suas regiões de governo: níveis e tendências. **Informe Demográfico**, São Paulo, v.25,p.11-58, 1994.
- FERREIRA, C.E. Métodos para estimar a migração: aplicações para o estado de São Paulo 1940/50 1950/60 1960/70 . **Informe Demográfico**, São Paulo, v.6,p.3-43, 1982.
- HOGAN, Daniel J. **Projeto qualidade ambiental e desenvolvimento regional nas bacias dos rios Piracicaba e Capivari- Tabelas**. Campinas:NEPAM/UNICAMP, 1995.
- JANNUZZI, P.M. **Redistribuição Regional da População no Interior Paulista nos anos 80: em busca dos determinantes estruturais do fenômeno**. São Paulo: EAESP/FGV, 1994. (Dissertação de Mestrado)
- MAIA, P.B. & CAMPANÁRIO, P. A mortalidade por causas no Estado de São Paulo no período 1980/1992. **Informe Demográfico**, São Paulo, v.26,p.3-40,1994.

- MORELL, M. G. G. Anticoncepção em São Paulo em 1986: prevalência e características. **Informe Demográfico**, São Paulo, v.25,p.199-331, 1994.
- NAÇÕES UNIDAS **Projection methods for integrating population variables into development planning**. New York: UN/ESA, 1989.
- ORTIZ, L.P & PERILLO, S. A mortalidade no estado de São Paulo - tendências recentes e perspectivas até o ano 2000. **Informe Demográfico**, São Paulo, v.19,p.173-226, 1986.
- ORTIZ, L.P. & MARANGONE CAMARGO, A.B. Mortalidade infantil em São Paulo no período de 1980/1992. **Informe Demográfico**, São Paulo, v.26,p.77-116, 1994.
- ORTIZ, L.P. & YAZAKI, L. M. Tábuas de mortalidade para o estado e regiões administrativas de São Paulo 1979/81. **Informe Demográfico**, São Paulo, v.14,p.1-118, 1984.
- PATARRA, Neide & BAENINGER, Rosana Regionalização em São Paulo: novas tendências ou consolidação de processos recorrentes. **Projeto "A nova realidade socio-econômica do Estado de São Paulo"**. Campinas: SEADE/FECAMP, 1994.
- PERILLO, S. & RODRIGUES, R.N. Aplicações metodológicas para estimar a migração no estado de São Paulo no período intercensitário 1970/80. **Informe Demográfico**, São Paulo, v.16,p.11-38, 1985.
- PERILLO, Sonia R. O que muda na dinâmica migratória do estado de São Paulo nos anos oitenta. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 8., Brasília, 1992. **Anais...** Brasília: ABEP, v.3,p.255-270, 1992.
- PERILLO, S. Evolução dos saldos migratórios regionais: uma breve comparação entre as décadas 1960/70 e 1970/80. **Informe Demográfico**, São Paulo, v.16,p.39-132, 1985.
- RODRIGUES, R.N. & PERILLO, S. Perspectiva da migração no estado de São Paulo e nas 11 regiões administrativas para o período 1980-2000. **Informe Demográfico**, São Paulo, v.19, p.1-78, 1986.

SEADE Migração no interior paulista. **Informe Demográfico**, São Paulo, v.23,p.1-126, 1990.

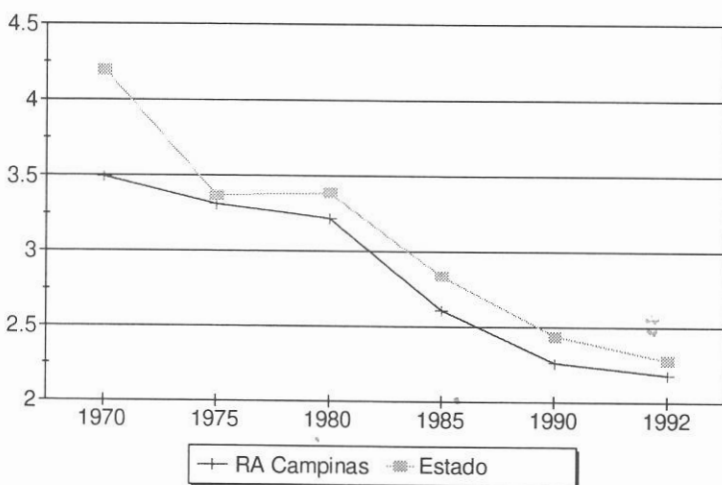
\_\_\_\_\_ **O novo retrato de São Paulo**. São Paulo, 1993.

WALDVOGEL, B. & CAPASSI, R. Mortalidade infantil segundo a geração e o sexo: determinação do coeficiente de separação para as regiões paulistas no período de 1980-1992. **Informe Demográfico**, São Paulo, v.26,p.117-165, 1994.

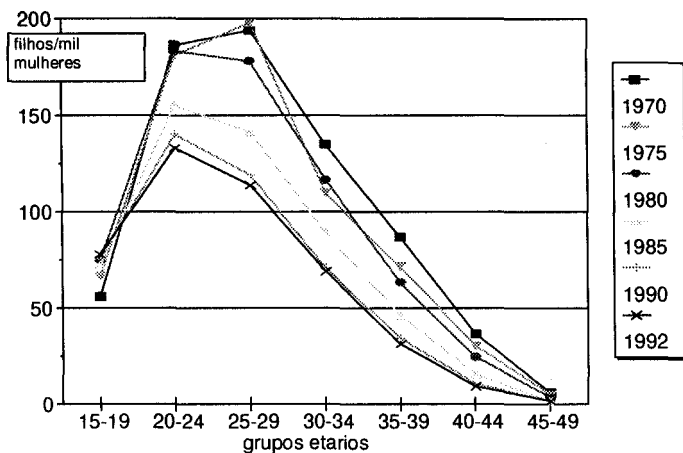
WALDVOGEL, B. et al Nascimentos no estado de São Paulo: situação do sub-registro nos anos 80 e diferenciais regionais. **Informe Demográfico**, São Paulo, v.25, p.145-198, 1994.

WONG, Laura R. Tendência e perspectiva de fecundidade no Estado de São Paulo. **Informe Demográfico**, São Paulo, v.19, p.79-172, 1986.

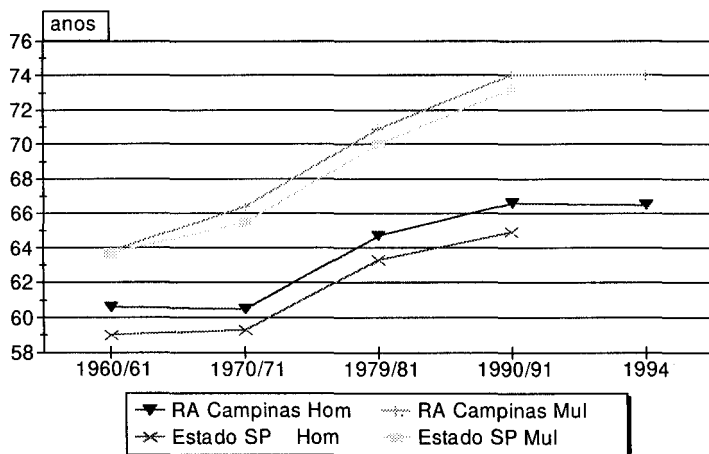
**Graf. 1: Evol. Tx Fec Tot**  
Estado SP e RA Campinas



**Graf.2: Taxas fecundidade**  
RA Campinas 1970-1992

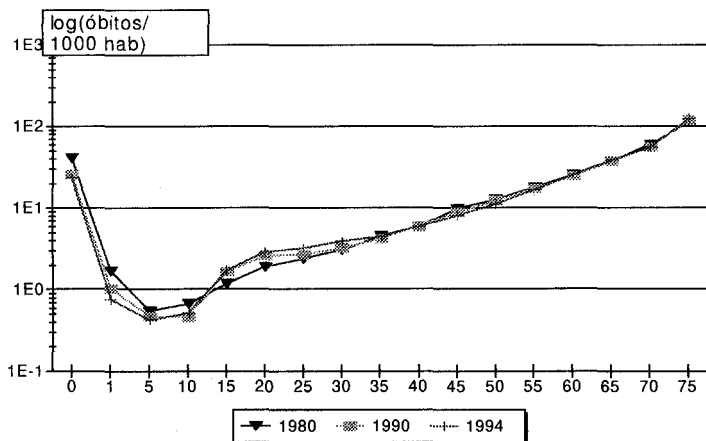


**Graf.3 : Esperança de Vida**  
Estado de SP e RA Campinas

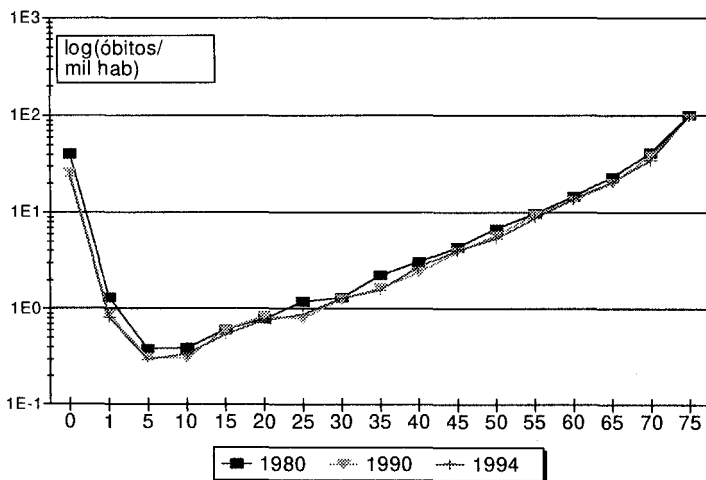


## Projeções Popacionais para Campinas...

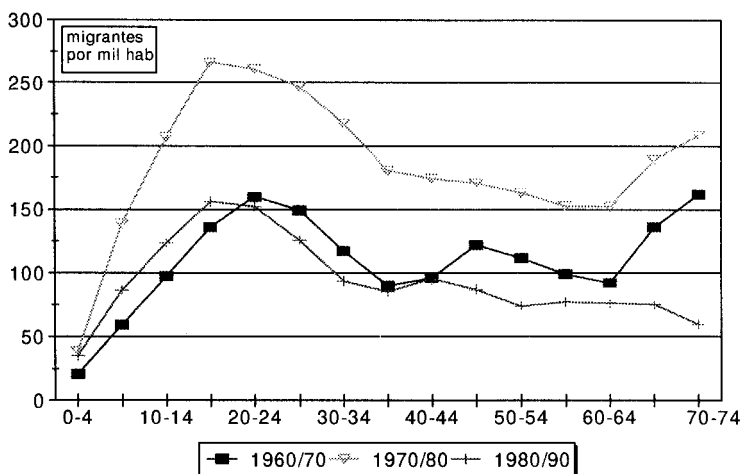
**Graf.4 :Tx Mortalidade**  
RA Campinas Homens



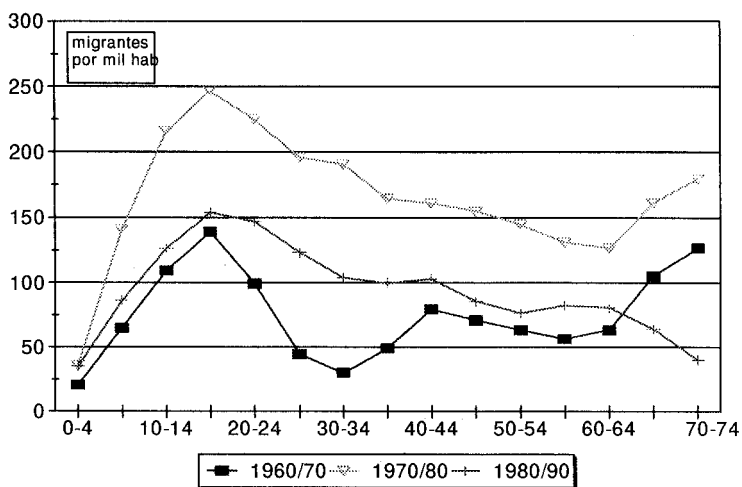
**Graf.5:Taxas Mortalidade**  
RA Campinas Mulheres



**Graf.6: Taxas Liq Migraçao**  
RA Campinas Homens (suaviz.)



**Graf.7: Taxas Liq. Migração**  
RA Campinas Mulheres (suaviz.)



# **O HOSHIN KANRI NA PROMOÇÃO DA QUALIDADE TOTAL: UMA PESQUISA COM PROFISSIONAIS DE EMPRESAS QUE POSSUEM PROGRAMAS DE QUALIDADE TOTAL E/OU ESTÃO EM BUSCA DO CERTIFICADO DA SÉRIE ISO 9000 NA CIDADE DE SOROCABA-S.P.**

*Alex Coltro<sup>1</sup>*

## **1. INTRODUÇÃO**

O modelo de gestão pela qualidade total, que se destacou para a administração ocidental somente na última década, principiou o seu desenvolvimento nos anos 50 no Japão. Nesta época, com os ensinamentos de Deming, Juran, Ishikawa e outros influentes consultores/professores, iniciou-se uma verdadeira revolução na maneira tradicional de se administrar as organizações.

Passados 20 a 25 anos deste início, no limiar da década de 70 o quadro já era outro: segundo Mizuno (1988), nestes anos as empresas japonesas já haviam conseguido gerar produtos e serviços que atendiam as exigências qualitativas dos seus clientes. Comparativamente a épocas passadas, esta era uma nova era para a gestão da qualidade. Então como se diferenciar e continuar evoluindo?

De acordo com Asaka e Ozeki (1990), nesta nova era da qualidade o primeiro requerimento é o da criação de valores adicionados além e acima das necessidades dos clientes; o segundo requerimento é o de prever e eliminar falhas que dificultem o atendimento das necessidades dos clientes. Assim, novas ferramentas eram necessárias para que todos os empregados de uma empresa, incluindo gerentes e funcionários, desenvolvessem o talento de um melhor processo de pensa-

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Administração da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo e Doutorando em Administração na área de Novos Modelos Organizacionais.

mento analítico a fim de: explicitar relações de causa-e-efeito em situações ou problemas complexos; organizar e sistematizar dados coletados; revelar oportunidades ou problemas latentes; processar dados verbais; estimular a criatividade na geração de novas idéias; permitir análise multidimensional de dados (consideração simultânea de vários fatores interrelacionados); acompanhar a implementação das atividades.

Com o intuito de favorecer este novo enfoque do pensamento e ação gerencial, foram pesquisados, desenvolvidos e consolidados vários instrumentos gerenciais que são tidos como os melhores métodos para o exercício da prática gerencial. Ao conjunto destes instrumentos denominou-se Hoshin Kanri e fundamentalmente é composto pelas chamadas sete ferramentas gerenciais da qualidade, a saber: Diagrama de Afinidades; Diagrama de Relações; Diagrama em Árvore; Matriz de Priorização; Matriz de Relações; Diagrama PDPC; Diagrama de Atividades.

De acordo com King (1989), duas em cada três companhias que tem ganho o Prêmio Deming no Japão relatam que o Hoshin Kanri tem sido fundamental no gerenciamento de tais organizações e portanto em tal conquista.

Este trabalho procura identificar o conhecimento e o uso destas ferramentas gerenciais nas empresas que estão desenvolvendo a abordagem da administração pela qualidade total e as que buscam se certificar pela serie ISO 9000 em uma cidade de intenso crescimento industrial nos anos mais recentes no interior do estado de São Paulo.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **A Gestão pela Qualidade Total**

Este modelo de gestão surge com destaque para a administração ocidental apenas na última década, como uma forma de resposta a um ambiente econômico cada vez mais competitivo devido sobretudo ao estímulo promovido pela excelência da manufatura japonesa, de acordo com Kagami (1994).

Segundo Ishikawa (1990), podemos focar a gestão pela qualidade total de duas maneiras distintas. A pequena qualidade é aquela que se limita às características de produtos e serviços consideradas importantes para seus usuários e compradores. A grande qualidade envolve

a satisfação comum de várias pessoas, grupos e comunidades envolvidos na vida de uma organização.

O enfoque da “grande” qualidade é bastante abrangente e total em relação à organização. Este enfoque exige uma mudança aguda na filosofia tradicional que se pratica em termos de produção nas empresas, uma mudança de uma ótica baseada em custos e produtividade para uma fundada em qualidade e na visão do cliente/consumidor. Esta abordagem, segundo Garvin (1992) tem cinco pressupostos :

- 1) qualidade é definida do ponto de vista do cliente;
- 2) qualidade é relacionada com lucratividade em ambos os lados: do mercado e de custos;
- 3) qualidade é visualizada como uma arma competitiva;
- 4) qualidade é construída desde o processo de planejamento estratégico;
- 5) qualidade requer um compromisso que abranja todos os membros da organização.

Este modelo de gestão desvelou uma verdade até então desconhecida de muitos administradores ocidentais: a qualidade tem um impacto positivo na produtividade das organizações, principalmente devido à eliminação dos retrabalhos e dos estoques intermediários. Como apresentado esquematicamente a seguir.

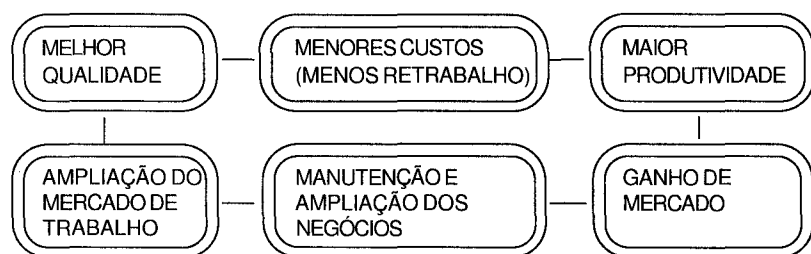


Figura 01 - O ciclo de Deming (Fonte: Deming, 1990)

## O Hoshin Kanri

A palavra “Hoshin” pode ser traduzida como alvo e meios; a palavra “kanri” pode ser traduzida como controle e/ou gerenciamento. De modo

geral uma tradução com sentido seria gerenciamento dos alvos e meios. (King, 1989). O Hoshin Kanri é composto por um conjunto de ferramentas, mais a frente apresentadas, que foram consolidadas na década de 70.

O Hoshin Kanri ajuda a orquestrar a direção da companhia. Neste sistema cada gerente seleciona suas três ou quatro mais importantes atividades e as amarra às três maiores prioridades da companhia. O Hoshin Kanri também orquestra os processos de melhorias contínuas e o de mudança de paradigma. Ele toma a área que precisa de melhorias, promove o envolvimento das pessoas certas e implementa as melhorias.

<b>PROCESSO DE MELHORIAS CONTÍNUAS EM TODA A EMPRESA</b>		
<b>PARTICIPANTES</b>	<b>ATIVIDADES</b>	<b>RESULTADOS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>. Todos os funcionários</li> <li>. Todos os departamentos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>. Melhorar ou manter o próprio trabalho em todas as suas variações de</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>. Qualidade</li> <li>. Produção</li> <li>. Procedimentos</li> <li>. Custos</li> <li>. Sistemas</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>. Possibilitar a empresa fornecer produtos para seus clientes de modo:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>. mais econômico</li> <li>. mais útil</li> <li>. mais competitivo</li> <li>. melhor qualificado</li> </ul> </li> </ul>

Tabela 01 - Adaptado de King(1989): A interpretação das empresas pelo hoshin kanri.

### **O Hoshin Kanri e o Planejamento Gerencial**

Dentro das atividades gerenciais desenvolvidas no ambiente organizacional, praticamente todas, de um modo ou outro, podem fazer uso das ferramentas gerenciais da qualidade aqui apresentadas. Desde o planejamento estratégico plurianual (no esclarecimento da situação, definição do problema e na determinação dos objetivos), nas atividades de médio prazo (na determinação dos meios e soluções; na orientação de esforços e na definição de responsabilidades e detalhamento dos planos) e até nas atividades cotidianas de acompanhamento da implementação das práticas diuturnas pode se beneficiar destes instrumentos. Na tabela 02 a seguir apresenta-se as possibilidades do uso das ferramentas no ciclo das atividades gerenciais, inclusive a sua adequação ao famoso ciclo PDCA/SDCA dos Programas de Qualidade Total.

## As sete ferramentas gerenciais da qualidade, segundo o Hoshin Kanri

A seguir apresenta-se de forma extremamente reduzida e simplificada as ferramentas gerenciais da qualidade.

. **Diagrama de Relações:** técnica desenvolvida para esclarecer o entrelaçamento de relações e por conseguinte demonstrar os diversos fatores ou itens relevantes em uma situação ou problema complexo. Indica as relações lógicas entre tais itens por meio de setas para facilitar o entendimento amplo e a busca de soluções adequadas.

. **Diagrama de Afinidades:** agrupa por afinidade ou relação natural os vários conjuntos de dados verbais levantados em torno de uma situação ou problema complexo, confuso ou novo, estimulando a criatividade e facilitando o surgimento de novas idéias, novos enfoques ou maior compreensão da situação. Esclarece problemas importantes e não resolvidos através da coleta de dados verbais, em situações desordenadas e confusas, analisando tais dados por afinidade mútua.

	DIAG RELA- ÇÕES	DIAG AFINI- DADE	DIAG ARVO RE	MAT. PRIO- RIZ.	MAT. RELA- ÇÕES	DIAG PDPC	DIAG ATIVI- DADE
Definir política e direcionamento estratégico	muito útil	muito útil			útil		
Selecionar estratégia para implementação	muito útil	muito útil	muito útil		útil		
Detalhamento	útil	útil	muito útil	muito útil	útil		
Avaliação e ajustes				muito útil		muito útil	útil
Organizar as atividades					útil		muito útil
Detalhamento			muito útil		muito útil		muito útil
Implementação							muito útil
Acompanhamento operacional	útil	útil				muito útil	muito útil
Revisão gerencial						muito útil	muito útil

Tabela 02 : As ferramentas do Hoshin Kanri e as atividades de planejamento gerencial (Adaptado de Moura 1994)

. **Diagrama em Árvore:** esta técnica busca as formas mais eficazes e apropriadas de atingir determinados objetivos. A partir de um objetivo primário, mostra o encadeamento de todos os objetivos secundários e meios necessários para atingi-lo, em grau crescente de detalhamento. Também é conhecido como árvore funcional.

. **Matriz de Priorização :** permite estabelecer uma ordem numérica de prioridade para possíveis soluções, tarefas ou questões, segundo critérios preestabelecidos, facilitando a visualização e compreensão.

. **Matriz de Relações :** esta técnica esclarece pontos-problemas através de pensamento multi-dimensional. Permite realizar análise multi-dimensional, identificando o grau de relação entre dois ou mais fatores.

. **Diagrama PDPC (Process Decision Program Chart):** em situações incertas ou dinâmicas, usa-se o PDPC para explorar os possíveis caminhos e ocorrências desde uma situação inicial até uma situação final desejada (ou a ser evitada), escolhendo-se a melhor alternativa (ou tomando-se medidas preventivas).

. **Diagrama de Atividades :** em situações relativamente certas ou familiares, detalha o encadeamento das atividades necessárias para implementar um plano, além de permitir o acompanhamento do mesmo. Estabelece o planejamento diário mais adequado e monitora seus progressos de modo eficiente.

### 3. A PESQUISA REALIZADA

Esta é uma pesquisa de natureza aplicada, cujo problema é o seguinte: o conhecimento e o uso das chamadas ferramentas gerenciais da qualidade do Hoshin Kanri nas empresas que desenvolvem programa de qualidade total ou que estão em vias de certificarem-se pela série ISO 9000.

Um levantamento inicial demonstrou a inexistência de trabalhos no setor, tanto em termos de conhecimento quanto especificamente da região geográfica. Isto gerou a necessidade de coleta de dados primários, em cujo processo o pesquisador pode entrar em contato direto e pessoal com o objeto de nossas investigações

O processo de amostragem foi não aleatório, pois os respondentes foram pessoas em cargo de administradores de empresas que estão desenvolvendo programas de qualidade total ou em busca de certificação ISO 9000, e que são alunos de um curso de pós-graduação em qualidade. Por conseqüência as informações são extremamente sugestivas e importantes na medida que são funcionários de empresas que já estão desenvolvendo programas de qualidade total há anos e que participam ativamente do desenvolvimento de tais programas.

Cabe aqui uma ressalva de Castro (1977) *"a amostra aleatória é menos importante quando estamos tentando definir relações entre as variáveis"*, que é exatamente o caso deste estudo.

Esta pesquisa foi realizada em uma das cidades de maior crescimento industrial do interior do estado de São Paulo dos últimos anos, segundo Pinheiro (1995), e é de expressiva significância, dentre outros aspectos pela quantidade de empresas representadas, como também devido ao porte das mesmas e que, com exceção de duas pessoas, todas são do ramo industrial. Os respondentes atuam nos programas de desenvolvimento de qualidade total ou da certificação ISO 9000 nas empresas onde trabalham, e foram em número de 38, distribuídos por diversos tipos de indústrias como a seguir representado.

Eleto-Metalúrgica	3%	Prestação de Serviços	6%
Metalúrgica	33%	Mineração	3%
Mecânica	22%	Eleto-Eletrônica	3%
Têxtil	14%	Artefatos de Borracha	3%
Plásticos	6%	Telecomunicações	3%
Farmacêuticas	3%	Outras	3%

Tabela 03 : Quantidade de respondentes por tipo de indústria.

#### 4. A METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se por ser formulador/exploratório, segundo Sellitz et all.(1974), tendo como funções: aumentar o conhecimento acerca do fenômeno, para ulterior estudo mais aprofundado; obtenção de infor-

mações sobre possibilidades práticas a respeito de um estudo para futuras pesquisas e coligir informações para a geração de hipóteses.

O método seguido foi o sugerido por Selltiz et all. (1974), a saber: resenha da literatura da ciência social afim; levantamento de dados com pessoas que tiveram experiência prática com o problema a ser estudado; e o estudo da experiência para conseguir compreender as relações entre variáveis. Escolheu-se estas pessoas devido à probabilidade de que ofereceriam as contribuições procuradas, vez que estes respondentes garantiram uma representação de diferentes tipos de experiência em empresas diversas e distintas. A coleta de dados deu-se através de questionário e diálogo informal com os respondentes.

## 5. OS RESULTADOS DA PESQUISA

Na figura a seguir, vemos como as chamadas sete ferramentas gerenciais da qualidade foram conhecidas:

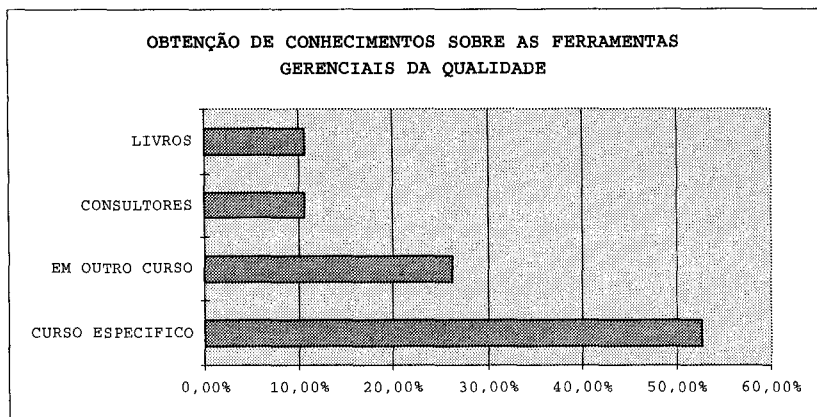


Figura 02 - Como os respondentes conheceram as ferramentas gerenciais do Hoshin Kanri

A seguir tem-se a utilização das ferramentas gerenciais da qualidade em termos de freqüência de uso.

## O Hoshin Kanri na Promoção da Qualidade Total...

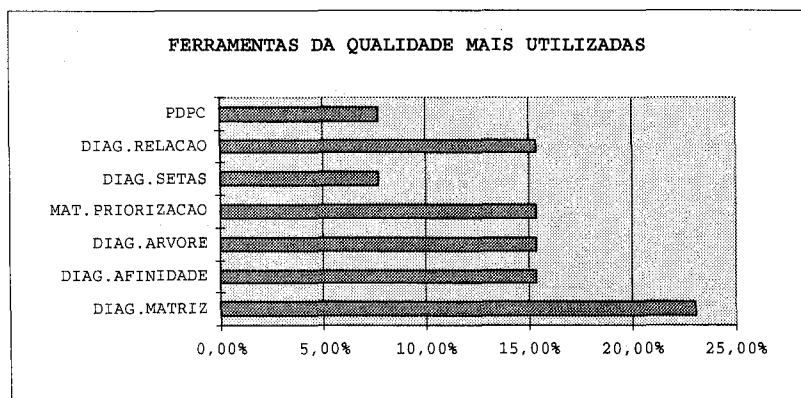


Figura 03 - As ferramentas gerenciais da qualidade mais utilizadas

No quadro a seguir, apresenta-se as dificuldades e facilidades vivenciadas pelos respondentes que utilizaram estas ferramentas na prática.

<b>DIFICULDADES</b>	<b>FACILIDADES</b>
Muito tempo para preparação	Envolvimento de todos
Consensuar	Evitar a perda de etapas importantes
Enfoque no objetivo. principal	
Necessidade de detalhamento e domínio das questões	
Treinamento para todos	

Tabela 04 : Dificuldades e facilidades advindas do uso das ferramentas gerenciais

No quadro a seguir, apresenta-se os benefícios já alcançados e potenciais segundo os respondentes.

<b>BENEFÍCIOS ALCANÇADOS</b>	<b>BENEFÍCIOS POTENCIAIS</b>
<p>Identificação clara dos parâmetros que mais influenciam a solução</p> <p>Facilidade para planejamento de eventos</p> <p>Diminuição de reincidência de erros</p> <p>Maior velocidade na execução das tarefas</p> <p>Demonstrar de forma clara a direção a ser seguida</p> <p>Exploração de uma questão por diversos pontos de vista</p> <p>Maior envolvimento das equipes para atuar em melhorias</p> <p>Identificação de priorização na solução de problemas</p> <p>Maior organização e compreensão do trabalho</p> <p>Aumento das vendas e</p>	<p>produtividade</p> <p>Maior consistência e eficiência na solução de problemas</p> <p>Maior visualização dos problemas e dos seus pontos críticos</p> <p>Maior rapidez na solução de problemas</p> <p>Norteammento dos trabalhos</p> <p>Melhor orientação estratégica e alocação de recursos</p> <p>Maior participação no chão de fábrica</p> <p>Melhor orientação estratégica e alocação de recursos</p> <p>Maior participação do chão de fábrica</p> <p>Maior identificação/visualização das causas de um problema</p> <p>Melhor trabalho em situação de natureza complexa (muitas variáveis)</p> <p>Visualização dos objetivos com maior rapidez</p> <p>Identificação dos gargalos e pontos críticos</p> <p>Identificação dos pontos críticos a serem atacados inicialmente</p> <p>Melhoria do processo decisório</p>

Tabela 05 : Benefícios alcançados e potenciais advindas do uso das ferramentas gerenciais.

No quadro a seguir, apresenta-se as dificuldades e facilidades previstas pelos respondentes.

DIFICULDADES PREVISTAS	FACILIDADES PREVISTAS
Tempo de elaboração Condução dos grupos de trabalhos  Estratificação dos problemas Envolvimento e colaboração das pessoas Conhecimento dos dados necessários Subjetividade na identificação de questões inerentes aos problemas Poucos recursos humanos para trabalhar nas técnicas Ausência de cultura organizacional Baixo nível educacional dos funcionários Resistência a métodos novos Quantidade de variáveis trabalhadas	Facilidades de visualização Relacionamentos inter-pessoais mais intensos

Tabela 06 : Dificuldades e facilidades previstas advindas do uso das ferramentas gerenciais.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, após conceituar o hoshin kanri no seio da qualidade total e das atividades gerenciais em geral, apresenta de forma resumida as ferramentas gerenciais que o compõe. Caracterizada a relevância da questão, haja visto que o hoshin kanri é fundamental na promoção dos programas de qualidade total nas empresas japonesas, buscou-se especificar uma pesquisa com profissionais atuantes em indústrias que desenvolvem atividades voltadas ao aprimoramento da qualidade.

Esta pesquisa trouxe alguns resultados interessantes, a saber:

. os respondentes são oriundos de indústrias bastante distintas, e, de um modo ou outro, estas empresas encontram-se em um pro-

cesso dinâmico de aprimoramento da qualidade, porém em estágios diferentes;

. as formas como os respondentes obtiveram conhecimentos sobre as ferramentas gerenciais da qualidade são fundamentalmente de natureza conceitual e poucas de cunho prático ( por exemplo, com consultores atuando na empresa);

. o uso das ferramentas gerenciais da qualidade é bem distribuído, haja visto que elas fazem parte de um conjunto que se completa em relação as atividades gerenciais;

. as dificuldades identificadas não são relevantes se contrapostas às facilidades e aos benefícios obtidos e potenciais que são destacados pelos respondentes;

. especificamente no que diz respeito aos benefícios, nota-se que os respondentes os consideram em enorme diversidade e utilidade e, provavelmente, se estudados mais aprofundadamente devem justificar a implementação das ferramentas do hoshin kanri em termos de custo/benefício.

Pelo exposto, nota-se que o hoshin kanri ainda é um conceito novo e pouco utilizado na promoção da qualidade total nas empresas que se viram representadas na amostra, muito embora os respondentes percebam enormes oportunidades para beneficiarem-se do uso das sete ferramentas gerenciais da qualidade.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Asaka, Tetsuichi & Ozeki, Kazuo. **Handbook of quality tools** - The japanese approach. Cambridge, Productivity Press, 1990.

Campos, V.F. **Gerência da qualidade total** : estratégia para aumentar a competitividade da empresa brasileira. Belo Horizonte, Fundação Christiano Ottoni, 1989.

Castro, Claudio M. **A prática da pesquisa**. São Paulo, McGraw Hill do Brasil, 1977.

- Deming, W.E. **Qualidade: A revolução na administração**. Rio de Janeiro, Editora Marques-Saraiva, 1990.
- Demo, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo, Atlas, 1995, 3a. ed. revisada e ampliada.
- Garvin, David. **Operations strategy: text and cases**. Englewood-Cliff, Prentice-Hall, 1992.
- Ishikawa, K. **Introduction to total quality control**. /Tóquio/, JUSE Press, 1990.
- Kagami, Mitsuhiro. Estratégias para competitividade na produção: o enfoque do leste asiático. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v.33, n.5, p.10-31, set./out., 1993.
- King, Bob. **Hoshin Planning - The developmental approach**. New York, QPC, 1989.
- Mizuno, Shigeru. **Management for quality improvement - The seven new TQC tools**. Cambridge, Productivity Press, 1988.
- Moura, Eduardo C. **As sete ferramentas gerenciais da qualidade**- implementando a melhoria contínua com maior eficácia. São Paulo, Makron Books, 1994.
- Pinheiro, A. A nova industrialização do interior do Estado de São Paulo. **Gazeta Mercantil**. São Paulo, 12 mai., 1995, p.A10.
- Selltiz, C. et alii. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo, E.P.U./EDUSP, 1974, ed. revista.
- Wadsworth, H.M. **Handbook of statistical methods for engineers and scientists**. New York, McGraw Hill, 1990.
- Werkema, Maria C.C. **As ferramentas da qualidade no gerenciamento de processos**. Belo Horizonte, Fundação Christiano Ottoni, 1995.
- Wood Jr., T.; Urdan, Flávio T. Gerenciamento da qualidade total - Uma revisão crítica. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v.34, n.6, p. 6-11, nov./dez. 1994.

# DESIGUALDADES SOCIAIS NAS METRÓPOLES BRASILEIRAS

## A CONSOLIDAÇÃO DA REGIÃO DE CAMPINAS COMO METRÓPOLE REGIONAL

*Rossine Cruz<sup>1</sup>*

### 1. INTRODUÇÃO

Falar que o Brasil é um dos países campeões mundiais da concentração de renda, já se tornou lugar comum. Também não é novidade que a convivência com o crescimento da pobreza e da indigência vem fazendo parte do cotidiano brasileiro. E este fenômeno vem se tornando cada vez mais comum no ambiente urbano.

Alguns estudos tentam quantificar a pobreza metropolitana, a partir do critério da renda pessoal [TOLOSA e ROCHA (1993); ROCHA e TOLOSA (1993); e ROCHA (1995), entre outros]. Outros avançam no sentido de considerar indicadores como emprego, acesso a serviços de saúde, grau de instrução, condições de habitação, etc (SEADE, 1995). Contudo, como a pobreza está associada a carências de diversas ordens, as quais variam muito entre regiões e entre populações urbanas e rurais, torna-se extremamente difícil delimitar uma "linha de pobreza", que possibilite comparar realidades urbanas tão díspares como as das cidades e metrópoles brasileiras.

Este texto pretende, sem entrar na discussão metodológica e quantitativa, discutir o processo de deterioração das condições de vida das cidades brasileiras, associando tal processo às crises econômicas

---

<sup>1</sup> Professor da UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana (BA); Mestre em Economia pela UFBA - Universidade Federal da Bahia e Doutorando em Economia pela UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas.

Agradeço ao Professor Wilson Cano, do Instituto de Economia da UNICAMP, por seus comentários a uma versão anterior deste texto. Obviamente, os erros e omissões remanescentes são de minha inteira responsabilidade.

que se sucederam nas últimas décadas e à manutenção de um modelo de crescimento e desenvolvimento altamente excludente. Tenta-se demonstrar que urbanização da pobreza é um fenômeno generalizado, que atinge municípios e metrópoles “pobres” ou “ricos”, “velhos” ou “novos”, independentemente dos processos específicos que os desenvolveram.

Na primeira parte do trabalho, mostra-se como a política de desconcentração industrial, com maciços investimentos e incentivos públicos, trouxe maior dinamismo para as economias da periferia nacional. Neste contexto, são institucionalizadas as regiões metropolitanas, mais como resposta aos interesses políticos regionais associados ao poder central do que ao atendimento à dinâmica das relações produtivas, sociais, culturais, etc. E isto resultou em agregados municipais heterogêneos.

Na segunda parte, tenta-se discutir o processo que vem transformando a pobreza nacional cada vez mais num fenômeno urbano e sua manifestação no ambiente metropolitano. A seguir, faz-se uma análise do processo de transformação da cidade de Campinas em um núcleo metropolitano regional, a partir de um processo de interiorização da indústria paulista, que lhe imprime características diferentes das demais metrópoles nacionais, mas não consegue evitar o fenômeno comum: a deterioração da qualidade de vida.

## **2. A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA NO PERÍODO AUTORITÁRIO**

O período de maturação dos investimentos do Plano de Metas coincidiu com o crescimento do processo de urbanização e com a crise política que desembocou no período de governos autoritários pós-1964. Naquele momento, a campanha pelas “reformas de base” (agrária, urbana, educação, etc) colocava em debate os problemas sociais que emergiam e se acumulavam. O uso crescente do automóvel e o conseqüente aumento da poluição, bem como a especulação imobiliária, a dificuldade de acesso aos serviços de saúde, saneamento básico, trans-

portes, etc, para a maioria da população, tornavam os ambientes urbanos verdadeiros “caldeirões”, onde “ferviam” os descontentamentos, e se alavancavam os movimentos sindicais, estudantis, comunitários, ligados às camadas médias e pobres da população.

Inicialmente, a repressão aos movimentos reivindicatórios rurais e urbanos e o controle político das forças de oposição, tornaram possível a gestão na grande cidade, já que ainda haviam espaços urbanos (e suburbanos) a serem ocupados e os recursos públicos municipais ainda conseguiam suportar parte das despesas com a expansão de serviços de água, esgotos, coleta de lixo, energia, pavimentação, etc. Mas a falta de uma reforma agrária, fatores climáticos, o atraso tecnológico e a miséria muito contribuíram para a continuidade dos movimentos migratórios, originários do campo e das pequenas cidades, em direção aos grandes centros. O crescimento descontrolado aumentaria a necessidade de maiores despesas e de altos investimentos públicos, somente suportáveis com a ajuda dos governos estaduais e nacional.

A resposta do governo autoritário veio escamotear a falta da reforma agrária e de políticas de desenvolvimento das periferias nacionais. O “milagre econômico brasileiro” e os grandes projetos, voltados para o sonho de um “Brasil-Potência”, significavam a opção clara pela manutenção de um modelo de crescimento econômico excludente, isto é, um modelo que deveria “primeiro, fazer o bolo crescer, para depois reparti-lo”.

A política de desconcentração industrial, com maciços investimentos públicos em direção à periferia nacional, trouxe maior dinamismo para as economias localizadas fora do eixo São Paulo/Rio de Janeiro. O “progresso industrial” aumentaria os níveis de emprego locais e logaria reduzir o ritmo do crescimento populacional na maior aglomeração urbana do país. O “esforço” político para evitar a “explosão urbana” não passou de uma desculpa para fugir à responsabilidade da resolução dos grandes problemas sociais, plasmados nos espaços urbanos, causados pelo modelo de crescimento adotado.

O crescimento do emprego industrial possibilitaria o aproveitamento de mão-de-obra nas capitais e outras cidades, beneficiadas pela nova estratégia do regime militar. Mas, em curto espaço de tempo, atrairia grandes contingentes populacionais e de mão-de-obra (principalmente de baixa qualificação), em busca do tão sonhado emprego, fugindo das dificuldades do campo, da estagnação das pequenas cidades e da miséria. Todavia, a política habitacional e o sistema de crédito ao consumo e ao investimento “facilitariam” a vida da classe média, o que arrefeceria o ritmo das reivindicações urbanas por reformas “de base”.

O progresso técnico, que chegava ao campo, contribuiria para aumentar o êxodo rural, principalmente em estados com agricultura mais desenvolvida, como São Paulo e Paraná. Trabalhadores rurais não precisariam mais residir nos locais de trabalho e passariam a engrossar fileiras numa nova categoria: a dos “bóias-frias”. A “abertura das fronteiras” do Centro-Oeste e da Amazônia para os excedentes populacionais, que, por algum tempo, havia funcionado como um amortecedor dos fluxos migratórios em direção a São Paulo e Rio de Janeiro, esgotaria rapidamente esta capacidade, na medida em que o processo colonizador, principalmente na Amazônia, se mostrava altamente concentrador de terras e apenas transferiria os problemas sociais decorrentes para as antigas e as novas cidades formadas ao longo daquelas regiões, sem que fossem resolvidos os problemas de ocupação territorial e os problemas rurais e urbanos dos locais de origem.

O modelo de “progresso industrial”, que costurou a integração produtiva nacional, significou a reprodução tardia, mas acelerada, dos processos de deterioração urbana, como a poluição, o favelamento, a criminalidade, etc, já observados pela região Sudeste. A proliferação de novas cidades e o crescimento vertiginoso das cidades já consolidadas significou o adiamento de soluções para os problemas de saneamento, transporte, etc, complexificando as políticas a serem adotadas, tanto do ponto de vista tributário, quanto do gasto, assim como do ponto de vista político.

A criação de conjuntos habitacionais populares, nos espaços suburbanos e na periferia das grandes cidades, fez aumentar a especulação

com os terrenos intermédios entre os núcleos centrais e as novas periferias, proporcionando altos lucros e apropriação de rendimentos extraordinários por parte do capital imobiliário, e viabilizando os assentamentos da classe média. Com isto, os limites físicos das cidades ganharam novos contornos e alguns problemas infra-estruturais adquiriram dimensão exponencial com o tamanho do município. Extrapolou-se a capacidade isolada de administração local dos municípios. Os problemas das grandes cidades passaram a ser não só do interesse local, mas também do Estado e dos municípios vizinhos, assim como da própria União (principalmente no caso das capitais estaduais e das áreas de "segurança nacional").

O fenômeno da conurbação amplificaria o espectro do planejamento urbano, implicando escalas maiores e políticas concertadas entre os diversos níveis de competência. O problema dos mananciais, por exemplo, que fornecem, à jusante e à montante, água (potável, industrial, para irrigação, escoamento dos esgotos, pesca, etc) para diversos municípios, tem que ser tratado de maneira sincronizada entre os municípios, porque seus benefícios e custos financeiros e sociais transcendem o âmbito municipal, exigindo soluções de cunho institucional, com demanda fiscal e financeira a cargo dos Estados ou União.

Acontece que, nos locais em que tais problemas se avolumavam, por exemplo Rio de Janeiro e São Paulo, a resistência política ao regime do governo central eram maiores e o diálogo ou a conjunção de esforços se tornava difícil, dado o caráter autoritário e centralizador do governo federal. A urgência da ação pública exigia maiores recursos e flexibilidade para sua aplicação. A criação das regiões metropolitanas, no início dos anos 70, apontada como uma solução, do ponto de vista do planejamento, visou muito mais os interesses políticos regionais associados ao poder central do que o atendimento à dinâmica das relações produtivas, sociais, culturais, da infra-estrutura e da dinâmica centro-periferia dos municípios envolvidos. A delimitação institucional dos contornos metropolitanos resultou em agregados inter-municipais bastante diversos entre si, isto é, em núcleos e periferias com características heterogêneas, resultando padrões diferenciados de crescimento urbano e de ocupação do solo.

com a PNAD de 1990, a região Nordeste do país, com 21,8 milhões de habitantes pobres, equivalente a 51% de sua população, detinha 55% da pobreza do país.

Graves déficits de infra-estrutura em habitação, saneamento, transporte, etc, em condições de alta densidade demográfica e de segregação residencial agravaram as condições de marginalidade social nas regiões metropolitanas do país. O Rio de Janeiro, com 4% da população do país, e com 13% de sua população na pobreza, é hoje um dos exemplos de "explosão urbana", onde tais carências têm conduzido parcela de sua população segregada à marginalidade e à violência.

Abstraindo o fenômeno da queda da fecundidade e da redução dos índices de mortalidade, pode-se afirmar que a redução do crescimento demográfico das grandes cidades brasileiras, durante a década passada, resultou principalmente da crise recessiva, que reduziu as oportunidades de emprego e inviabilizou a expansão da renda, inibindo a migração para os grandes centros urbanos. Com isso, a década de 80 também serviu para mudar o caráter e a direção dos movimentos migratórios, isto é, a atração exercida pelas grandes cidades passou a não ter mais o mesmo sentido que em décadas anteriores. Com efeito, os municípios com 100 a 500 mil habitantes foram os que mais cresceram em termos populacionais.

Mas, se o ritmo de crescimento populacional das grandes cidades foi reduzido, houve um crescimento mais acentuado da população das periferias metropolitanas, fenômeno que, embora já ocorresse entre 1970-1980, se acentuou nos anos 80.

Por outro lado, para o conjunto do país, manteve-se a tendência histórica de urbanização<sup>3</sup>, não só pela crescente liberação de mão-de-obra agrí-

3 A taxa de urbanização, que era de 67, 59% em 1980, passou para 75,47% , de acordo com o Censo Demográfico de 1991. Neste ano, 38,5% da população urbana residia nas Regiões Metropolitanas. Com este ritmo de urbanização, houve decréscimo absoluto da população rural (de 38,6 milhões, em 1980, para e 36 milhões, em 1991)...

cola nas regiões mais modernizadas, assim como pela atratividade dos centros urbanos, onde a oferta de serviços assistenciais e benefícios não monetários tendem a ser mais frequentes do que na área rural, principalmente nas regiões menos desenvolvidas. A pobreza se desloca, no período 1980-1990, em direção as áreas urbanas em todo o país: 71% dos pobres brasileiros passam a residir no meio urbano, sendo que 29% nas regiões metropolitanas. Os considerados "miseráveis"<sup>4</sup>, contudo, ainda residem preponderantemente no meio rural, principalmente no Nordeste, castigados pelas secas periódicas, pela estrutura de poder e pelo relativo atraso na utilização de tecnologias modernas aplicáveis à agricultura e à pecuária.

Aumentou a concentração de pobreza urbana no Nordeste. As metrópoles nordestinas, nos últimos quinze anos, são exemplos de pobreza e de péssima distribuição de renda. Isto, aliás, está refletido tanto nos indicadores do mercado de trabalho, quanto nos de acesso aos serviços públicos. As carências mais agudas têm ocorrido nas periferias das metrópoles nordestinas. Em Fortaleza, por exemplo, 76% dos pobres que residem na periferia não têm acesso ao abastecimento adequado de água, enquanto na periferia de Recife, 83% dos pobres não dispõem de esgoto sanitário. Se nas metrópoles nordestinas a pobreza e a carência de infra-estrutura e de serviços são generalizadas, nas demais metrópoles o quadro se repete, de forma menos acentuada, porém com outras *nuances*, também de potencial socialmente explosivo.

No Rio de Janeiro, a crise econômica e a falta de novas opções produtivas, na década de 80, levou a metrópole a um empobrecimento crítico no núcleo e nas cidades da periferia. As cidades da periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro concentram quase a metade da população metropolitana, onde a proporção de pobres chega perto de 40%. "Em termos absolutos é uma concentração de pobreza impar, até em função da extensão territorial e de

4 De acordo com SEADE (1995), "miseráveis" são aquelas famílias que, além de receberem rendimentos *per capita* abaixo de  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo, apresentam carências simultâneas em moradia, instrução, condições de emprego ou trabalho e acesso inadequado aos serviços de saúde.

características de densidade populacional de subáreas. (...) a segregação residencial faz com que haja diferenças gritantes, na própria periferia, entre pobres e não-pobres. Nesse sentido, a periferia do Rio de Janeiro reúne o pior em termos de pobreza absoluta e relativa, esta última entendida como desigualdade entre pobres e não-pobres.” (ROCHA e TOLOSA, 1993, p.164)

Apesar da heterogeneidade econômica e social de suas populações e de seus espaços urbanos em cada período, as metrópoles brasileiras apresentam índices de pobreza bastante distintos: são mais elevados nas metrópoles nordestinas e menores em São Paulo e nas metrópoles do Sul. “(...) No caso de São Paulo, a baixa **periferização da pobreza** (...) é causada pelo dinamismo próprio, formada por subcentros que tendem a reproduzir a estrutura sócio-econômica do núcleo.” (ROCHA e TOLOSA, Op.Cit, p.148 e 151) Mas, a característica comum entre todas é a presença da pobreza como fenômeno generalizado, que permanece como desafio intransponível para os moldes atuais do planejamento urbano e regional e que desmascara as sucessivas políticas econômicas concentradoras e segregacionistas.

A seguir, veremos mais de perto as transformações que fizeram do espaço urbano da cidade de Campinas, no interior do Estado de São Paulo, um centro metropolitano, cujos núcleo e periferia tendem a reproduzir características semelhantes às das demais regiões metropolitanas do país, apesar de inserida na economia estadual mais dinâmica e moderna do país.

#### 4. O EXEMPLO DE CAMPINAS<sup>5</sup>

Na década de 70, independentemente das políticas nacionais, que incentivavam localizações fora da região metropolitana de São Paulo, ou de políticas de interiorização do governo estadual, ou mesmo de

---

5 Esta seção baseia-se nos trabalhos de SEMEGHINI (1991 e 1992) e BAENINGER e MAIA (1992).

incentivos oferecidos pelos poderes públicos municipais, já se observava um processo de desconcentração industrial dentro do Estado. No bojo deste processo, a fuga das deseconomias de aglomeração e da crescente organização sindical e seu poder reivindicatório, levaria o capital a buscar novos espaços de acumulação. E a “saída” mais fácil estava bem próxima: no próprio Estado de São Paulo, onde havia uma agricultura relativamente desenvolvida e onde as relações mercantis estavam consolidadas. Havia a possibilidade de se criar núcleos sub-regionais, que dinamizariam as economias locais, com redes de serviços industriais, bancários e pessoais, a partir de algumas “cidades-chaves”, como Campinas.

#### **4.1. A Formação da Metrópole Regional**

No que se refere à região de Campinas<sup>6</sup>, além da própria ação pública, do Estado e dos municípios, na oferta de incentivos e infra-estrutura voltada para a interiorização da indústria, foram fundamentais, como fatores atratores, o desenvolvimento prévio da base produtiva local, sua estrutura urbana, sua proximidade com a capital e a malha de transportes relativamente desenvolvida, que tornava a cidade um ponto obrigatório (“porta de entrada”) de passagem para grande faixa do interior paulista. Foram igualmente importantes as transformações e a modernização da agricultura regional, que gerou fortes impactos sobre a agroindústria e sobre as indústrias fornecedoras de insumos e equipamentos.

---

6 Neste texto, estarei me referindo a Campinas, em diversos momentos, como município ou cidade, a área ou região, ou a Região de Governo. Por “área” ou “região” de Campinas, utilizarei, como SEMEGHINI (1991, p. 172 e outras) o agregado dos municípios de Campinas, Indaiatuba, Vinhedo, Nova Odessa, Paulínia, Sumaré e Valinhos. A “Região de Governo” (divisão político-administrativa, para o planejamento estadual), além destes municípios, abrange os de Americana, Artur Nogueira, Cosmópolis, Itapira, Jaguariúna, Mogi-Guaçu, Mogi-Mirim, Monte-Mor, Pedreira, Santa Bárbara d’Oeste e Santo Antônio de Posse (municípios, como Holambra, Hortolândia e outros, foram desmembrados desse conjunto, a partir de 1991, mas as estatísticas e informações disponíveis sobre eles ainda são insuficientes para um estudo mais sistemático de suas situações).

Tabela 01

**FLUXOS MIGRATÓRIOS INTER-REGIONAIS E INTRA-ESTADUAIS NUMERICAMENTE MAIS IMPORTANTES,  
SEGUNDO A ORIGEM DOS IMIGRANTES.  
REGIÃO DE GOVERNO DE CAMPINAS, 1970-1980**

<b>Origem dos Imigrantes</b>	<b>Total de Migrantes</b>	<b>(%) no Total</b>	<b>(%) nos Subgrupos</b>
<u>Total Geral</u>	<u>444.879</u>	<u>100,00</u>	-
<u>Estado de São Paulo</u>	<u>267.668</u>	<u>060,17</u>	<u>100,00</u>
RM de São Paulo	67.185	15,10	25,10
RG de Adamantina	10.600	2,38	3,96
RG de Andradina	11.108	2,50	4,15
RG de Araçatuba	8.485	1,91	3,17
RG de Dracena	8.860	1,99	3,31
RG de Jales	13.250	2,98	4,95
RG de Jundiá	8.646	1,94	3,23
RG de Marília	9.154	2,06	3,42
RG de Piracicaba	8.378	1,88	3,13
RG de Presidente Prudente	10.332	2,32	3,86
RG de S. J. Boa Vista	11.590	2,61	4,33
Outras Regiões	100.081	22,50	37,39
<u>Regiões da Federação</u>	<u>172.318</u>	<u>38,73</u>	<u>100,00</u>
<u>Região Sudeste (Menos São Paulo)</u>	<u>48.089</u>	<u>10,81</u>	<u>27,91</u>
Minas Gerais	42.759	9,61	24,81
Espírito Santo	661	0,15	0,38
Rio de Janeiro	4.669	1,05	2,71
<u>Região Norte</u>	<u>1.073</u>	<u>0,24</u>	<u>0,62</u>
<u>Região Nordeste</u>	<u>19.033</u>	<u>4,28</u>	<u>11,04</u>
Bahia	6.467	1,45	3,75
Outros Estados	12.566	2,82	7,29
<u>Região Sul</u>	<u>90.598</u>	<u>20,36</u>	<u>52,58</u>
Paraná	88.101	19,80	51,13
Outros Estados	2.497	0,56	1,43
<u>Região Centro-Oeste</u>	<u>13.525</u>	<u>3,04</u>	<u>7,85</u>
Mato Grosso do Sul	8.095	1,82	4,70
Outros Estados	5.430	1,22	3,15
<u>Brasil sem Especificação</u>	<u>21</u>	<u>0,00</u>	-
<u>Exterior</u>	<u>3.214</u>	<u>0,72</u>	-
<u>Sem Declaração</u>	<u>1.658</u>	<u>0,37</u>	-

**Fontes:** IBGE, Tabulações Especiais do Censo Demográfico de 1980; e Fundação SEADE, 1989. Re-elaborado a partir de BAENINGER e MAIA (1992).

Nas décadas de 70 e 80, a região de Campinas se transformaria no terceiro parque industrial brasileiro, atrás apenas da região metropolitana de São Paulo e do Estado do Rio de Janeiro. Para tal transformação, muito contribuíram a instalação da REPLAN e do pólo petroquímico em Paulínia, a constituição de um pólo de informática, microeletrônica e de indústrias de tecnologia de ponta, a implementação do Pró-álcool e os investimentos na ampliação da rede rodoviária. Desde cedo, na verdade, Campinas já apresentava um processo relativamente mais intenso de disseminação das relações mercantis de produção e uma base produtiva relativamente mais diversificada, com fortes encadeamentos inter-setoriais e inter-regionais, do que as demais regiões do Estado.

Todas estas características fizeram com que o município e a região do seu entorno atraíssem, na década de 70, grande fluxo migratório, principal responsável pelo seu elevado crescimento demográfico. De acordo com os dados da Fundação SEADE, 53% da migração que se dirigiu ao interior paulista teve como destino essa região. Os dados do Censo de 1980 (ver Tabela 01) indicam que a migração intra-estadual mais forte vinha da região metropolitana de São Paulo, enquanto, no âmbito interes-tadual, originava-se, principalmente, do Paraná, seguido de Minas Gerais.

**Tabela 02**  
**PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA POPULAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO,**  
**DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO E DA REGIÃO DE**  
**GOVERNO DE CAMPINAS - 1950-1991**

<b>Anos</b>	<b>Região Metropolitana de São Paulo</b>	<b>Região de Governo de Campinas</b>
<b>1950</b>	29,1	3,2
<b>1960</b>	37,4	3,8
<b>1970</b>	45,8	4,3
<b>1980</b>	50,2	5,6
<b>1991</b>	48,9	6,4
<b>1992</b>	48,8	6,5
<b>1993</b>	48,7	6,6

**Fonte:** IBGE, Censos Demográficos e Sinopse Preliminar para 1991.; e Fundação SEADE, Perfil Municipal, 1995 (dados de 1992 e 1993).

Em termos proporcionais, a participação da Região de Governo de Campinas no total do Estado de São Paulo praticamente dobrou, no período 1950-1991, enquanto a população da região metropolitana de São Paulo diminuiria seu ritmo de crescimento (ver Tabela 02). Sua população rural vem diminuindo, porém em proporções muito inferiores à diminuição da população rural do Estado. Sua taxa de urbanização, em 1980 (83,5%) é pouco inferior à média do Estado de São Paulo, mas superior à média nacional.

A cidade cresceu rapidamente, nas últimas décadas. Entretanto, o processo de intensa chegada de migrantes pobres ao município de Campinas veio acompanhado de outro movimento, de mão-de-obra de alto nível, para trabalhar em suas universidades e nas indústrias de ponta. Além disto, alguns estudantes da UNICAMP e PUCC, como força de trabalho qualificada, passaram a ser rapidamente absorvidos pelos centros locais de pesquisa e de tecnologia e acabaram se estabelecendo na cidade de Campinas ou em cidades localizadas no seu entorno.

Tabela 03

**POPULAÇÃO TOTAL DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS E DE ALGUNS  
MUNICÍPIOS SELECIONADOS DA REGIÃO DE GOVERNO DE CAMPINAS  
1940 - 1991**

Anos	Município de Campinas	Região de Governo de Campinas	Sumaré	Indaiatuba	Valinhos
1940	129.940	265.765	-	-	-
1950	152.547	309.423	-	-	-
1960	219.303	484.672	10.663	19.697	18.302
1970	375.864	770.497	23.074	30.537	30.775
1980	664.559	1.407.236	101.834	56.234	48.922
1991	846.238	2.030.722	226.361	100.736	67.867
1993	873.612	2.151.174	157.887	110.515	71.166
1995*	908.832	-	-	-	-

**Fonte:** IBGE, Censos Demográficos (1940-1991); Prefeitura Municipal de Campinas, SEPLAN; e Fundação SEADE, Perfil Municipal, 1995 (dados de 1993)

**Observação:** \* - Estimativa, limite médio (SEPLAN/Prefeitura Municipal de Campinas)

Nesse espaço adjacente a Campinas estão localizados alguns municípios de maior crescimento populacional nas últimas décadas. Sumaré, com taxa de 16% de crescimento, foi um dos que mais se destacaram no contexto nacional. A grande concentração de migrantes neste município se localizou no ex-distrito de Hortolândia (emancipado em dezembro de 1991), composto por 87 bairros. Os dados do Censo Demográfico de 1991 apresentam uma população composta por 226.361 habitantes, correspondente a 11,1% da Região de Governo de Campinas (ver Tabelas 03 e 04). Sua relação direta com Campinas, tem configurado Sumaré como uma cidade-dormitório. Tal função lhe é atribuída não pela ausência de um setor que absorva mão-de-obra, já que algumas importantes indústrias localizam-se em Sumaré, mas porque sua população é composta, predominantemente, por uma mão-de-obra de baixa ou nenhuma qualificação e que acaba sendo utilizada no comércio, no setor de serviços e na construção civil, no município de Campinas.

Tabela 04

**DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ENTRE CENTRO E PERIFERIA REGIONAL. REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO E REGIÃO DE GOVERNO DE CAMPINAS (MUNICÍPIOS SELECIONADOS - 1940-1991**

**Em Porcentagem**

Regiões	Anos					
	1940	1950	1960	1970	1980	1991
<b>Região Metropolitana de São Paulo</b>						
Centro	-	82,5	80,8	72,8	67,5	62,4
Periferia	-	17,5	19,2	27,2	32,5	37,6
<b>Região de Governo de Campinas</b>						
Centro (Mun. de Campinas)	48,9	49,3	45,2	48,8	47,2	41,7
Mun. de Sumaré	-	-	2,21	3,0	7,2	11,1
Mun. de Indaiatuba	-	-	4,1	4,0	4,0	4,9
Mun. de Valinhos	-	-	3,8	4,0	3,5	3,3
Total da Periferia	51,1	50,17	54,8	51,2	52,8	58,3

Fonte: IBGE, Censos e Sinopse Preliminar, 1991.

A estagnação econômica dos anos 80, com fortes flutuações cíclicas e exacerbção inflacionária, afetou, sobremaneira, a economia do Estado de São Paulo, cuja taxa de crescimento do produto (aproximadamente de 2% ao ano) ficou abaixo da média nacional. Entretanto, seu desempenho econômico não foi homogêneo. A região metropolitana de São Paulo sofreu maiores impactos recessivos do que o interior do Estado. Este, com áreas de agricultura moderna e encadeadas com o esforço exportador, além de maior ponderação agro-industrial em sua base produtiva, como a de Campinas, viu preservadas suas trajetórias de crescimento. (SEMEGHINI, 1992, p.25) Assim, desenvolveram-se as principais funções urbanas da região de Campinas, apoiadas "(...) na infra-estrutura física, e no conjunto de novas possibilidades econômicas construídas no período anterior, e que, não obstante o ritmo mais lento do crescimento, continuaram a evoluir no período recente." (Op. Cit., p.53-4)

Além de constituir um importante parque industrial e de ter uma agricultura moderna, Campinas assume mais visivelmente as suas características de sede de uma metrópole regional, a partir do crescimento e sofisticação do seu setor terciário, com a concentração de serviços que passam a sustentar a intensificação dos fluxos e as relações entre Campinas e as cidades da região. "Sinteticamente, na década de 70 Campinas passaria de centro regional de médio porte à condição de grande cidade, e a evolução dos anos 80 mostraria tendência clara à emergência de uma nova metrópole." (Op. Cit., p. 54).

Tabela 05

**EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE ATIVIDADES  
ECONÔMICAS DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS, 1980-1990**

<b>Atividade</b>	<b>1980</b>	<b>1985</b>	<b>1986</b>	<b>1987</b>	<b>1988</b>	<b>1989</b>	<b>1990</b>
Agropecuária	893	637	-	-	-	-	-
Indústria	1.582	1.329	1.855	1.967	2.384	2.458	2.543
Comércio *	3.674	4.117	-	-	-	-	-
Varejista	-	-	7.732	8.691	9.579	10.352	12.536
Atacadista	-	-	1.462	1.573	1.657	1.672	1.885
Ambulantes e Feirantes	-	-	625	661	657	653	672
Serviços	3.067	3.186	-	-	-	-	-

**FONTES:** IBGE, Censos Econômicos(1980 e 1985); Fundação SEADE, Anuário Estatístico de São Paulo(1986 a 1990).

Obs.: \* Números censitários, correspondentes ao conjunto do comércio atacadista e varejista.

Durante toda a década de 80, observa-se crescimento no número de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços, instalados no município de Campinas (ver Tabela 05). Todavia, esse crescimento não se converteu em aumento proporcional de postos de emprego. Ao final da "década perdida", quase todas as atividades econômicas estavam empregando menos que em 1988. No ano de 1992, esta situação só não se repetiria, justamente, no setor serviços. Vale ressaltar que isto ocorre numa conjuntura de recessão, em que o município de Campinas consegue manter, em 1992, o nível ocupacional geral em torno de 97%, enquanto o Estado de São Paulo mantém apenas 93% do nível de emprego total observado em 1988 (ver Tabela 06).

Tabela 06

**EVOLUÇÃO DO NÍVEL DE EMPREGO POR SETOR DE ATIVIDADE NO  
MUNICÍPIO DE CAMPINAS, TOTAIS DA REGIÃO DE GOVERNO DE  
CAMPINAS E DO ESTADO DE SÃO PAULO  
1988-1992**

<b>Atividade</b>	<b>1988</b>	<b>1989</b>	<b>1990</b>	<b>1991</b>	<b>1992</b>
<b>Município de Campinas</b>	<b>243.878</b>	<b>255.739</b>	<b>249.883</b>	<b>243.903</b>	<b>235.961</b>
<b>Ind. Extr. Mineral</b>	257	252	281	284	232
<b>Ind. Transformação.</b>	72.776	76.781	73.441	69.001	65.026
<b>Serv. Ind. Utilidade Pública</b>	6.112	6.083	5.906	5.598	5.642
<b>Constr. Civil</b>	18.055	17.929	15.439	14.895	15.449
<b>Comércio</b>	42.904	45.387	45.898	43.902	41.449
<b>Serviços</b>	81.313	86.138	85.830	86.914	85.390
<b>Adm. Pública</b>	18.746	19.574	19.672	19.786	19.424
<b>Agro. Ext. Veg. Caça/Pesca</b>	2.337	2.357	2.276	2.247	2.134
<b>Outros</b>	1.378	1.238	1.140	1.276	1.215
<b>Região de Governo</b>	<b>519.435</b>	<b>546.487</b>	<b>562.192</b>	<b>512.393</b>	<b>494.101</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>8.116.801</b>	<b>8.421.502</b>	<b>8.035.527</b>	<b>7.832.046</b>	<b>7.532.491</b>

**FONTE:** Ministério do Trabalho. Apud PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 1995.

Alguns indicadores atestam a importância econômica da região: a existência do segundo maior terminal aeroviário de cargas do país; a terceira praça bancária do país; um movimento que corresponde a cerca de 20% das exportações totais do país e a rivalidade com a região de Ribeirão Preto, como principais produtores agrícolas do Estado.

A consolidação da cidade de Campinas como centro metropolitano no interior do Estado de São Paulo vem estimulando migrações pendulares no sentido Campinas - São Paulo, onde, diariamente, estabelece-se um vai-e-vem da classe média que trabalha na capital e encontra melhores condições de habitação e de vida em Campinas. Por outro lado, são intensos os movimentos pendulares oriundos de cidades como Sumaré, Paulínia e Valinhos, com destino a Campinas, de pessoas que residem naqueles municípios mas que, como mão-de-obra não qualificada, geralmente só conseguem ocupações no setor terciário de Campinas.

Mas a trajetória de crescimento econômico regional vem reduzindo, desde então, as possibilidades de absorção da mão-de-obra sem qualificação (ver Tabela 06). A crise habitacional e a deterioração das condições de vida da população, de um modo geral, como consequência da crise econômica geral, que se estendeu ao longo da última década, têm agravado o quadro da população migrante de baixa renda que não encontrou mais o sonho da redenção na "cidade grande" e teve que se estabelecer em sua periferia metropolitana.

Todo este processo de metropolização da região de Campinas, dispondo, inclusive, de atividades de apoio à população (sobressaindo os complexos universitário, hospitalar, cultural e de serviços especializados), não impediu que a cidade e seu entorno adquirissem e desenvolvessem, também, as marcas que caracterizam todas as regiões metropolitanas brasileiras, isto é, a deterioração social apontada pelos indicadores de educação, saneamento, habitação ou transportes, presentes nas favelas e no visível desfiguramento do tecido físico da cidade.

## **4.2. A Deterioração da Qualidade de Vida**

A crescente demanda por novas áreas urbanas (para moradia, instalação de indústrias, comércio e serviços, sistema viário, instalação de

infra-estrutura, etc) na região, foi atendida através do parcelamento legal do solo (loteamentos). Com a consolidação dos loteamentos, o capital imobiliário especulativo realizou e vem realizando lucros extraordinários, aumentando o valor da terra urbana, a partir da transformação de terrenos rurais em suburbanos e urbanos, e da gleba unitária para o lote.

A oferta de infra-estrutura nessas áreas vazias, constitui uma das principais formas de ganho especulativo do capital imobiliário e este processo é conhecido como "horizontalização do espaço urbano".

A cidade se expandiu horizontalmente, com posterior adensamento da ocupação do solo urbano. A verticalização se tornou expressiva nos últimos anos: de um índice de verticalização de 3,6% dos imóveis residenciais, em 1960, a cidade de Campinas chegou a ter 22% em 1980 e 31,2% em 1993 (ver Tabela 07). Tanto em Campinas como, em menor escala, nos demais municípios da região, observaram-se, inicialmente, processos de horizontalização, com crescimento periférico e posterior intensificação do uso e ocupação do solo, através de construções verticalizadas, particularmente na sede regional. Neste contexto, a proliferação de favelas tem sido a consequência imediata do déficit habitacional do município, um dos maiores problemas atuais de Campinas (ver Tabela 08).

Tabela 07

**EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE IMÓVEIS E ÁREA CONSTRUÍDA  
NO MUNICÍPIO DE CAMPINAS  
1960 - 1993**

Anos	Total de Imóveis	Imóveis Residenciais					Total de Área Construída (m2)
		Hori-zontais	%	Verticais	%	Total	
1960	14.504	12.697	96,4	475	3,6	13.172	2.403.843
1970	29.559	23.787	89,2	2.881	10,8	26.668	5.173.667
1980	100.810	68.908	78,0	19.490	22,0	88.398	14.991.083
1990	191.307	109.810	69,7	47.668	30,3	157.478	24.110.050
1993	209.963	117.248	68,8	53.079	31,2	170.327	25.937.754

**Fonte:** Dados do IPTU/IMA, agosto de 1993; Apud PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 1995, p.197-8.

Tabela 08

**POPULAÇÃO TOTAL E FAVELADA, DOMICÍLIOS PARTICULARES E  
NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS POR DOMICÍLIO  
MUNICÍPIO DE CAMPINAS - 1980-1991**

Anos	Popu- lação Urbana Total	Domicí- lios Particu- lares	Média Pessoas/ Domicí- lio	População Favelada					
				Total	%	Homem	Mulher	Dom. Partic. em Favelas	Média Pessoas/ Domicí- lio
1980	664.559	154.464	4,30	36.155	5,44	18.471	17.684	7.107	5,02
1991	823.658	223.828	3,78	67.474	7,98	34.290	33.184	14.270	4,74

**Fontes:** IBGE, Censos Demográficos e Prefeitura Municipal de Campinas.  
Apud PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 1995, p.199.

Um dos efeitos socialmente danosos do crescimento econômico, populacional e urbano de Campinas refere-se ao estrangulamento na provisão de infra-estrutura por parte dos poderes públicos. Mesmo observando acréscimos de receita nos últimos 15 anos, a gestão urbana foi incapaz de atender satisfatoriamente as carências de sua população. O município de Sumaré, por exemplo, apesar de possuir a oitava arrecadação do Estado de São Paulo, não consegue atender as necessidades básicas de sua população: apenas 23% das moradias têm ligação com a rede de esgoto; 65% são ligados à rede de água; 75% têm ligações elétricas; e a pavimentação cobre 60% da sede e somente 20% do restante do município. A intensa especulação imobiliária e os baixos rendimentos fazem com que um dos principais problemas vivenciados por Sumaré, nos últimos anos, sejam as invasões de terrenos. Somados a isto, os problemas de saneamento básico, a falta de transporte coletivo, o aumento da violência e da criminalidade, etc., configuram um cenário de deterioração crescente da qualidade de vida urbana, onde o crescimento populacional e a pobreza parecem “caminhar juntos” com a poluição ambiental, o desemprego e a segregação social e econômica.

Resultados preliminares de uma pesquisa sobre condições de vida (a PCV) no município de Campinas, realizada pela Fundação SEADE,

investigando a pobreza sob os ângulos do emprego, nível de instrução, moradia, renda e acesso a serviços de saúde, mostram que, em 1994, 37,9% das famílias campineiras eram pobres ou miseráveis e não dispunham de renda *per capita* suficiente para cobrir suas despesas com uma cesta básica de consumo. Esta informação, se comparada à pujança da economia regional, mostra que o quadro de desigualdade e injustiça social também impera na sede metropolitana. É de se imaginar o que acontece na periferia, por exemplo, em Sumaré ou Hortolândia...

Mais alguns resultados da PCV, ainda que estáticos, atestam a precariedade das condições de vida urbana nos dias de hoje:

- a) mais de 40% das famílias são carentes em instrução e quase 20% são carentes em moradia. Além disto, 30% das famílias dependem exclusivamente do serviço público de saúde;
- b) a renda *per capita* em Campinas é de 4,5 salários mínimos (SM), sendo que no segmento dos considerados "miseráveis", a renda *per capita* é de 0,66 SM. Neste grupo, 66% das famílias ganha até 3 salários mínimos;
- c) pouco mais de 28% da força-de-trabalho ocupada recebe até 2 Salários mínimos e aproximadamente 25% tem trabalho instável, com alta rotatividade e baixos rendimentos;
- d) à medida que se deterioram as condições de vida em Campinas, amplia-se a contribuição das crianças e adolescentes (10 a 17 anos) na formação da renda familiar. Na média, contribuem com 15% da renda familiar. 26% das crianças e adolescentes, trabalham (estudando ou não). Entre os miseráveis, 37,5% das crianças e adolescentes trabalham, sendo que 21,3% sequer estudam; e
- e) cerca de 6% das famílias moram em barracos isolados ou em favelas ou cortiços (37% dos miseráveis em favelas ou barracos).

Abstraindo as dificuldades metodológicas para se estabelecer paralelismos com outras regiões, a PCV de Campinas mostra que a

deterioração social não só acontece em metrópoles “antigas”, como Rio de Janeiro ou São Paulo ou nas regiões mais pobres como das metrópoles nordestinas.

## 5. CONCLUSÃO

A institucionalização das regiões metropolitanas, no auge do regime político autoritário, como forma (discursiva) de enfrentar as dificuldades de gestão das grandes cidades, na verdade significou o ajuntamento de realidades urbanas heterogêneas. À exceção, talvez, das regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Recife, onde, em parte, efetivamente ocorriam conurbações importantes, foram considerados conjuntos de cidades pobres e dormitórios, vizinhas às principais capitais do país. Naquele momento (década de 70) havia, como ainda há, uma tendência à concentração populacional nos municípios sede, como fruto das disparidades econômicas e sociais da “rede” de cidades.

O processo de transformação da cidade de Campinas em um centro metropolitano distingue-se dos demais, na medida em que resulta de um processo de interiorização da indústria paulista, também iniciado na década de 70, que criou e/ou consolidou bases econômicas industriais e agrícolas nas cidades vizinhas. O dinamismo interno e a intensificação das relações econômicas entre esses municípios e a sede “metropolitana” costuraram a formação de uma área que se tornou o terceiro pólo industrial do país. Esta relação garantiu, também, uma tendência menor à concentração populacional no município sede, diferentemente do que aconteceu com a maioria das regiões brasileiras.

A crise econômica, que caracterizou a “década perdida”, provocou impactos recessivos nos setores industriais tradicionais ou voltados para o mercado nacional, localizados principalmente na região metropolitana de São Paulo. Mas as áreas de base produtiva agroindustrial, voltadas para o esforço exportador, conseguiram, em parte, afugentar a crise e consolidar suas economias e suas estruturas urbanas no período. Novamente, Campinas se destaca das demais regiões, consolidando seu parque tecnológico, atraindo indústrias de alta tecnologia,

desenvolvendo e sofisticando sua rede de serviços e dando sustentação aos fluxos e relações entre os municípios vizinhos.

Guardadas as devidas proporções, no entanto, existe uma característica que iguala todas as grandes cidades brasileiras e seus municípios periféricos: o crescimento da pobreza e a conseqüente deterioração social. As transformações dos espaços urbanos e a manutenção de um modelo econômico de crescimento (quando houve) com exclusão, além das sucessivas crises econômicas dos últimos anos, tornaram o ambiente urbano, ao mesmo tempo, um refúgio para quem, sendo pobre, buscou auferir benefícios não monetários inexistentes no meio rural, e um local de contrastes, cada vez mais insuportáveis, de riqueza e poder diametralmente desiguais. Em outras palavras, a deterioração da qualidade de vida das metrópoles brasileiras (incluindo Campinas) está fortemente relacionada ao adensamento de situações individuais de pobreza e miséria, contrapostas, no mesmo espaço físico ou em áreas contíguas, às manifestações de riqueza e poder, potencializando tensões e levando a sociedade à violência, à criminalidade, excessos de toda ordem. E essa queda na qualidade de vida ocorre tanto na sede, quanto na periferia das metrópoles

As políticas que incentivaram o processo de desconcentração industrial e que conseguiram relativo sucesso, no propósito de dinamizar regiões menos desenvolvidas do país, foram, também, responsáveis pela expulsão de contingentes populacionais do campo e de cidades pequenas e pelo "inchaço" das cidades médias e grandes. Também foram responsáveis pela alta concentração de renda e pela especulação imobiliária, que condenou a maior parcela da população a morar em edificações inadequadas, nos subúrbios ou nas áreas de segregação social e econômica.

A crise iniciada nos anos 80 só veio agravar e dar contornos dramáticos às situações específicas de cada área metropolitana. A herança de todo esse processo de gestão urbana excludente, onde, gradualmente, se privatizaram serviços públicos de infra-estrutura, saúde, educação, etc, e se abriram novos espaços para o automóvel e para a residência do "rico" e da "classe média abastada", condenou o pobre à periferização, à falta de saneamento básico e à debilitação do sistema

de transporte, etc. Isto vem gerando um processo de “**arrebentação do padrão urbano**”, isto é, um processo de “(...) agravamento do problema distributivo urbano, onde os “de cima” pagam mais para receber mais e melhor, enquanto os “de baixo”, por não poderem pagar, recebem precário atendimento público, face ao agravamento das finanças públicas municipais, que precisam gastar, mas pouco arrecadam.” (CANO, 1989, p. 27)

Efetivamente, o modelo econômico brasileiro dos anos 90 tende a permanecer excludente. Existem fortes barreiras para diminuir o grau de segregação das famílias pobres. Existe, dentro do quadro atual de políticas públicas, pouca ou quase nenhuma chance para ascensão social ou melhoria dos padrões de vida desse estrato da sociedade. O aumento do número de pobres e o aprofundamento das desigualdades no espaço urbano tornam a ação pública assistencial cada vez mais incapaz e ineficiente.

Finalmente, vale ressaltar que a “modernização conservadora” da economia brasileira, como nos demais cantos do mundo, implica a redução dos níveis de emprego em atividades rurais ou urbanas, com previsíveis impactos sobre as condições de vida na cidade. O caráter explosivo, que tais efeitos imprimem, exige políticas e estratégias que apontem para uma efetiva solução de crescimento econômico, em busca de equidade social e regional. E isto corresponde ao avesso da maioria das ações do Estado, na história recente deste país. As políticas de desenvolvimento urbano e regional deverão estar articuladas com as políticas agrícola, industrial e macroeconômica, que garantam a geração de novos empregos, além de políticas sociais, que resgatem a população segregada das carências habitacionais, educacionais e de saúde em que vivem.

## 6. BIBLIOGRAFIA

BAENINGER, Rosana; MAIA, Paulo B. (1992) “Região de Governo de Campinas”. in: **Migração em São Paulo**. Campinas, Núcleo de Estudos de População (NEPO)/ UNICAMP, p. 7-46. (Série Textos NEPO, nº 22).

- CANO, Wilson. (1989) "Urbanização: Sua Crise e Revisão de seu Planejamento." São Paulo, **Revista de Economia Política**, 9(1), jan-mar/89.
- \_\_\_\_\_. (1985) "Dinâmica da Economia Urbana de São Paulo: Uma Proposta de Investigação". Rio de Janeiro, FGV, **Revista de Administração de Empresas**, 25(1):15-25, jan-mar/85.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS (1995) **Campinas. Plano Diretor**. Campinas, Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente.
- ROCHA, Sonia. (1995) "Governabilidade e Pobreza. O Desafio dos Números." Rio de Janeiro, IPEA, **Texto para Discussão**, nº 368, fev/95.
- ROCHA, Sonia e TOLOSA, Hamilton C. (1993) "Núcleo-Periferia Metropolitana: Diferenciais de Renda e Pobreza". in: VELLOSO, J.P.R. e ALBUQUERQUE, R.C. (Orgs) **Pobreza e Mobilidade Social**. Fórum Nacional: As Bases do Desenvolvimento Moderno. São Paulo, Nobel.
- SEADE (1995) **Pesquisa de Condição de Vida no Município de Campinas**. Primeiros Resultados. São Paulo, Fundação SEADE.
- SEMEGHINI, Ulysses C. (1992) "A Região Administrativa de Campinas." In: CANO, Wilson (Coord) **São Paulo no Limiar do Século XXI**. São Paulo, Fundação SEADE. Volume 8: "Cenários da Urbanização Paulista. Regiões Administrativas."
- \_\_\_\_\_. (1991) **Do Café à Indústria: Uma Cidade e seu Tempo**. Campinas, Editora da UNICAMP.
- TOLOSA, Hamilton C. e ROCHA, Sonia. (1993) "Políticas de Combate à Pobreza: Experiências e Equívocos". in: VELLOSO, J.P.R. e ALBUQUERQUE, R.C. (Orgs) **Pobreza e Mobilidade Social**. Fórum Nacional: As Bases do Desenvolvimento Moderno. São Paulo, Nobel.

# NOTAS SOBRE OS LIMITES DA POLÍTICA INDUSTRIAL

Silvia Possas<sup>1</sup>

## 1. INTRODUÇÃO

O debate sobre política industrial tem sido fortemente marcado por posições acerca dos limites da atuação do Estado e de sua eficácia. A discussão toma muitas vezes rumos que mais obscurecem do que esclarecem a principal questão - a de como promover, de modo consistente e durável, uma melhoria do nível de vida das populações sobre as quais será implementada tal política. Este trabalho procura recolocar os termos do debate, examinando algumas características que uma política industrial deve ter e suas implicações.

## 2. O MERCADO E SEU PAPEL ECONÔMICO

Uma idéia que está altamente difundida em nossa sociedade é a de que os mecanismos de mercado são mais eficientes para a coordenação econômica do que a intervenção governamental. Esta idéia tem raízes no pensamento econômico e é justificada segundo diferentes perspectivas. Procuraremos retomar os elementos centrais que justificam esta visão nas principais vertentes que a defendem, a saber: os adeptos do paradigma do equilíbrio geral e a chamada escola austríaca.

O mercado é visto pela escola do equilíbrio geral como o *locus* onde se encontram produtores e consumidores, ou então vendedores de fatores de produção, com possibilidades tecnológicas e preferências dadas. Nesse encontro, supondo que todos os agentes sejam maximizadores de ganhos, estabelece-se uma alocação dos recursos eficientes de Pareto. Esta é a grande virtude do mercado, sua otimalidade alocativa, vista de modo inteiramente estático. O *mercado* se eleva

---

<sup>1</sup> Professora da Universidade Estadual de Campinas. A autora agradece as sugestões de Hamilton de Moura Ferreira Jr.

como uma entidade universal que, em qualquer época ou lugar, funciona basicamente do mesmo modo. Deve-se permitir que suas leis operem livres de peias tanto no plano nacional, quanto no internacional. Há, porém, diversas situações em que ocorrem as chamadas falhas de mercado: quando houver poder monopólico, assimetria de informações, bens públicos, externalidades, etc. Entre os que esposam esta teoria, a intervenção do Estado só se justifica para contornar tais falhas e a discussão sobre políticas econômicas, principalmente as mais seletivas, torna-se uma questão de confrontar falhas do mercado e falhas do Estado. Esta é a visão predominante na teoria econômica, mas sofre várias críticas, inclusive de alguns de seus próprios membros mais ilustres.

A sua principal vulnerabilidade é o fato de que, embora a situação eficiente - o equilíbrio geral - seja determinável, não se consegue estabelecer como será atingida a partir de um ponto arbitrário, nem se provou que o equilíbrio é estável.<sup>2</sup> Noções auxiliares, como a do "leiloeiro" de Walras, que tem por objetivo ilustrar como se alcança o ponto ótimo, ao invés de dar relevância ao mercado, ao contrário, parece sugerir que um planejador central estabeleceria o equilíbrio de modo mais eficiente.

A chamada escola austríaca encara o mercado de modo um pouco diferente. Hayek enfatiza, mais do que a eficiência de Pareto, o fato de que, ao estabelecer as alocações, o mercado é capaz de levar em conta um volume de informações inimaginável de ser obtido por qualquer organismo planejador.<sup>3</sup> O ponto alcançado talvez não chegue a ser um ótimo paretiano, mas trata-se do modo mais eficiente de processar todo o conhecimento dos diversos indivíduos envolvidos acerca de suas próprias preferências e das tecnologias disponíveis. Esta visão compartilha com a anterior um tratamento excessivamente abstrato do mercado e suas virtudes.

Aqui propomos uma concepção diferente, baseada principalmente nos autores evolucionistas e nos neo-institucionalistas, segundo a qual

2 O problema da estabilidade do equilíbrio e sua significação para a teoria está muito bem tratado em INGRAO & ISRAEL (1990). Ver ainda, a respeito das dificuldades para se alcançar o equilíbrio, a introdução a BOLAND (1986).

3 Ver HAYEK (1947).

não há o *mercado*, e sim mercados, que devem ser situados no tempo e no espaço. Por exemplo, o modo de se definir as quantidades compradas e vendidas num mercado árabe difere muito da relação entre a Toyota japonesa e seus fornecedores, embora haja um ou outro ponto em comum. Queremos com isso dizer que a própria maneira dos agentes negociarem, as relações de confiança que estabelecem entre si, a interpretação que dão aos sinais emitidos variam. Podemos até afirmar, com ZYSMAN (1994:244), que os "Mercados não existem nem operam separadamente das regras e instituições que os estabelecem e que estruturam como a compra, a venda e a própria organização da produção têm lugar".

Um ponto essencial em nosso tratamento dos mercados é que estes são vistos como *loci* do processo de concorrência. Por sua vez, este é tido como um processo de seleção, onde os produtores tentam "seduzir" os compradores e estes selecionam o que comprar, não a partir de preferências abstratas preexistentes, mas com base no que encontram ou pensam encontrar no mercado<sup>4</sup>. Para serem selecionados, os produtores procuram se diferenciar uns dos outros, tanto nas diversas facetas que compõem a qualidade de seus produtos, quanto nos preços (quer dizer custos). Para isso tentam estabelecer vantagens competitivas. Como o processo de concorrência não expira, e todos procuram obter novas vantagens, estas terminam por se difundir ou serem superadas, por isso é preciso tentar renová-las. Assim, os produtores estão o tempo todo tentando modificar tanto tecnologias quanto preferências. Sendo de se supor que o consigam, ao menos em parte, é um grave erro tomá-las como dadas. Se a busca de vantagens competitivas é uma parte fundamental do processo competitivo, não se pode abstraí-la e tomar como unidade de análise um produtor representativo, desconsiderando essas vantagens (de cunho monopólico). Elas são também fontes de poder econômico, portanto, as relações de poder existentes, que os mais ortodoxos preferem relegar ao limbo das falhas de mercado, são constitutivas do mercado e tratá-las como falhas ou exceções é tomar o principal por secundário.<sup>5</sup>

---

4 Ver DOSI (1984, cap.2).

5 Ver POSSAS, M. (1995a:11), quanto à impropriedade do tratamento de elementos presentes na maioria dos mercados como falhas. Ver POSSAS, S. (1993: cap.1) quanto à presença indelével das relações de poder nos mercados.

A partir do exposto acima, louvar o mercado pela sua capacidade de gerar alocações estaticamente eficientes torna-se algo destituído de sentido. O mercado é indutor de inovações e é a partir destas que se deve julgar inclusive sua capacidade alocativa.<sup>6</sup> Este potencial dinâmico é algo que não pode ser tratado com os instrumentos convencionalmente utilizados. Trata-se de uma tarefa extremamente complexa, pois envolve a introdução de inúmeros aspectos de difícil tratamento formal, como o aprendizado, a cumulatividade tecnológica, a incerteza quanto à evolução e a aceitação de uma nova tecnologia, etc. Esta discussão não gerou uma conclusão definitiva acerca da excelência alocativa do mercado. Seguramente, Hayek tem razão ao enfatizar que o mercado consegue reunir maior número de informações a menores custos que qualquer agência de planejamento. Mas isso não assegura que levará a uma alocação ótima ou mesmo que seja necessariamente a forma mais eficiente de coordenação em todos os casos.

Se o processo de concorrência, e portanto seleção dinâmica, é a característica essencial do mercado, é a partir dele que se pode avaliar as suas virtudes e os seus problemas. No tocante às primeiras, o permanente estímulo à introdução de novas tecnologias, novas formas de organização, novas fontes de matérias-primas, enfim do que Schumpeter chamou de inovação, tem significado uma enorme ampliação da produtividade, da qualidade e da variedade dos bens e serviços à disposição das populações humanas, mesmo algumas das mais pobres. Entretanto, para que o estímulo à inovação não arrefeça é preciso que haja permanente pressão competitiva.<sup>7</sup>

Os mercados podem variar muito quanto à pressão competitiva a que estão submetidos. Se há monopólios legalmente constituídos, esta pressão pode ser ínfima. Se há acordos tácitos entre grandes firmas que o dominam, também. A política econômica e as normas jurídicas vigentes podem tanto afetar a pressão competitiva, quanto direcionar a busca de novas vantagens competitivas. Por exemplo, o protecionismo tende a minorar esta pressão, o que, paradoxalmente, pode ser vantajoso em certas circunstâncias. Normas quanto a especificações

---

6 Ver SCHUMPETER (1943, cap.7).

7 No sentido em que BELL & PAVITT (1993) e POSSAS (1995b) usam o termo.

ou a proteção ambiental podem ampliá-la. Aqui aparece a importância de se verificar a não universalidade do conceito de mercado. Ele não existe em estado puro, já que os mercados concretos sempre estão submetidos a normas, sob a forma de leis, regulamentos ou simples convenção socialmente aceita.

Quanto às conseqüências nefastas dos chamados mecanismos de mercado, é preciso lembrar que este processo de seleção simplesmente exclui os perdedores. Não há como assegurar que imediatamente as pessoas e recursos assim excluídos encontrem ocupação em pouco tempo<sup>8</sup>. Os modelos estáticos que enaltecem o mercado simplesmente omitem esta questão ao pressuporem o equilíbrio.<sup>9</sup> Esse tipo de problema é agravado pelo fato de que a concorrência traz em seu bojo uma enorme capacidade de destruição (POSSAS, M., 1995b). Uma nova tecnologia, ao ser selecionada, desloca as antigas e todo o aparato produtivo a elas ligado. Dependendo de seu alcance, modifica hábitos e preferências, destrói capacitações, reorganiza estruturas de mercado, leva firmas outrora eficientes à falência. Isto significa desemprego e desperdício, mesmo que momentâneos. É claro que do ponto de vista da maioria da sociedade e seu bem-estar no longo prazo parece ser conveniente a migração para tecnologias mais produtivas. Contudo, esses deslocamentos não são destituídos de custo social e de enorme sofrimento em prazos menores (que do ponto de vista das vidas individuais podem ser muito significativos). Essa é uma das razões para que, apesar de dois séculos de louvor ao mercado, este nunca tenha predominado inteiramente em nenhuma parte do mundo. Nenhuma sociedade pode permitir que seus membros fiquem

---

8 Essas considerações valem também com relação à livre operação do mercado mundial, como afirmam AGOSIN e FFRENCH-DAVIS (1993:57) : "Las principales experiencias históricas y los casos que aquí se han examinado no avalian la hipótesis de que, una vez conseguida la neutralidad de los incentivos a través del desmantelamiento de toda protección y la prescindencia de los subsidios, los recursos se reasignan espontáneamente y a bajo costo hacia los sectores en los que el país tiene ventajas comparativas.[...]Esos costos (esencialmente de transición) son difícilmente compensados por el eventual mayor crecimiento que se alcance después de terminado el ajuste. "

9 Isto ocorre especialmente na teoria novoclássica, na qual os agentes racionais, perfeitamente informados e com expectativas também racionais, estão sempre em equilíbrio geral.

inteiramente à mercê da plena vigência de seu aspecto destrutivo (POLANYI). Sendo assim, o mesmo mecanismo que se constitui na principal vantagem da atuação do mercado - a sua imensa capacidade de se renovar e de ampliar a quantidade, variedade e qualidade de bens e serviços produzidos, a custos cada vez mais baixos - pode também ser responsável por graves problemas sociais, por acarretar destruição de capitais e postos de trabalho.

### **3. A ATUAÇÃO DO ESTADO**

O papel do Estado também tem sido muitas vezes mal compreendido. Assim como no caso dos mercados, o papel que pode cumprir é variável, tanto pelo lado da contribuição que pode dar, como pelo da sua capacidade de intervenção, dos mecanismos e organismos de que dispõe e das restrições com que se defronta. Suas limitações são geralmente reconhecidas no que toca ao âmbito político, da correlação de forças entre os diversos agentes sociais nos planos nacional e mundial. Mas seus limites econômicos e suas dificuldades operacionais são freqüentemente subestimados. Neste caso, coloca-se ainda com mais força a necessidade de se levar em conta as características históricas específicas em que este atua, para poder avaliar o acerto ou erro de sua intervenção.

Os limites econômicos da atuação estatal abrangem tanto o próprio poderio econômico do Estado, quanto as condições econômicas em que atua. No primeiro caso, a questão mais relevante é a capacidade de centralizar e aplicar recursos e incentivos, quer dizer trata-se fundamentalmente de como financiar sua atuação. No segundo, referimo-nos não apenas à situação de um Estado frente a outros e à situação econômica internacional, mas também ao funcionamento do setor privado interno e externo. Voltaremos a este ponto.

Entre os diversos problemas a serem levados em conta, deter-nos-emos especialmente num ponto. Trata-se de que a atuação do Estado não pode deixar de levar em conta o funcionamento dos mercados. Como vimos anteriormente, a busca permanente de vantagens com-

petitivas é um traço fundamental deste, cuja intensidade e direção varia no tempo e no espaço. A intervenção estatal deve sempre ter por base uma avaliação dinâmica de seus prováveis resultados. Ela favorece ou não a obtenção de vantagens competitivas? As vantagens competitivas que daí surgirão terão condições de se manter ou mais provavelmente serão rapidamente superadas? Estas questões têm particular importância no caso da política industrial. É preciso observar, porém, que as decisões de política econômica, assim como as de empresas privadas, são tomadas sob incerteza no sentido Knight-keynesiano, isto é, em condições de impossibilidade de cálculo probabilístico e de uma confiança apenas relativa (e variável) nas expectativas. Tais circunstâncias aconselham a busca de flexibilidade nas políticas.<sup>10</sup>

A visão desenvolvimentista da CEPAL nos seus primórdios já invocava argumentos dinâmicos para justificar a atuação do Estado, como a deterioração dos termos de troca dos produtos de exportação latino-americanos e a necessidade de se evitar a especialização em setores de baixo crescimento da produtividade.<sup>11</sup> Entretanto, a abordagem excessivamente centrada nos setores a serem incentivados, deixava de lado a importância destes setores se tornarem competitivos no plano internacional, isto é, de atingirem, num prazo não muito longo, níveis de produtividade e qualidade compatíveis com os praticados em outros países. Caso contrário, a população estaria pagando mais para ter menos e piores produtos, o que só se pode se justificar em situações muito específicas.

Durante décadas a busca da competitividade foi um objetivo relegado a segundo plano. A partir do final dos anos setenta e, principalmente, nos anos oitenta, todavia, houve uma mudança de postura e hoje se aceita em geral que uma política industrial bem sucedida deve ser uma política voltada para a competitividade. Se esta não for atingida, os outros objetivos (que podem ser vários: industrialização, matriz indus-

10 No sentido da flexibilidade intertemporal, isto é, baixos custos de adaptação no caso das expectativas não se cumprirem. Ver VERCELLI.

11 Sobre a ênfase em aspectos dinâmicos da visão cepalina dos anos 50, ver BIELSCHOWSKY.

trial mais completa, emprego, capacitação tecnológica, melhoria dos termos de troca, etc.) serão prejudicados. Isto porque, ao manter a situação de produtos piores, mais caros e em menor quantidade, a política fatalmente perde apoio de largos segmentos da sociedade.<sup>12</sup>

Quais devem ser os elementos de uma política para a competitividade? A resposta a essa pergunta passa necessariamente pelo exame de onde e quando será aplicada. Mas há alguns elementos teóricos que podem ser levantados.

Sendo um mercado o *locus* de um processo seletivo, no qual os concorrentes procuram sobressair uns frente aos outros, será competitivo quem alcançar este objetivo. Para isto deve alcançar vantagens competitivas. Mas estas podem ser de naturezas muito diferentes. Há inúmeras dimensões em um produto onde tais vantagens podem ser obtidas, tais como: desempenho, durabilidade, imagem, aspectos estéticos e ergonômicos, escala de produção, etc. Geralmente, elas variam em importância de um mercado para outro.<sup>13</sup> Algumas dessas dimensões têm caráter local, por exemplo a relação com clientes ou com fornecedores, as formas de financiamento, etc.

A importância relativa das vantagens competitivas em um setor num país determinado nunca é exatamente igual à que prevalece no mercado mundial. Quando esta diferença é muito acentuada, a competição no mercado interno estimulará de modo distorcido os agentes, que buscarão vantagens ali onde elas não são muito relevantes para a obtenção de competitividade internacional e deixarão de persegui-las onde o são. Esta distorção se torna tanto mais grave se as vantagens que o mercado interno deixa de estimular forem de cunho cumulativo. Neste caso, o atraso pode se tornar praticamente irreversível. Por conseguinte, a política industrial deve ter o cuidado de não distorcer as fontes de competitividade, especialmente de não dar maior peso aos

---

12 Um exemplo é a política para a informática no Brasil, que, ao se voltar para a necessidade de capacitação tecnológica, deixou de estimular outros elementos cruciais para a competitividade. Com isso obteve alguns resultados positivos, mas muito aquém do necessário. E acabou sendo desmantelada. Ver a respeito FAJNZYLBER (1993).

13 Este ponto é extensamente desenvolvido em POSSAS, S. (1993: caps.4 e 6)

elementos que não têm caráter cumulativo em detrimento dos que o têm. Um exemplo deste tipo de política equivocada seria aquela baseada unicamente em uma taxa de câmbio excessivamente desvalorizada, associada a protecionismo.

Outro item ao qual se deve atentar é a necessidade de não deixar a pressão competitiva arrefecer. Geralmente, ao tentar estimular um ou mais setores, o Estado fornece-lhe vantagens competitivas ou ajuda em sua obtenção. Mas deve-se cuidar para que isso não signifique maior lassidão na busca de outras vantagens. Para isso, muitas vezes será necessário criar mecanismos para revigorar a pressão competitiva, seja através do funcionamento do mercado ou não.

De modo geral, os elementos estimulados pela política para a competitividade devem ser de molde a dar às firmas maior capacidade de renovar suas vantagens competitivas, o que geralmente se dá quando apresentam maior oportunidade (maior gama de possíveis usos futuros) e cumulatividade (POSSAS, 1993). Ou ainda quando lhes forneça maior flexibilidade de modificar suas estratégias com menores custos. A flexibilidade é outro objetivo a ser perseguido, particularmente em situações nas quais se vislumbrem mudanças tecnológicas mais amplas, no sentido de permitir a adesão futura à tecnologia que vier a se mostrar mais eficiente (SAVIOTTI). Essas políticas poderão ter maior eficácia caso apresentem alto grau de seletividade.

Anteriormente, nos referimos ainda aos limites de ordem operacional enfrentados pela ação estatal. Um problema central é como organizar as atividades de modo eficiente. Este é um campo muito amplo, que abre todo um novo leque de discussões e por isso preferimos apenas mencioná-lo aqui. Mas há um ponto que gostaríamos de trazer à tona. Trata-se de que uma boa política deve ser passível de avaliação. Quanto mais genérica, mais difícil se torna sua avaliação, o que recomenda políticas mais focalizadas.<sup>14</sup>

Nunca é demais enfatizar que as políticas devem ter coerência nos planos macro e microeconômicos. Apesar disso parecer óbvio, muitas vezes, no âmbito de políticas de estabilização latinoamericanas, o

14 PERES (1994) e COUTINHO & FERRAZ (1994:41) identificam a dificuldade de avaliação como um problema que as políticas para a competitividade têm procurado superar.

câmbio foi mantido supervalorizado por períodos excessivamente longos, prejudicando a competitividade e o próprio ajuste estrutural que se desejava obter.

Para propor políticas ou avaliar seus resultados é necessário ir muito além dessas considerações genéricas. É importante tomar em consideração a circunstância específica em que são implementadas. Isso inclui determinantes de várias ordens, como por exemplo aspectos geopolíticos, o momento vivido pela economia mundial, a história progressa do país e a estrutura produtiva nele existente.

Para finalizar, vale lembrar que uma política industrial centrada na busca de competitividade de curto e médio prazos pode não gerar os empregos necessários e ademais apresentar efeitos destrutivos importantes, com graves conseqüências sociais. Tais efeitos devem ser combatidos com medidas complementares. Não apenas porque o enfrentamento de problemas sociais deve ser um fim em si mesmo, mas inclusive pelo fato de que a permanência destes acaba por gerar condições ambientais pouco propícias à manutenção da própria competitividade.

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGOSIN, Manuel e FFRENCH-DAVIS, Ricardo (1993). La Liberalizacion comercial en America Latina. *Revista de la CEPAL* 50 (agosto de 1993), ONU, N. lorque, pp.41-62.
- BELL, Michael & PAVITT, Keith (1993). Technological Accumulation and Industrial Growth: Contrasts between developed and developing countries. *Industrial and Corporate Change*, 2(2), pp.157-210.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo (1988). *Pensamento Econômico Brasileiro - O Ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: IPEA.
- BOLAND, Lawrence (1986). *Methodology for a New Microeconomics*. Boston: Allen & Unwin.
- COUTINHO, Luciano & FERRAZ, João C. (1994)(coord.) *Estudo da competitividade da Indústria Brasileira*. Campinas: Papyrus e Editora da UNICAMP.

- DOSI, Giovanni (1984). *Technical Change and Industrial Transformation*. Londres: Macmillan.
- FAJNZYLBBER, Pablo (1993). *A Capacitação Tecnológica na Indústria Brasileira de Computadores e Periféricos: do Suporte Governamental à Dinâmica do Mercado*. Dissertação de Mestrado apresentada à UNICAMP. Campinas: mimeo.
- HAYEK, Friedrich (1947). *Individualism and Economic Order*. Londres: Routledge & Kegan Paul.
- INGRAO, Bruna & ISRAEL, Giorgio (1990). *The Invisible Hand*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- PERES, Wilson (1994). Políticas de Competitividade. *Revista de la CEPAL* 53 (agosto de 1994), ONU, N. Iorque, pp. 49-58.
- POLANYI, Karl (1944). *A Grande Transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- POSSAS, Mario (1995a). A Cheia do "Mainstream". Comentário sobre os rumos da Ciência Econômica. Texto para Discussão n. 327 - IEI-UFRJ. Rio de Janeiro.2
- POSSAS, Mario (1995b). Competitividade: Fatores Sistêmicos e Política Industrial. Rio de Janeiro, mimeo.
- POSSAS, Silvia (1993). *Concorrência e Competitividade. Notas sobre estratégia e dinâmica seletiva na economia capitalista*. Tese de doutorado apresentada à UNICAMP. Campinas: mimeo.
- SAVIOTTI, Pier Paolo (1995). Renouveau des Politiques Industrielles: le Point de Vue des Théories Evolutionnistes. *Révue d'Economie Industrielle*, 71, 1. trim. 1995, pp. 199-211.
- SCHUMPETER, Joseph (1943). *Capitalism, Socialism and Democracy*. Londres: George Allen & Unwin, 1976.
- VERCELLI, Alessandro (1991). *Methodological Foundations of Macroeconomics: Keynes and Lucas*. Cambridge, Inglaterra: Cambridge University Press.
- ZYSMAN, John (1994). How Institutions Create Historically Rooted Trajectories of Growth. *Industrial and Corporate Change*, 3(1), pp.243-283.

# CRISE AMBIENTAL, TEORIA ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Valdemir A. Pires<sup>1</sup>

## 1. INTRODUÇÃO

O advento da crise ambiental e a iminência de seu rápido agravamento, com trágicas consequências de grandes dimensões, forjou, nos últimos vinte e cinco anos, o surgimento de uma consciência ecológica a nível mundial, manifesta nos cada dia mais numerosos e geograficamente diversificados movimentos, reflexões e ações de indivíduos e entidades (governamentais e não governamentais) em torno da problemática do meio ambiente ameaçado. Mais recentemente, cunhou-se a expressão *desenvolvimento sustentável*, para caracterizar uma determinada forma de organização da atividade econômica, alternativa à atual, anunciada como mais adequada à preservação dos recursos naturais.

A necessidade de se adjetivar o desenvolvimento de sustentável parte da constatação de que o seu oposto - o desenvolvimento sem esta qualificação, do tipo atualmente em prática - não contém em si os elementos necessários à sua continuidade. Esta constatação, óbvia para quem está presenciando os problemas econômico-sociais desse final de século, não teve ainda um impacto significativo sobre o instrumental teórico da Ciência Econômica, o que dificulta o diálogo entre ambientalistas e economistas, fazendo-os parecer, às vezes, combatentes de exércitos opostos, situação que dificulta uma abordagem adequada e consequente dos problemas teóricos e práticos de uma possível Economia ambiental, ou de uma Economia com olhos de ver para a necessidade de revisão dos conceitos tradicionais do que seja o desenvolvimento.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Economia pela Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (FACECA/PUCCAMP). Mestre em Economia (PUC São Paulo), Professor e Coordenador do Curso de Economia da Universidade Metodista de Piracicaba.

## 2. MERCADO, PRODUTIVIDADE E DESTRUTIBILIDADE

Uma retrospectiva da Economia enquanto ciência leva à constatação de que ela surgiu para explicar a organização mercantil capitalista de produção. Seus fundadores não esconderam sua admiração pela eficiência desse sistema, apontando-o como uma verdadeira maravilha, imune a crises e capaz de promover o aumento da riqueza total (via elevação da produtividade), cujos efeitos benéficos sobre a distribuição atingiria todos quantos estivessem dispostos a trabalhar e empreender. De fato, comparado ao feudalismo, o sistema capitalista promoveu avanços consideráveis, tanto no sentido da elevação da produtividade como no sentido da diminuição das desigualdades sociais e políticas. Terminado o período de absoluto encantamento, porém, a teoria econômica progrediu, desde sua fundação até os dias atuais, rumo a uma visão não tão otimista do modo como opera o mercado, captando em seu interior elementos de desestabilização (a moeda e o crédito, por exemplo) e promoção de problemas sociais. Mas no tocante a seu conceito basilar, o de riqueza, não fez progressos consideráveis desde o seu nascimento. Esse estado de coisas a coloca, hoje, frente ao desafio de incorporar ao seu instrumental analítico uma série de fatos novos, entre eles a crise ambiental.

As dificuldades atuais para renovar fontes de recursos naturais no ritmo necessário para fazer frente à elevada produtividade que se experimenta, chama atenção para o fato de que o homem, através dos progressos que o capitalismo lhe assegurou, obteve inusitada capacidade produtiva, mas, concomitantemente, tornou-o altamente destrutivo em relação ao meio ambiente. A ponto de, hoje, a mão humana, amplificada por um sem número de engenhos, ser capaz de levar ao esgotamento de recursos vitais à existência da espécie. E, mais grave, o padrão de vida e de consumo das comunidades, principalmente as dos países mais desenvolvidos, vem acelerando o ímpeto empresarial para a ampliação dos mais variados tipos de produção, até o momento sem maiores preocupações com o problema do esgotamento de recursos não renováveis do planeta.

### Riqueza líquida e desafios

A crise ambiental, provocada pelo *desenvolvimento em progresso das forças destrutivas*, está colocando em xeque não só o padrão de desenvolvimento econômico e social, atualmente, praticado por todos os países, como também está expondo a fragilidade da teoria econômica, que se pauta por um conceito agora atrasado de riqueza. Ora, se a capacidade humana de destruir se desenvolve tão ou mais rapidamente que a capacidade de produzir, a riqueza não pode mais ser contabilizada simplesmente como um fluxo de bens e serviços gerado num período (ou valor adicionado, como se diz em Contabilidade Social). Na medida que a geração desse fluxo de riqueza tem como efeito colateral uma destruição mais que proporcional no estoque de riqueza que foi utilizado para gera-lo, há que se abater, do valor adicionado, o valor subtraído sem que tenham sido tomados os cuidados necessários à sua reposição, quando possível. Do contrário, estar-se-á procedendo como o empresário medíocre, que não faz provisões para renovar seus equipamentos paulatinamente depreciados. Da mesma forma que um tal indivíduo, estar-se-á caminhando para a bancarrota. Só que muito mais grave, pois trata-se, no caso em pauta, da falência das condições de reprodução da espécie humana.

Os pensadores clássicos, especialmente Adam Smith, proporcionaram grande progresso à ciência e à prática econômicas quando desmascararam a noção metalista de riqueza formulada pelos Mercantilistas. Ao questionarem a validade da assertiva de que a riqueza de um país se mede pela quantidade de ouro e metais preciosos que detém, os clássicos colocaram no lugar a idéia atualmente aceita de riqueza nacional: um conjunto de bens e serviços gerados pelo trabalho dos indivíduos, o qual cresce na medida em que se amplia a divisão do trabalho, causa fundamental da elevação da produtividade. Esta noção foi também adotada por Marx, que considerou a riqueza como sendo uma enorme coleção de mercadorias, que se amplia na medida que o método capitalista de gestão promove o aumento das forças produtivas, ao acelerar o desenvolvimento tecnológico. O problema está em que esta abordagem não leva em consideração os efeitos colaterais do avanço tecnológico, ou seja, a maior destruição dos recursos naturais ou a possibilidade de destruí-los em menor

tempo, mesmo que a tecnologia adotada não seja intrinsecamente devastadora. Este problema leva a outro, de consequência mais visível: considera-se a riqueza como sendo tudo o que se produz, sem que seja abatido o que tiver sido destruído sem possibilidade de reposição. Destarte, há que se rever um conceito basilar da Economia: o de riqueza. É desse conceito que deve partir toda a teoria do desenvolvimento sustentável, que, como se vê, é a ponta do *iceberg* da nova teoria econômica, cuja criação a crise ambiental está forçando. Se essa nova teoria não surgir e/ou se as ações corretivas que sugere não forem implementadas, o paradoxo atual dos potencialmente miseráveis países ricos sugando os potencialmente ricos países pobres se tornará irreversível. Todos os fatores institucionais concorrem para que assim seja. Somente um fator fraco, mas felizmente em fase de robustecimento, contribui para o contrário: a consciência ecológica e ambiental. Será ela capaz de rasgar a couraça dos interesses de curto prazo?

### **Possibilidades de mudança**

Sabe-se que é extremamente difícil agir contra interesses de curto prazo cuja manutenção seja assegurada pela lógica de operação do sistema econômico e reforçada pela superestrutura que o acompanha. Quando, porém, começa a ficar evidente o efeito nocivo que a satisfação desses interesses acarreta sobre as condições de existência de toda a espécie, ações antes ineficazes começam a surtir algum efeito. Comportamentos antes classificados como quixotescos começam a ser levados a sério. Além disso, com o apoio da incrível capacidade de difusão de informações hoje existente, idéias novas chegam rapidamente a numerosos locais ao mesmo tempo, fazendo com que pessoas ao redor de todo o planeta compartilhem com os protagonistas as aflições ou o prazer originado desta ou daquela situação, gerada por este ou aquele tipo de estrutura, decisão ou comportamento. Países que ainda não passaram por determinadas experiências tornam-se capazes de interpretá-las e avaliar suas consequências pela simples observação das práticas alheias. Esse novo quadro tecnológico, aliado ao crescente descontentamento com o padrão de vida que ricos e pobres estão desfrutando, vem a facilitar a empreitada que se apresen-

ta como necessária nesse fim de século: promover alterações institucionais que permitam reverter o quadro de degradação ambiental e social que está se espalhando por todo o planeta. Para isso, será necessário mais que manifestações de descontentamento, de repúdio, de força. Será necessário construir concomitantes capacidades analítica e política em torno dos grandes problemas que afligem a todos. No caso específico da problema ecológico, a capacidade política a ser construída deverá canalizar-se rumo a um pacto ambiental, cujos efeitos se façam sentir nos padrões de consumo e de produção atualmente praticados. A capacidade analítica a ser adquirida frente aos fatos novos criados pela crise ambiental, deverá dirigir-se tanto para a reconstrução da teoria econômica, como para a estruturação de instituições, mecanismos e organizações que forcem e/ou facilitem mudanças comportamentais que propiciem condições para um modo de vida e de trabalho social e ambientalmente sustentável.

A reconstrução da teoria econômica, a partir da reelaboração do conceito de riqueza de que se utiliza, presta-se à finalidade de ampliação da capacidade analítica que se faz necessária para dar suporte às ações políticas em defesa do desenvolvimento sustentável. Partindo de um conceito de riqueza que seja o resultado da soma dos bens e serviços produzidos num período (produto interno bruto, PIB) menos a soma dos danos ambientais provocados pelo processo de produção desses mesmos bens, torna-se possível conceber a montagem de um sistema de Contabilidade Social mais eficiente do que o atualmente existente. Assim, o PIB de cada país teria que ser diminuído ou aumentado por um delta, conforme o seu processo de produção fosse ambientalmente equilibrado ou desequilibrado. Um país com um PIB de US\$ 450 bilhões, por exemplo, teria um PIB sustentável igual a esse valor menos o valor estimado dos danos irreversíveis que a geração desse montante de riqueza tenha provocado, ou seja:

PIB sustentável = PIB tradicional -  $\Delta$  destruição ambiental estimada

Estimar a destruição ambiental associada à tecnologia e à administração adotadas é extremamente difícil. Todavia, uma boa pitada de vontade política pode ser suficiente para fazer ver que ela não precisa ser exata. Ela pode ser uma estimativa feita periodicamente por um orga-

nismo internacional, adotando critérios homogêneos a todos os países. Assim, por exemplo, num determinado ano, todos os países que produzissem um certo volume de lixo orgânico não reciclado e não tratado, teriam seus PIB's diminuídos em x%. Ou todos os países que devastassem florestas, ou aumentassem o consumo de combustíveis fósseis, ou poluíssem as águas (fatos passíveis de aquilamento) a um certo nível, durante um certo período de tempo (dez anos, por exemplo) teriam seus PIB's reduzidos em 10x% no início do próximo período.

Inicialmente, o cálculo do PIB sustentável serviria apenas de parâmetro para os países avaliarem sua real situação frente à crise ambiental. Mais tarde, inclusive aproveitando a experiência acumulada na produção das estimativas e os debates em torno dela, o PIB sustentável poderia passar a ser adotado como um instrumento fiscal internacional inibidor da devastação ambiental. Dependendo da magnitude do seu *D destruição ambiental estimada*, cada país teria que embutir no valor de suas exportações um percentual previamente pactuado. O valor arrecadado com este tributo poderia ser aplicado em gastos com pesquisa e desenvolvimento de tecnologias ambientalmente equilibradas. Poderia até ser criada uma Universidade Internacional do Meio Ambiente, destinada à formação de cientistas e técnicos nessa área.

O efeito do tributo sobre devastação ambiental seria o de forçar os governos nacionais e os empresários em geral a evitarem ao máximo a adoção de tecnologias poluidoras ou nocivas ao meio ambiente. Dessa forma, países pobres pensariam duas vezes antes de oferecer vantagens para atrair indústrias sujas, assim como os proprietários das mesmas veriam desvantagem em produzir em países com desvantagens de preços internacionais decorrentes de tributação para exportar.

Muitas objeções podem ser feitas a esta proposta partindo da afirmação de que a estimativa dos danos ambientais é muito difícil. De fato. Mas trabalhar-se-ia com a capacidade tecnológica atual, medindo só o que é possível medir, pois se o procedimento for semelhante para todos, cada um será beneficiado ou prejudicado pela precariedade dos métodos na mesma proporção. Além disso, a estimativa poderia inicialmente ser feita somente em torno de aspectos passíveis de

mensuração (erosão, destruição de matas e rios, emissão de gases, produção de lixo etc.). E, de mais a mais, por que não se poderia adotar estimativas não muito precisas para estimar o quanto os países se empobrecem ambientalmente, se estimativas de qualidade duvidosa também são adotadas para medir o quanto os países enriquecem economicamente? Ou escapa às pessoas o fato de que o PIB, o PNB e todos os demais elementos das Contas Nacionais dos países é uma simples aproximação da riqueza gerada num período? É sabido que os sistemas de Contabilidade Social tradicionais não captam as atividades informais praticadas numa economia, não são capazes de avaliar o valor dos serviços domésticos não remunerados (sem a existência dos quais a economia da maioria dos países não teria como funcionar), não englobam o resultado das atividades que resultam em bens e serviços que não passam pela mediação dos mercados...

### 3. BIBLIOGRAFIA

- MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MILL, John Stuart. *Princípios de economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- PETTY, William. *Obras econômicas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- SACHS, Ignacy. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1978.
- SAY, Jean Baptiste. *Tratado de economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

## O ENSINO DE ECONOMIA NO BRASIL: DESAFIOS ATUAIS

*Mariano Francisco Laplane<sup>1</sup>*

Diversos fatores têm propiciado, nos últimos meses, um rico debate sobre o presente e o futuro do ensino de economia no Brasil. Entre outros, cabe mencionar a preocupação com a queda da procura pelos cursos de graduação em economia, as dificuldades na implementação da reforma curricular em alguns centros de ensino e a percepção da importância de aprimorar permanentemente a qualificação profissional dos economistas. Estes temas foram objeto de debate em encontro recente organizado pelo Conselho Regional de Economia do Estado de São Paulo, e, seguramente, serão também debatidos no próximo encontro da ANGE e no ENECO. O presente artigo tem por objetivo apresentar algumas reflexões sobre estes assuntos, a partir da experiência do curso de economia da UNICAMP.

O curso de graduação em economia da UNICAMP pretende formar profissionais de elevada qualificação técnica e com clara consciência de cidadania. Em outras palavras, pretende formar profissionais responsáveis e aptos a enfrentar os desafios que o mundo atual coloca para a sociedade brasileira. A formação de profissionais com esse perfil exige intenso trabalho de aprendizado e de reflexão sobre a dinâmica das economias de mercado, particularmente daquelas que, como a brasileira, apresentam profundas desigualdades e ocupam posição periférica na economia mundial. O estudo de teoria econômica, de história, de métodos quantitativos, dos aspectos institucionais que regulam os setores público e privado e das formas de organização e administração das empresas nos diversos setores econômicos deve ser articulado ao longo dos quatro anos de duração do curso. Deve-se, também, articular o aprendizado teórico com o treinamento prático, de modo a aproximar os futuros economistas dos problemas concretos que deverão encontrar no exercício da profissão. Embora uma das

---

<sup>1</sup> Professor Doutor do Instituto de Economia e Coordenador da Pós-Graduação de Economia da Universidade Estadual de Campinas.

hipóteses levantadas para explicar a recente queda da procura pelos cursos de graduação em economia seja o desencontro entre as exigências do mercado e as qualificações que os cursos oferecem atualmente aos alunos, na nossa experiência o atual curriculum atende adequadamente aos requisitos indispensáveis para a formação de profissionais de excelência, que são aqueles que disputam as melhores oportunidades de inserção no mercado de trabalho.

O intercâmbio com empresas de diversos setores, com instituições públicas e privadas que recrutam economistas formados na UNICAMP e com nossos ex-alunos tem mostrado que o “mercado” demanda hoje dos economistas, principalmente, capacitação técnica, maturidade intelectual e capacidade de aprendizado, para exercer suas responsabilidades em um contexto de profundas transformações na economia. Espera-se dos economistas: o desenho de novas estratégias, a identificação de novas oportunidades, o ensaio de novas formas de organização, capacidade de antecipação e de implementação ágil de respostas às iniciativas do governo e dos concorrentes. Em suma, pretende-se que eles sejam agentes ativos do processo de reestruturação atualmente em curso na economia brasileira.

Os reflexos das novas prioridades sobre os critérios de recrutamento são a valorização da maturidade intelectual e emocional, da capacidade de decisão em ambientes conflituosos e da iniciativa. A capacidade de aprender torna-se aliado essencial do conhecimento já acumulado. A capacidade de atuar em contextos em transformação torna-se mais importante que a capacidade de internalizar rotinas previamente definidas. Em outras palavras, a capacidade de análise, de antecipação e de iniciativa tornam-se critérios de seleção determinantes.

As implicações do novo quadro para o ensino de economia são da maior relevância. A atual situação representa um importante desafio para os cursos de graduação em economia. De um lado, o mercado de trabalho em transformação coloca os economistas em concorrência com outros profissionais - administradores e engenheiros - que também podem contribuir para a solução dos problemas de reestruturação das empresas e das instituições. De outro lado, os atributos que o mercado hoje valoriza são exatamente aqueles que os

cursos de graduação podem e devem enfatizar na formação profissional dos economistas.

Os cursos de graduação em economia devem promover, de maneira mais sistemática, a maturidade emocional e intelectual dos alunos e prepará-los para atuar em situações de conflito e mudança. Não basta transmitir informações, é preciso ensinar a aprender. É necessário ensinar a analisar o contexto das transformações em curso na economia e na sociedade brasileira, para poder antecipar os obstáculos e as oportunidades. É preciso ensinar a decidir levando em conta os aspectos internos às empresas e às organizações e o contexto mais amplo em que estão inseridas.

A atual estrutura curricular propicia a implementação de um trabalho de formação que desenvolva as habilidades que o mercado demanda. A adequada articulação de disciplinas teóricas (que promovem a capacidade de abstração e de raciocínio sistemático) com disciplinas humanísticas (que permitem contextualizar os atuais problemas e tendências de mudança e com disciplinas da área quantitativa (que fornecem métodos rigorosos de formulação e de análise dos problemas) é recurso precioso para fomentar a capacitação profissional e a maturidade intelectual. O pluralismo é fundamental, na medida em que permite explicar as divergências que sempre marcaram a economia como ciência e como técnica relativamente à produção e à apropriação de riqueza. Dessa forma, o pluralismo contribui para que os futuros economistas aprendam a ter uma visão crítica em relação aos seus conhecimentos e às implicações éticas e sociais de sua prática profissional. Contribui também para o amadurecimento intelectual e pessoal, ensinando os futuros profissionais a atuar em contextos conflituosos, onde existem interesses e pontos de vista divergentes.

Paralelamente ao aprendizado em sala de aula, os cursos de economia devem promover outras formas de treinamento que complementem o trabalho de formação dos futuros profissionais. Estágios, ciclos de palestras sobre os problemas de setores/áreas diversos da economia, debates sobre política econômica, grupos de leitura dirigida de estudos, jornais e revistas, entre outras, são atividades extra-sala de aula que devem ser fomentadas. A monografia é peça essencial da propos-

ta e não deve ser abandonada, na medida em que coloca o profissional praticamente formado perante um desafio crucial para testar sua capacitação e maturidade.

Em síntese, o atual currículo oferece oportunidades valiosas para que os cursos de graduação em economia “diferenciem” positivamente o perfil profissional de seus alunos, melhorando sua futura inserção no mercado de trabalho em relação à de outros profissionais. Estas oportunidades podem e devem ser exploradas com criatividade por cada centro de ensino. É fundamental que as experiências bem sucedidas e os problemas sejam amplamente divulgados para que haja um aprendizado coletivo mais eficiente.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS**

**GRÃO-CHANCELER**

Dom Gilberto Pereira Lopes

**MAGNÍFICO REITOR**

Prof. Gilberto Luiz Moraes Selber

**VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

Prof. Alberto Martins

**VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS**

Prof. Pe. José Benedito de Almeida David

**DIRETOR**

**DA FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS,  
CONTÁBEIS E ADMINISTRATIVAS**

Prof. José Homero Adabo

**VICE-DIRETOR**

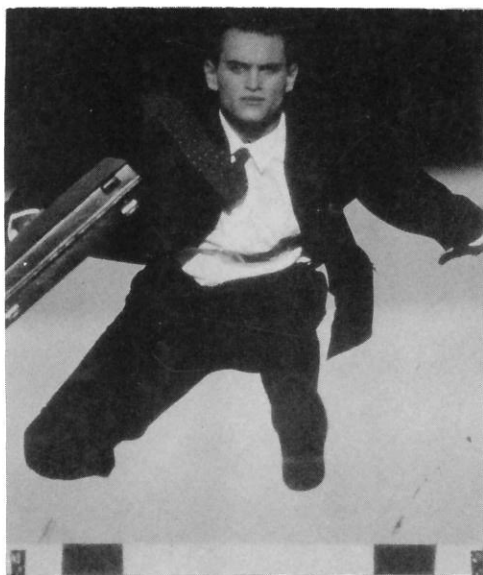
**DA FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS,  
CONTÁBEIS E ADMINISTRATIVAS**

Prof. José Geraldo Souza Carreira

**ARTHUR  
ANDERSEN**

# Uma Organização Internacional Única, com Oportunidades Únicas.

Formados ou Cursando  
(Penúltimo ou Último Ano)



- Administração
- Análise de Sistemas
- Ciências Contábeis
- Ciências da Computação
- Direito
- Economia
- Engenharia
- Matemática
- Processamento de Dados

Inglês

A partir do nível intermediário